



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

X Legislatura

Número: 66

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 4 de junho de 2014

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída no decorrer da Sessão pelo Deputado Rogério Veiros) e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários Votos:

- [Voto de Congratulação pela passagem do bicentenário do Império e Irmandade do Espírito Santo de São Carlos da ilha Terceira.](#)

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Cláudia Cardoso (PS), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pelo 25.º aniversário da Cooperativa de Artesanato de Santa Maria.](#)

Após a apresentação do voto realizada pela Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*), usou da palavra para intervir o Sr. Deputado Paulo Parece (*PSD*).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pelos 125 anos da criação da Freguesia de Santo Antão.](#)

Tendo sido apresentado pelo Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros (*PS*), bem como a Sra. Deputada Ana Espínola (*CDS-PP*).

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pelo 150.º aniversário da “Banda de Nossa Senhora da Luz”.](#)

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Félix Rodrigues (*CDS-PP*) e de terem usado da palavra os Srs. Deputados Cláudio Almeida (*PSD*) e José Contente (*PS*).

- [Voto de Congratulação pelas vitórias das equipas sénior A e cadetes da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande no concurso nacional de manobras.](#)

Tendo sido apresentado pelo Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), usou da palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Saudação pelo 25.º Aniversário da Associação de Jovens Agricultores Terceirenses.](#)

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado António Parreira (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro (*PSD*).

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Saudação pela conquista de 14 medalhas no Campeonato Nacional das Profissões 2014.](#)

A apresentação do voto foi realizada pelo Sr. Deputado Ricardo Ramalho (*PS*), tendo usado da palavra os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Colocado à votação, foi aprovado por maioria;

- [Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Sá Couto.](#)

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pela Sra. Deputada Graça Silva (*PS*) e de terem usado da palavra os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

- [Voto de Pesar pelo falecimento de João Gago da Câmara.](#)

Após a leitura do referido voto pelo Sr. Deputado José Andrade (*PSD*), usou da palavra para intervir o Sr. Deputado José San-Bento (*PS*).

Colocado à votação, o voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

Terminado este ponto, foram apresentadas duas Declarações Políticas.

A primeira foi apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Mendes (*BE*), tendo usado da palavra para participar no debate os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), José San-Bento (*PS*) e Duarte Freitas (*PSD*).

A segunda esteve a cargo do Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), tendo pedido a palavra para o efeito o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

De seguida, passou-se à **Agenda da Reunião**.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 29/X – “Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial – COMPETIR +”, apresentada pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Após a apresentação do diploma, usaram da palavra os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*), Francisco César (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido o diploma à votação, o mesmo foi aprovado por maioria.

- Projeto de Resolução n.º 60/X – “Rede Açoriana de Ninhos de Empresas”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O diploma foi apresentado pelo Sr. Deputado António Marinho, tendo participado no debate os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Mendes (*BE*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*) e Miguel Costa (*PS*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

- Projeto de Resolução n.º 72/X – “Atribuição de Insígnias Honoríficas Açorianas”, apresentado pela Presidente da Assembleia, pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS/PP e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM.

Colocado à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 73/X – “Resolve recomendar ao Governo Regional que tome as medidas necessárias e urgentes para que a Porto de Abrigo prossiga as suas funções enquanto organização de produtores e demais competências que lhe estão reconhecidas”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Apresentada a justificação do pedido pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- [Projeto de Resolução n.º 73/X – “Resolve recomendar ao Governo Regional que tome as medidas necessárias e urgentes para que a Porto de Abrigo prossiga as suas funções enquanto organização de produtores e demais competências que lhe estão reconhecidas”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, participaram no debate os Srs. Deputados Paulo Mendes (*BE*), José Ávila (*PS*), Luís Garcia (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*).

Submetido à votação, o diploma supracitado foi rejeitado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 50 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha **Nunes**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**
Berto José Branco **Messias**
Catarina Paula **Moniz Furtado**
Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Iasalde Fraga **Nunes**
Isabel Maria Duarte de **Almeida Rodrigues**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Miguel António Moniz **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros de **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

António **Félix** Flores **Rodrigues**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa Mendes

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

(Após a chamada a Deputada Bárbara Chaves foi substituída na Mesa pelo Deputado Rogério Veiros)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A manhã de hoje está reservada ao PTAP. Vamos começar com os votos como é habitual.

O primeiro é um voto de congratulação referente ao bicentenário do Império e Irmandade do Divino Espírito Santo de São Carlos, subscrito pelo Partido Socialista, pelo PSD e pelo CDS.

Para a apresentação do voto tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

**Bicentenário do Império e Irmandade do Divino Espírito Santo
de São Carlos
(Ilha Terceira)**

Os Açores estão inequivocamente associados às Festas do Espírito Santo, cuja origem parece remontar ao século XIV, em que a Santíssima Trindade era festejada com banquetes coletivos, designados de Bodo aos Pobres, com a distribuição de comida e de esmolas.

O culto ao Divino Espírito Santo é hoje em dia um dos pontos mais relevantes da identidade do povo açoriano, de tal modo que o dia da Autonomia coincide com a segunda-feira do Espírito Santo. Esta festa não é só religiosa, liga-se a outro tipo de tradições, como às festas populares das nossas comunidades. É exemplo de uma tradição forte que liga o religioso ao profano. As festividades de São Carlos na Ilha Terceira assumiram tal importância na ilha que, ainda hoje em dia, a segunda-feira de São Carlos é uma referência da cultura terceirense.

Comemoram-se este ano o bicentenário do Império e da Irmandade do Espírito Santo de São Carlos, demonstrando como esta data está arraigada na cultura das nossas gentes, não apenas através da solidariedade que subjaz a essas atividades, mas também da cultura tradicional, a exemplo do folclore, a atuação de bandas filarmónicas ou as cantorias ou cantigas ao desafio. Passos quase permanentes dessa festa são “o pezinho dos bezerros”, “a ceia dos criadores” (onde se sentam à mesma mesa todos aqueles que durante o ano criaram uma rês para a Festa do Espírito Santo), “a distribuição de carne” “a

cantoria”, como anteriormente referido, “a coroação”, “o bodo de leite” e “a tourada”.

O Império do Espírito Santo de São Carlos tem a sua fundação no século XIX, mais precisamente no ano de 1814, com estatutos de 8 de maio de 1935, que se encontram à guarda do Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, e é possuidor de insígnias de grande valor artístico, como, por exemplo, a sua coroa de prata muito bem trabalhada, mandada executar numa oficina de prateiros de Lisboa, nos meados do século XIX feita com a generosidade dos seus confrades. A irmandade do Divino Espírito Santo do lugar de S. Carlos constituiu-se na sequência de uma crise vulcânica que se desenvolveu em finais de 1760 no interior da ilha que se estendeu até ao mês de abril do ano seguinte. A 14 de abril de 1761 sentiu-se um abalo muito violento e a 17 do mesmo mês surgiu a lava e o fogo violento atrás dos Picos Gordos revirando todo o terreno até ao Mistério Velho. O relato de então dispõe que surgiu uma erupção vulcânica no sítio designado entre o Pico e a Serra, cuja lava desceu da cumeada da Serra de Santa Bárbara atingindo precisamente o local aonde está edificado o Império. Os habitantes assustados construíram um altar de madeira e sobre o mesmo colocaram um coroa do Espírito Santo, à frente da qual o povo se ajoelhava rezando e pedindo proteção, durante três semanas, o que surtiu efeito já que o fogo parou junto ao altar, e acabou por solidificar sem causar quaisquer danos materiais ou humanos.

A visita régia em 1901 de D. Carlos I e da Rainha Dona Amélia representou um momento importante na história do arquipélago dos Açores, e também ela surge associada às festividades do Império de

São Carlos, já que durante essa visita os Reis de Portugal assistiram a uma tourada à corda no local, integrada nas festividades do Espírito Santo, tal como é tradicional na segunda-feira de São Carlos. Volvidos que são mais de cem anos sobre a ocorrência esta continua a perpetuar-se na memória coletiva local, nomeadamente através das tradicionais queijadas “Dona Amélia” que fazem hoje parte da doçaria regional.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Grupos Parlamentares do CDS-PP, PPD/PSD e PS propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela passagem do bicentenário do Império e Irmandade do Espírito Santo de São Carlos da ilha Terceira, do qual deve ser dado conhecimento formal à Mesa da Irmandade do Divino Espírito Santo de São Carlos e à Assembleia de Irmãos, ao Pároco de São Carlos, à Junta de Freguesia de São Pedro e à Assembleia e Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Horta, Sala das Sessões, 4 de junho de 2014

Os Deputados, Artur Lima, Berto Messias, António Ventura, Cláudia Cardoso, Félix Rodrigues, Domingos Cunha, Luís Rendeiro, Judite Parreira, António Parreira, Francisco Coelho, Paulo Borges

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Julgo não haver inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O presente voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se ao 25.º aniversário da Cooperativa de Artesanato de Santa Maria e pelo Partido Socialista tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação
Vigésimo Quinto aniversário da
Cooperativa de Artesanato de Santa Maria

A Cooperativa de Artesanato de Santa Maria, com sede na Freguesia de Santo Espírito, foi criada a 18 de Maio de 1989, perfazendo este ano 25 anos de existência.

Nasceu do lançamento de um concurso, promovido a nível nacional pela Caixa Geral de Depósitos, intitulado “*Cooperativa – uma Opção Jovem de Emprego*”, destinado a incentivar a criação de empresas nos sectores secundário e terciário, sob a forma de cooperativa, ao qual um grupo de mulheres, da Freguesia de Santo Espírito, na ilha de Santa Maria, decidiu aderir, através da apresentação de um projeto sobre a história da Camisola de Lã de Santa Maria.

O prémio de 200 mil escudos, na altura, atribuído ao projeto que mais se evidenciasse em termos de impacte regional, inovação, capacidade associativa e empresarial, e valorização dos recursos naturais, foi atribuído ao projeto da Ilha de Santa Maria. Refira-se que, dos cerca de 50 projetos participantes ao referenciado concurso, apenas o da Cooperativa de Artesanato de Santa Maria, vingou e perdura até hoje.

Foi com esse prémio, que esse grupo de dez elementos se constituiu em Cooperativa, com vista à revitalização do artesanato mariense. Inclui-se no ramo do sector cooperativo de artesanato, tendo como objeto a confeção de artigos, designadamente em lã, linho e retalho, bem como a promoção e formação profissional nessas mesmas áreas. Destacam-se aqui as lindas colchas de lã feitas em teares e as peças de vestuário, como a camisola de lã ou gorros, utilizados pelos grupos folclóricos locais.

Em Junho de 1995, inauguraram a sede social, na Freguesia de Santo Espírito. Com as novas instalações, por algum tempo, o volume de trabalho cresceu.

Porém, fruto das constantes oscilações de mercado e conseqüente perda de poder de compra dos consumidores, a tecelagem acabou por revelar-se um negócio pouco rentável. O produto do linho, do retalho e da lã, era suficiente apenas para cobrir as despesas correntes e, por esse motivo, as artesãs não conseguiam auferir de qualquer remuneração. Era, pois, altura de diversificar o trabalho e alargar a atividade.

Assim sendo, desde 1 de Abril de 1997, a Cooperativa de Artesanato de Santa Maria, iniciou um novo ramo de atividade: a produção de doçaria tradicional mariense e panificação, sem esquecer a confeção do artesanato típico da ilha. Destaca-se nesse âmbito, o Pão Caseiro tão característico da ilha e utilizado nas Sopas do Espírito Santo, a cavaca de Santa Maria e, inevitavelmente, o Biscoito de Orelha, que, no passado mês de Março, foi certificado, pelo Governo dos Açores, como produto de marca coletiva de origem “Artesanato dos Açores”, onde a excelência desse produto fica assim reconhecido.

Como forma de promoção dos produtos, a Cooperativa de Artesanato criou imagem própria, tendo tido oportunidade de participar em feiras de artesanato, não só na ilha de Santa Maria, como em outras ilhas dos Açores, Continente Português, Estados Unidos da América, Canadá e Canárias.

Foram, sem dúvida, 25 anos de persistência, de labuta constante, de querer fazer sempre mais e melhor, graças a um grupo de mulheres que nunca desistiu, agarrando todos os incentivos, aproveitando todas as oportunidades, trabalhando muito e sempre, construindo um presente coeso e profícuo, perspetivando-se um futuro risonho, com excelentes recursos humanos, para bem da Cooperativa de Artesanato e da ilha de Santa Maria. É, seguramente, um bom exemplo de empreendedorismo.

Pelo exposto, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação pelo vigésimo quinto aniversário da Cooperativa de Artesanato de Santa Maria e que deste voto seja dado conhecimento aos órgãos sociais da Cooperativa, à Junta de Freguesia de Santo Espírito e ao Conselho de Ilha de Santa Maria.

Horta, 4 de maio de 2014

Os Deputados Regionais, Bárbara Chaves, Duarte Moreira, Miguel Costa, José San-Bento e Berto Messias

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Paulo Parece tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Parece** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nascida de um grupo de mulheres da freguesia de Santo Espírito, a Cooperativa de Artesanato de Santa Maria, conhecida localmente como Cooperativa de Santo Espírito, é de facto hoje um bom exemplo de empreendedorismo e geradora de auto emprego. A par disso constitui a principal produtora na ilha dos típicos produtos artesanais marienses que muito têm contribuído para a divulgação e promoção de Santa Maria.

A qualidade dos produtos produzidos e o empenho das suas promotoras são de certeza o garante da sua continuidade.

Estão de parabéns a Cooperativa de Artesanato de Santa Maria e todas as suas colaboradoras.

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao presente voto, desejando votos de sucessos futuros.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O presente voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Passamos assim ao seguinte voto de congratulação. É apresentado pelo PSD e refere-se aos 125 anos da criação da freguesia de Santo Antão.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

(Após a votação, a Deputada Bárbara Chaves voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação

125 Anos da criação da Freguesia de Santo Antão

No dorso montanhoso da ilha dragão, rodeado de prados verdejantes desenhados com cedros endémicos entrecortados com cordões de hortenses e urzes encontramos a freguesia de Santo Antão.

Denominação da segunda metade do século XVIII, a localidade chamou-se inicialmente Ribeira Seca do Topo e tem a sua origem na Ermida que ali foi construída em honra do Santo daquele nome.

Foi das ruínas da Ermida de Santa Rosa de Viterbo, de localização incerta, destruída pelo terramoto de 1757, que nasceu a Ermida de Santo Antão.

Generosamente patrocinada pela família do Padre Ambrósio, falecido na segunda metade do século XIX e que deixou em testamento os seus bens à referida Ermida de Santo Antão, para que um dia ascendesse a Paróquia, como viria a acontecer cerca de 40 anos após a data da sua morte.

A 6 de Junho de 1889 foi criada por decreto-lei a mais jovem freguesia da Ilha de S. Jorge, resultado da divisão do território que foi até 1870 Sede do Concelho da Vila Nova do Topo.

Na origem da separação estão dois fatores primordiais: um de origem administrativa pela distância a que tinha de se deslocar uma maioria da população; outra de ordem religiosa relacionada com a comemoração das festas do Espírito Santo, que eram famosas desde aquela época até a atualidade.

A questão começa precisamente quando a população de Santo Antão resolve fazer as suas festas. Trazem a coroa para o efeito, mas os habitantes do Topo reúnem-se em romaria e não permitem que pernoite em Santo Antão, indo contra as instruções do próprio Vigário da matriz.

Os habitantes de Santo Antão encomendam a sua coroa, através dos Senhores Morgado João Ignácio de Noronha e João Silveira Leonardo, que chega a 26 de Abril de 1884, contexto em que o povo se preparou para aquela que seria a sua primeira “Festa” sem interferência das gentes do Topo.

Era Vigário, da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, o Padre Francisco Monteiro de Amorim, natural de Santa Rosa onde residia, receoso de que a nova confraria fizesse decair o esplendor das festas do Topo, proibiu o Padre Francisco Xavier de prestar qualquer culto à coroa ou efetuar a coroação e que este se viu obrigado a respeitar, comunicando o facto aos fiéis do seu Curato de Santo Antão, que pela primeira vez se dispuseram a desobedecer àquele homem que haviam conhecido como: lavrador, marido exemplar, pai de família, viúvo e agora o seu bem-amado pastor.

O Ecco Jorgense de 24 de Janeiro de 1892 narra o seguinte episódio:

“...Procedia-se à “bênção” das esmolas quando um grupo de cavalgaduras topenses surgiu arraial dentro tentando interromper a cerimónia ...”

Na edição do mesmo jornal de 21 de Outubro de 1884 relatava o seguinte:

“...O Morgado João Ignácio de Noronha, monta a cavalo e tenta fazer frente aos seus patrícios. Sozinho contra tantos acabou por ser derrubado do cavalo, e na queda partiu uma perna...”

Apesar de todos os esforços, agressões físicas, das pernas partidas e de, possivelmente, muitas outras lesões que as crónicas da época não dizem, ainda houve sobreviventes para ir ao “jantar da festa” em casa do mordomo, cujo nome não se conseguiu apurar.

Apesar de tudo, ainda, era gente a mais e as traves do sobrado da casa do mordomo não aguentaram e foi tudo parar ao rés-do-chão – (citação do Ecco Jorgense de 1 de Outubro de 1884).

Citar estes episódios, além de comprovar a vontade e tenacidade deste povo que lutou pela obtenção da independência da freguesia de Santo Antão, é também uma forma de homenagear todos quantos contribuíram para a construção e elevação da freguesia, desde a separação, construção do Império, da Casa do Espírito Santo, da filarmónica, do cemitério, entre outros esforços.

Na conturbada década de 1880 foi o Padre Francisco Xavier um dos grandes obreiros desta freguesia: recuperou a Ermida; introduziu a comemoração da Festa de Nossa Senhora de Lourdes, a terceira mais antiga dos Açores; promoveu as primeiras coroações em honra do Espírito Santo, até então realizadas na Vila do Topo; dotou a escola primária das melhores condições existentes à época em todo o

Concelho da Calheta; comprou o órgão de tubos, da autoria do Organeiro Joaquim António Peres Fontanes, um instrumento dos mais antigos e valiosos existentes nos Açores, no qual o maestro Francisco de Lacerda exerceu o ministério de organista aos 16 anos de idade.

Lamentavelmente, este instrumento que deveria ser considerado património de interesse nacional, ainda aguarda um prometido restauro.

Além desta Igreja pode encontrar na freguesia, também a Igreja de São Tomé construída em meados do século passado; a Ermida do Cruzal, construída em fins do século passado, fortemente patrocinada pelos emigrantes de Entre Ribeiras que assim manifestavam a sua devoção e realojavam o Bom Jesus de Entre Ribeiras, cuja Ermida foi destruída pelo sismo de 1980; a Ermida de São João construída no século XVII; a Ermida do cemitério em honra de Santa Rosa de Lima, em ruínas desde o sismo de 1980 e a Capela em honra de São José pertença da congregação das Irmãs do Sagrado Coração.

A Freguesia de Santo Antão reúne um conjunto de fajãs do lado sul da ilha, como São João, a mais importante e ainda habitada; a Saramagueira; Calhau Miúdo; Gaivota; Cardoso; do Cruzal; Coqueira; Labaçal. Do lado norte e hoje votadas ao abandono destaque para a fajã de Entre Ribeiras, Salto Verde e Nortes onde até ao sismo de 1980 morava gente e chegou a existir escola e posto de recolha de leite.

A produção de excelente queijo em Santo Antão é o motor da economia da freguesia, e a sua cooperativa comemora este ano 70 anos de existência.

As duas sociedades filarmónicas asseguram a atividade cultural e brilham os festejos religiosos e profanos.

O centro social e paroquial da freguesia garante valências como o Centro de dia e o jardim-de-infância.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, nos termos regimentais do artigo 71 e 73 do Regimento, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reunida em plenário de Junho de 2014, aprove um voto de congratulação pelos 125 anos da criação da Freguesia de Santo Antão.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à respetiva Junta e assembleia de Freguesia e ao Município e Assembleia Municipal da Calheta.

Horta, 4 de junho de 2014

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, António Pedroso, Bruno Belo e Luís Garcia

Deputados Duarte Freitas e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Rogério Veiros tem a palavra.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista irá aliar-se a este voto de congratulação pelos 125 anos da freguesia de Santo Antão, um voto extenso sobre aquilo que tem sido um pouco da história de Santo Antão.

Acrescentaria só aqui o papel das filarmónicas, porque é uma freguesia onde existem ainda duas filarmónicas (a nova e a velha). A Nova Aliança de Santo Antão também ligada à criação da própria

freguesia, penso que com cerca de dois anos de antecedência, porque também era uma forma da população de Santo Antão se afirmar perante os da Vila, os do Topo.

Ainda hoje para percebermos a zona do Topo, obviamente ao longo de muitos anos distante pela serra que o separava do restante da ilha em que as ligações eram feitas só por via marítima, assistimos a particularidades muito próprias desta zona da ilha e ainda durante muitos anos prevaleceram as delimitações da própria freguesia que eram marcadas por uma pedra que ora os de Santo Antão empurravam para a Vila, ora os da Vila empurravam para Santo Antão. Ou seja, esta história de Santo Antão é uma história que ainda hoje apaixona algumas pessoas, sobretudo as mais antigas.

O Partido Socialista, como é óbvio, irá votar a favor deste voto de congratulação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Ana Espínola tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP também associa-se a este voto, congratulando todos os seus habitantes por estes 125 anos de elevação a freguesia de Santo Antão.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições, vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo CDS e refere-se aos 150 anos da Banda da Nossa Senhora da Luz, dos Fenais da Luz.

Tem a palavra o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto da Congratulação pelos 150 anos da “Banda de Nossa Senhora da Luz” dos Fenais da Luz

A “Banda de Nossa Senhora da Luz” é a legítima sucessora da banda “Marcial da Luz” que foi fundada a 3 de Fevereiro de 1864, dirigida pelo Maestro Marco Paulo Carriço da Torre e que se apresentou ao público pela primeira vez a 7 de Agosto do mesmo ano.

O tempo tem demonstrado que existe nos Fenais da Luz uma cultura muito arreigada na música filarmónica que, desde muito cedo, começou a ganhar projeção. Apesar de historicamente se ter vacilado no nome a atribuir à Banda Filarmónica da freguesia dos Fenais da Luz, a banda “Marcial da Luz” rapidamente deu origem à banda “Luz e Glória”, nome que a banda assume em 1878.

A banda “Marcial da Luz” é referida como a terceira banda de música a surgir na ilha de São Miguel.

Uma dispersão de músicos da banda “Luz e Glória”, por conflitos internos, levou à criação, em 1915, de uma nova banda, a “Lira Luz e Glória” que nasceu no seio da Sociedade de Instrução e Recreio

Bartolomeu de Quental que se estreou em público no dia 15 de Agosto de 1915. Os conflitos internos da banda “Luz e Glória”, naquela data, muito se deveram ao período instável pós instauração da República Portuguesa, e que, acompanhando o processo de contestação nacional da época, faz com que um grupo de dissidentes dê origem a outra banda, designada por “Lira Luz e Glória”.

Em 1935 existiam nos Fenais da Luz três bandas filarmónicas: “Luz e Glória”, “Recreio dos Aflitos” (criada pela família Medeiros no lugar dos Aflitos em 1885) e a “Lira Luz e Glória”.

Resultado da emigração que assola periodicamente os Açores, a banda “Recreio dos Aflitos” foi a primeira banda dos Fenais da Luz a extinguir-se por falta de elementos.

Em meados do século passado, assistiu-se a uma emigração massiva de naturais dos Fenais da Luz para a América do Norte e as duas bandas que restavam entraram em crise por falta de elementos.

Assim, em 1961, é feita uma primeira tentativa para a união das bandas filarmónicas dos Fenais da Luz, criando-se a banda “União Celestial”.

A “União Celestial” teve pouco tempo de vida, porque mais uma vez um grupo de dissidentes reativou a banda “Lira Luz e Glória”.

Em 1976, com as bandas filarmónicas dos Fenais da Luz a passarem novamente por uma crise de falta de elementos, as duas direções (a da “União Celestial” e a da “Lira Luz e Glória”) influenciadas por José Maria Martins Cabral (ex-deputado desta Assembleia Legislativa) fez o que muitos consideraram ser impossível de conseguir nos Fenais da Luz: juntar as duas bandas filarmónicas, unindo esforços e congregando numa só banda todos os recursos, humanos e materiais,

formando a atual “Banda Nossa Senhora da Luz”. A “Banda Nossa Senhora da Luz” vem desde então desenvolvendo a sua atividade em prol da tradição e cultura, sempre com o intuito de aperfeiçoar os seus níveis artísticos de atuação. Por ela passaram ilustres maestros e músicos de elevada qualidade.

Pelo contexto histórico que aqui se expôs considera-se que a “Banda de Nossa Senhora da Luz” é a legítima sucessora da banda “Marcial da Luz” fundada em 1864, há 150 anos ininterruptos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelo 150º aniversário da “Banda de Nossa Senhora da Luz”, da freguesia dos Fenais da Luz, Concelho de Ponta Delgada, ilha de São Miguel, do qual deve ser dado conhecimento formal aos dirigentes e músicos da “Banda de Nossa Senhora da Luz”, à Junta de Freguesia dos Fenais da Luz, à Câmara e Assembleia Municipal de Ponta Delgada, ao Pároco da Freguesia dos Fenais da Luz e ao Centro Social e Cultural dos Fenais da Luz.

Os Deputados, Félix Rodrigues, Artur Lima e Ana Espínola

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto os Fenais da Luz têm tido ao longo dos últimos anos uma tradição na área da música e na área das filarmónicas. É uma freguesia com um grande historial na área das bandas filarmónicas,

chegando a existir três filarmónicas em simultâneo na freguesia e ao longo desses últimos anos foram oito as filarmónicas que antecederam à Banda de Nossa Senhora da Luz.

No entanto, julgo que é importante aqui referir (o PSD como é óbvio irá votar favoravelmente este voto) que existem há mais de 150 anos filarmónicas nos Fenais da Luz.

Aliás, este voto contradiz o que está escrito no livro n.º 1 de atas da Banda de Nossa Senhora da Luz que refere que a primeira filarmónica a existir nos Fenais foi constituída a 8 de setembro de 1861, que era nomeadamente intitulada de “Banda Luz e Glória”.

Também devo referir que o voto do CDS-PP refere que a “Banda Marcial da Luz” é referida como a terceira banda de música a surgir na ilha de São Miguel.

Ora bem, em 1863 já existiam cinco filarmónicas em São Miguel: a Sociedade Escolástica Filarmónica da Ribeira Grande, a Banda e União de Água de Pau, a Lira Lagoense da Lagoa, a Marcial Troféu da Povoação, a Eco Edificante do Nordeste e a Banda Amizade de Vila Franca do Campo.

Independentemente disso, o que é certo é que existem filarmónicas nos Fenais da Luz e os Fenais da Luz têm tido uma tradição para a música de há mais de 150 anos, mais recentemente também com a existência dos grandes festivais de bandas de música naquela freguesia, que contou com bandas desde os Estados Unidos, do Canadá, Portugal Continental e das nossas ilhas dos Açores que participaram nesse festival de filarmónicas.

Desta forma, o PSD precisamente também irá votar favoravelmente pelas razões históricas da existência de música e da Banda Nossa Senhora da Luz ter um antecedente de mais de 150 anos de música.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista também se vai associar a este voto de congratulação, independentemente das retificações históricas feitas pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida, mas que não as aflora porque o 150.º aniversário de uma banda, ou mais do que esses 150 anos, é sempre algo de assinalar nos Açores.

Em primeiro lugar, pela perenidade que as nossas filarmónicas têm; em segundo lugar, pelo capital social que elas representam com fortes impactos nas nossas freguesias, mas também nos Açores.

Nós acreditamos que as nossas filarmónicas representam mesmo polos de atração e de inclusão cultural nos Açores e favorecem mesmo a nossa coesão territorial.

Por todas essas razões, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista queria também realçar o apoio que tem sido dado pelo Governo Regional nos últimos dez anos em valor superior a meio milhão de euros por ano às filarmónicas, representando assim um contributo para que elas se mantenham, ou seja, para que elas durem no tempo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando nós tentamos utilizar referências, algumas delas têm que ir beber às fontes.

As referências que aqui são usadas não são bebidas diretamente numa fonte como o Deputado Cláudio Almeida refere uma que de facto não foi consultada, mas que toda a informação está disponível nos sites oficiais de várias instituições quer cultuais, quer inclusivamente da própria banda, e inclusivamente para o efeito podemos ler uma entrevista extensíssima que foi dada ao *Jornal Atlântico Expresso* que refere todas as datas e todo o historial das bandas.

Por outro lado, há aqui contatos pessoais que foram feitos e que apontam mais ou menos para essas datas. Ou seja, quero dizer com isto que as datas não aparecem aqui por acaso. São resultado não propriamente de uma consulta de arquivo, mas são resultado de recolha de fontes que dizem ter consultado os arquivos.

Era para precisar esse pormenor de como é que se chegam às datas, porque elas são importantes para que de forma fidedigna saibamos do que é que estamos a falar.

Portanto, admite-se que as fontes são cruzadas. Não são as fontes originais. Também não conheço as fontes originais, porque o Deputado Cláudio Almeida não me trouxe uma cópia para comprovarmos efetivamente se estamos a falar de 1861, ou estamos a falar de outra qualquer.

Independentemente disto, o que está aqui em causa é o valor da criação de uma banda que é das primeiras da ilha de São Miguel e

150 anos ou mais é uma proveta idade e como tal merece de facto um voto de congratulação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Cláudio Almeida pede a palavra para?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Para referir as fontes!

Presidente: Não pode intervir novamente nesta figura regimental, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já devia ter aprendido aos anos que anda cá!

Presidente: Depois pode fazer chegar essa informação ao Sr. Deputado Félix Rodrigues.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É o que farei!

Presidente: Penso que agora sim podemos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se à vitória da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande no Concurso Nacional de Manobras.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande campeões nacionais de manobras em Seniores A e em Cadetes

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande (AHBVRG) ao longo dos 139 anos de atividade, perfeitos no passado dia 15 de abril, tem desenvolvido um relevantíssimo e imprescindível serviço à comunidade, em situações de acidente e de calamidades e no apoio à prestação de cuidados de saúde, sempre em absoluto espírito de voluntariado.

Mas a esse louvável desempenho, norteado pelo lema “vida por vida”, os Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande juntam um brilhante currículo nos concursos nacionais de manobras, o qual atesta a preparação cuidada e o empenho que colocam na sua ação, com isso dignificando a corporação e os Açores em geral.

A primeira participação da AHBVRG nos concursos nacionais de manobras remonta a 1986. E desde cedo os bombeiros voluntários da cidade do norte deram provas da sua elevada competência, conquistando por diversas vezes a competição, facto que lhes conferiu o direito de representar Portugal em certames mundiais da especialidade em 1993 (Alemanha), 2001 (Finlândia) e 2005 (Croácia), na categoria de voluntários, classe A.

No passado dia 1 de junho, no Seixal, as equipas seniores A e de cadetes da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande voltaram a repetir o sucesso, sagrando-se ambas vencedoras do concurso nacional de manobras, onde participaram mais de 450 bombeiros de todo o país. Com esse triunfo abrem-se boas perspetivas de a equipa sénior voltar a representar Portugal nas

competições internacionais, feito que os cadetes, jovens bombeiros dos 12 aos 16 anos, já asseguraram para 2015, repetindo assim a participação feita nos últimos mundiais realizados na Eslovénia e na França.

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande conta atualmente com cerca de 120 bombeiros nos quadros de comando, ativo e auxiliar que servem as 14 freguesias daquele concelho micaelense.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação pelas vitórias das equipas sénior A e cadetes da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande no concurso nacional de manobras.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à direção da AHBVRG, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal da Ribeira Grande e ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 4 de junho de 2014

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Joaquim Machado, Bruno Belo e Luís Garcia

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para informar que o Grupo Parlamentar do PS tem um voto de igual teor para apresentar amanhã.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Penso que não há mais inscrições. Sendo assim vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de saudação refere-se ao 25.º aniversário da Associação de Jovens Agricultores Terceirenses.

É apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado António Parreira.

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

25.º Aniversário da AJAT

Associação de Jovens Agricultores Terceirenses

A AJAT - Associação de Jovens Agricultores Terceirenses foi fundada em 31 de maio de 1989, por um grupo de jovens, sendo presidida à data pelo Senhor José Macedo Rodrigues Bernardo.

Associação sem fins lucrativos cuja área de jurisprudence se limita à Ilha Terceira. Certidão de constituição publicada em Diário da República, III Série, n.º 13 de 17 de julho de 1989.

No passado dia 31 de maio a AJAT comemorou 25 anos de vida, Bodas de Prata. Como o próprio nome indica ainda é uma Associação jovem, mas, com futuro e com trabalho desenvolvido em prol dos seus associados e da agricultura terceirense.

Com um quarto de século de existência, as direções da Associação já foram alternadas por sete vezes, sendo atualmente presidida pelo Senhor Anselmo Dinis Borges Pires.

Presentemente a AJAT conta com três colaboradores no seu quadro de pessoal e cerca de trezentos associados, sendo cento e setenta produtores de leite e os restantes produtores de carne.

A Associação tem como objetivo a valorização técnica, empresarial e cultural dos jovens agricultores e representá-los perante organizações e entidades oficiais. Colaborar com entidades públicas ou privadas na definição da política agrícola, silvicultura e pecuária, bem como ainda promover quaisquer realizações de interesse para os jovens agricultores.

Hoje, a Associação presta um leque diversificado de serviços aos seus associados, nomeadamente, a vulgarização da qualidade do leite, silagens e pastagens, a realização de análises à terra, apoio técnico de campo, contabilidade fiscal e gestão, assessoria jurídica, regularização do SNIRB, elaboração de cadernos de campo, elaboração e acompanhamento de projetos de investimento.

A formação é uma ferramenta fundamental para a melhoria das competências e dos conhecimentos técnicos dos operários e dos trabalhadores, assim como dos agricultores.

Com o intuito de melhorar estas competências e tornar a nossa agricultura mais competitiva, a Associação de Jovens Agricultores

Terceirenses tem apostado na formação dos seus associados, através de cursos que permitam melhorar as competências e os conhecimentos dos jovens agricultores, designadamente, Competências Básicas em Tecnologias da Informação e Inseminação Artificial de Bovinos, entre outros.

Na última década e meia a agricultura açoriana evoluiu consideravelmente. Hoje, os nossos agricultores estão melhor preparados para enfrentar os novos desafios, são mais competitivos, produzem mais e com melhor qualidade, permitindo à indústria transformadora produzir novos produtos e de maior valor acrescentado.

Esta evolução deve-se em grande parte às organizações de produtores, à indústria e aos agricultores que, com o seu trabalho e dedicação conseguiram transformar e modernizar uma agricultura que atravessava um período de algumas dificuldades.

Agricultura é um dos pilares fundamentais da nossa economia, é um setor com estabilidade social, de empreendedorismo, de crescimento e desenvolvimento. Deve continuar a ser acarinhada de modo a progredir e a evoluir ainda mais.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão Plenária no período legislativo de 4 de junho de 2014, a aprovação deste Voto de Saudação, pelo 25.º Aniversário da Associação de Jovens Agricultores Terceirenses.

Do presente Voto de Saudação deve ser dado conhecimento à Direção da Associação de Jovens Agricultores Terceirenses.

Horta, Sala das sessões, 4 de junho de 2014

Os Deputados Regionais, António Parreira, Paulo Borges, Berto Messias, Francisco Coelho, Cláudia Cardoso e Domingos Cunha

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se com toda a naturalidade a este voto, tendo em conta que a agricultura é e está para continuar a ser, felizmente, o pilar sobre o qual assenta a base da economia regional.

O setor agrícola é um setor que tem (e esperamos que continue a ter) uma ampla margem de crescimento na Região, é um setor que requer mão de obra e que pode promover e sustentar o desejado aumento da empregabilidade dos jovens. Há um futuro para os jovens na agricultura e há um futuro para a agricultura nos Açores.

Portanto, o associativismo na juventude e na agricultura será cada vez mais importante num futuro a curto e médio prazo e instituições como a Associação de Jovens Agricultores da ilha Terceira têm uma importância e têm um caminho já percorrido e um caminho a percorrer que serão fundamentais naquilo que se quer em termos de geração de riqueza e de empregos na Região, tendo também um papel social importantíssimo e incontornável.

Portanto, é com natural regozijo que o PSD também se associa a este voto pelo aniversário da Associação dos Jovens Agricultores da Terceira.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de saudação é também apresentado pelo Partido Socialista e refere-se à conquista por jovens açorianos de 14 medalhas no Campeonato Nacional das Profissões.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

Jovens Açorianos conquistam 14 medalhas no Campeonato Nacional das Profissões

O Campeonato Nacional das Profissões é uma competição dirigida a jovens entre os 17 e os 25 anos e visa demonstrar o nível individual de competências, rigor e domínio de técnicas e de ferramentas para o exercício de cada profissão a concurso, através da realização de provas práticas de desempenho, que são avaliadas segundo critérios exigentes e de acordo com prescrições técnicas estabelecidas internacionalmente por júris compostos por peritos altamente qualificados.

Os jovens representantes dos Açores no Campeonato Nacional das Profissões, que decorreu recentemente na cidade do Porto,

arrecadaram sete medalhas de ouro, cinco de prata e duas de bronze, numa competição que reuniu mais de 400 concorrentes de todo o país. No total, entre os 16 representantes da Região no Campeonato Nacional das Profissões, 14 conquistaram medalhas que distinguiram as suas prestações.

Os açorianos que se sagraram campeões nacionais, ou seja medalhas de ouro, foram Leandro Câmara, em Desenho de Construção Civil – Auto-CAD, Alexandre Pacheco, em Eletricidade, Hugo Marques, em Gestão de Redes Informáticas, Cláudia Matos, em Tecnologias de Informação e Comunicação, Ricardo Lima, em Carpintaria, Andreia Pereira, em Pastelaria, e João Andrade, em Contabilidade.

Como vice-campeões, medalhas de prata, qualificaram-se Pedro Freitas, em Mesa e Bar, Tiago Paquete, em Receção, José Pavão, em Gestão de Redes Informáticas, Paulo Câmara, em Eletrónica, e Vasco Silveira, em Cozinha.

David Branco, em Gestão de Redes Informáticas, e Francisco Silveira, em Segurança e Higiene no Trabalho, conquistaram medalhas de bronze.

Os sete açorianos que se sagraram campeões nacionais vão participar nos campeonatos Europeu (EuroSkills) e Mundial (WorldSkills) das Profissões.

Estes feitos, orgulham em muito a nossa Região e, os açorianos em particular, que vêm aqui, uma vez mais, o reflexo das políticas de qualificação profissional e juventude implementadas ao longo dos últimos anos na Região Autónoma dos Açores sob a orientação do Partido Socialista. Também é notório que estes resultados advêm de um conjunto de medidas e programas em desenvolvimento que

marcam de forma inquestionável a vida dos jovens açorianos no seu dia-a-dia. A melhoria significativa do parque escolar, em todas as ilhas do arquipélago, e a implementação de uma rede de escolas profissionais foi sem dúvida uma aposta consistente e assertiva no ensino profissional nos Açores que nos últimos anos formou milhares de jovens altamente qualificados nas mais diversas áreas de formação tornando esta saída profissional viável e fundamental para a Região.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário de junho, emita o seguinte Voto de Saudação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, saúda os jovens açorianos pela conquista das 14 medalhas no Campeonato Nacional das Profissões 2014.

Esta saudação é extensiva a todos os jovens participantes no referido Campeonato Nacional, oriundos da Região, que, apesar das adversidades sempre acreditaram na sua qualificação, e no seu real valor, sendo um exemplo para todos os açorianos que apostam na formação, como base, para a construção de um futuro promissor.”

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos jovens referenciados, às suas famílias e à Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional.

Horta, sala das sessões, 04 de junho de 2014.

Os Deputados Regionais, Ricardo Ramalho, José Ávila, Miguel Costa, José San-Bento e Berto Messias

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É inquestionável a importância que a formação profissional hoje tem no mercado de trabalho que é cada vez mais exigente e competitivo e ter sucesso na formação abre necessariamente caminho para uma vida profissional mais promissora.

O êxito obtido por 14 jovens formandos açorianos no Campeonato Nacional das Profissões é naturalmente motivo de elevada satisfação e daí fazer sentido este voto de saudação do Partido Socialista.

Mas já não fará sentido, ou não fará grande sentido, a visão de algum modo maniqueísta e redutora do PS quando se aproveita do sucesso, do esforço, da dedicação destes jovens para fazer mais um número político, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila) e Deputados André Bradford e Manuel Pereira (PS): Então vote contra!

O Orador: ... nomeadamente ao dizer que isto é exclusivamente reflexo de “políticas – e estou a citar – de qualificação profissional e juventude implementadas nos últimos anos na Região Autónoma dos Açores sob orientação do Partido Socialista”, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Vote contra!

O Orador: ... querendo, parece-nos, também além de chamar a si toda a responsabilidade deste sucesso, fazer justiça, ou pelo menos um juízo sobre alguns anos para trás da própria história da governação deste Partido Socialista.

Deputado André Bradford (PS): Nessa bancada é o único que tem idade para se lembrar disso!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Sinceramente esta prosa despropositada em vez de enaltecer e abrilhantar o voto de saudação ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... mancha despropositadamente este momento de reconhecimento e de saudação ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que este Parlamento pode, deve e vai fazer.

O sucesso de muitos jovens no Campeonato Nacional das Profissões e até mesmo em campeonatos mundiais não começou ontem e esperamos que não acabe hoje.

O PSD, fazendo votos para que esse sucesso perdure no tempo e sobretudo na vida profissional destes jovens formandos, mais não pode nem deve fazer do que ignorar essa prosa despropositada ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Os jovens estão todos à espera da sua prosa!

O Orador: ... e fixar-se naquilo que é verdadeiramente importante: reconhecer e saudar aqueles que se distinguiram, os jovens medalhados e os outros que também participaram, porque a sua participação significa o reconhecimento das capacidades que aqui se lhes identificou e bem assim dos seus formadores, aos quais não é alheio o sucesso obtido por estes jovens, mas que inexplicavelmente o texto deste voto de saudação do PS esqueceu.

Disse.

Deputados João Bruto da Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Ricardo Ramalho tem a palavra.

(*) **Deputado Ricardo Ramalho (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que me apraz aqui registar nesta declaração, digamos assim, do Sr. Deputado, é que o PSD não teve iniciativa para apresentar o mesmo voto e depois aproveita-se de uma declaração para de certa forma denegrir as políticas do Partido Socialista que ao longo dos últimos anos tem levado a cabo esta questão.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não percebeu, o problema é seu, mas não posso fazer nada em relação a isso!

O Orador: O Partido Socialista apenas regista a falta de iniciativa do PSD em congratular estes jovens e a incentivar esta formação que eles tiveram ao longo da sua vida e, por isso, ficamos apenas só pelo registo da falta de iniciativa do PSD.

Obrigado.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem! Aliás, os senhores podem votar contra o voto!

Deputado Joaquim Machado (PSD): É uma visão baixinha!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem então agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Considero que nestes votos as diversas forças políticas devem abster-se de tirar dividendos políticos.

Está em causa aquele que é o trabalho da Região, está em causa aquele que é o trabalho dos nossos jovens e o reconhecimento do trabalho que tem sido desenvolvido e dos seus méritos.

Portanto, nestes votos reconhece-se o mérito daqueles que estão envolvidos e não se tenta instrumentalizar ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Os maus resultados são culpa do Governo, o sucesso já não!

O Orador: ... o mérito e o êxito dos jovens, o êxito das pessoas que estão envolvidas. Não se tenta instrumentalizar!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas o senhor instrumentaliza os maus resultados!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, meus senhores, este vosso comportamento é absolutamente inadmissível, significa uma instrumentalização que não é aceitável por parte do Parlamento dos Açores e por parte dos diversos intervenientes que têm diferentes conotações políticas, que com certeza têm diferentes filiações políticas e com certeza não gostariam de ver o seu trabalho e o seu mérito instrumentalizado por uma força política seja ela qual for.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sim, sim!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado! Muito bem!

O Orador: Por isso, meus senhores, o PPM vota contra este processo de instrumentalização do mérito que não é do Partido Socialista, é de quem se pretende homenagear e de quem se pretende reconhecer. Não é, não pode ser, não se pode aceitar de forma nenhuma este tipo de atitudes e na bancada do PPM não passa.

Deputado André Bradford (PS): Que medo!

Deputado Manuel Pereira (PS): Se fosse insucesso era culpa do Governo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora aos votos de pesar.

O primeiro a ser apresentado é do Partido Socialista e refere-se ao falecimento de Manuel Sá Couto.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Faleceu a 13 de maio de 2014 Manuel Sá Couto, professor, político, ativista, mentor de tantas gerações de jovens açorianos. Cidadão ribeira-grandense de reconhecidas qualidades humanas foi um proeminente defensor e promotor da cultura do seu concelho, que abraçava como causa pessoal, com toda a dedicação e de forma muito característica, contagiando sempre quem com ele convivia.

A Ribeira Grande viu partir, aos sessenta e dois anos, um dos seus mais notáveis filhos e um líder comunitário que certamente será

inspiração para que outros prossigam o trabalho que de forma resiliente desenvolveu ao longo da sua vida.

Nascido na freguesia da Lomba da Maia, Sá Couto (como por todos era conhecido) formou-se em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, regressando posteriormente à sua terra natal, como professor de Filosofia no Liceu Antero de Quental, onde ficou até ao fim. Aí, cedo se evidenciou como excelente orador e homem de profunda cultura, que cativava os seus alunos com uma postura de proximidade, de incentivo, nunca sendo parco no reconhecimento de um bom aluno ou de um aluno esforçado. Como alguém lembrou na altura da sua morte Sá Couto viveu a escola junto dos alunos dentro e fora da sala de aula e a Escola, ou seja, o ensino nos Açores perdeu um dos seus melhores.

Sá Couto sabia que os jovens eram, verdadeiramente, o futuro e, como tal, depositava neles toda a sua confiança e tempo, chamando-os para conversar, debater e, acima de tudo, pensar. A dor da sua perda nas gerações mais novas foi clara e pública, com uma diversidade de manifestações de pesar pelo seu desaparecimento.

Na sua freguesia sempre se afirmou como figura de relevo, não na ânsia de reconhecimento, mas na humildade do querer fazer mais pela sua terra e pelos seus concidadãos. Foi fundador da «Associação Progresso da Lomba da Maia» que chegou a ter um núcleo desportivo e um cultural. Esteve também envolvido no nascimento do Grupo Folclórico da Lomba da Maia e chegou a proporcionar serões e tertúlias culturais na freguesia.

Sá Couto foi também um cidadão politicamente ativo, tendo sido Vereador da Câmara Municipal da Ribeira Grande durante quatro

anos (de 1989 a 1993), representando o Partido Socialista, e mandatário Regional de Manuel Alegre aquando da sua candidatura à Presidência da República.

Na política, onde esteve com convicção sem nunca esconder a verdade e a independência na verdadeira aceção da palavra, marcou muitos dos que o conheceram, exercendo os seus princípios com a combatividade e paixão que tanto lhe eram características.

Desapareceu o homem, mas perdurará a memória de um legado de pedagogia, de cultura, de ideologia, de política, de generosidade ou, apenas, da sua exímia arte de conversar e rir e de conseguir extrair de todos os que o rodeavam o melhor de si próprios.

Conscientes de que a vida de quem parte continua na memória de quem fica, pelo seu incontornável e reconhecido contributo para a sociedade, e nos termos regimentais estatutários, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o presente voto de pesar pelo falecimento de Manuel Sá Couto, expressando assim o seu profundo pesar pelo seu desaparecimento.

Que deste voto seja dado conhecimento à família, à Junta de Freguesia da Lomba da Maia, à Câmara Municipal de Ribeira Grande e à Escola Secundária Antero de Quental.

Horta, Sala das Sessões, 4 de junho de 2014

Os Deputados Regionais, Graça Silva, Catarina Moniz Furtado, Benilde Oliveira, Miguel Costa, José San-Bento e Berto Messias

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila) e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se de forma muito sentida a este voto de pesar pelo falecimento do Dr. Manuel Sá Couto.

A este voto de pesar pouco haverá a acrescentar sobre aquilo que foi o cidadão com elevado sentido cívico, professor competente e dedicado, o ativista da cultura, o político.

Por isso, permitam-me um testemunho pessoal, repetindo aqui a declaração que fiz no dia do seu funeral aos microfones da Rádio Atlântida de Ponta Delgada, a partir de Angra do Heroísmo, onde estava em trabalho parlamentar.

“Partiu um amigo. Que se cuidem os anjos e as santidades que povoam o céu infinito. Juntou-se-lhes uma alma irrequieta e incómoda, que perturba a quietude do comodismo e interpreta a razão do ser e de ser na realização do bem, no fazer de cada coisa, simples ou infinda. Que se cuidem arcanjos e querubins e serafins. Ali, à suailharga, plantou-se uma voz firme. Imperturbável. Meiga nos cânticos ao Criador e à vida. Inabalável a proteger os desamparados.

Que se cuidem os amigos de Deus.

Imagino o desassossego que se instalou nas alturas, o reboliço trazido pelo novo inquilino da abóbada celeste. Não faltarão balhos furados e chamarritas, cantigas ao desafio, desgarradas e modinhas entoadas pelo seu povo, em matanças e desfolhadas. Não sei se levou consigo o acordeão. Talvez não. Basta-lhe a voz. Não aquela que tentou fintá-lo na alegria de viver, mas a que vem lá de dentro, de um íntimo que

nunca se cala. Que nunca se apaga. E essa voz mistura-se agora, tenho a certeza, com coros celestiais.

Partiu um amigo. Quis sempre ser o primeiro na luta, no trabalho, na disponibilidade; nunca nas honrarias. Deixava discretamente o palco para as vedetas da vida ou quem dele precisava para sobreviver. Partiu um amigo que vivia com intensidade as coisas boas que se lhe depararam no caminho. E saltava cada problema com a sabedoria dos filósofos que ensinava – Kant, Platão, Schopenhauer, Sartre, Sócrates, o verdadeiro, como gostava sempre de distinguir, todos os que sublimaram o pensamento e a dignidade humana.

Não fui seu aluno nos bancos da escola, mas podia ter sido. E não tendo essa sorte, tive o privilégio maior de ser seu amigo. Não aprendi com ele “a alegoria da caverna”, as “Considerações Intempestivas”, o “Livre Arbítrio”, ou a “Crítica da Razão Pura”. Mas dele guardo a sabedoria que faz da amizade um verdadeiro tesouro, que não olha a idades, a ideologias e às outras errâncias da vida.

O Manuel Sá Couto partiu. Não voltaremos a balhar o pezinho velho, o tanchão e o manjeriço. Até Deus querer.

(...)

Vira e volta a saudade...”

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, PPM e dos Deputados Francisco César e Berto Messias do Grupo Parlamentar do Partido Socialista)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois deste testemunho o meu testemunho é muito mais terra a terra. Conheci o colega, o Professor Sá Couto, em circunstâncias de debate político. Até as nossas primeiras conversas foram de grande antagonismo, mas com o tempo aprendemos a respeitar as ideias de cada um e acho que nos tornámos bons amigos.

Partiu um bom homem e quero, faço questão, de me associar a este voto de pesar do Partido Socialista.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O último voto de hoje é também um voto de pesar referente ao falecimento de João Gago da Câmara. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Na sexta-feira do Senhor Santo Cristo dos Milagres, partiu de entre nós um homem bom.

João Gago da Câmara nasceu em Ponta Delgada a 19 de abril de 1928 e aqui faleceu a 23 de maio de 2014.

Era um homem multifacetado, que dedicou a sua vida ao bem comum.

Como **homem de família**, deixou 6 filhos, 18 netos, 11 bisnetos e com sua mulher Margarida fundou em Ponta Delgada os Cursos de Preparação para o Matrimónio.

Como **homem de iniciativa**, foi fundador e primeiro presidente do Clube de Golfe de São Miguel, conciliando desporto e natureza, e do Lions Clube de São Miguel, associando companheirismo e serviço.

Como **homem do mundo**, foi cônsul nos Açores do Panamá, da França e da Suécia e Delegado de Turismo da Ilha de São Miguel.

Como **homem de comunicação**, foi diretor do “Diário dos Açores”, cronista do “Correio dos Açores” e autor de dois livros: “Recordações”, em 2002, com memórias da sua paixão pela caça, e “O Segredo Bem Guardado”, em 2011, com ficção da sua paixão pelos Açores.

Como **homem de convicções**, encabeçou a histórica manifestação popular de 6 de junho de 1975 em Ponta Delgada, que lhe valeu a condição de preso político, e duas décadas depois assumiu a liderança nacional do Partido Democrático do Atlântico.

Como **homem de poder**, foi vice-presidente e presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, de 1984 a 1989, pelo Partido Social Democrata, com honras de cofundador e primeiro presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores.

João Gago da Câmara teve uma vida cheia e encheu com a sua vida o coração da comunidade.

A sua vida e a sua morte merecem, por isso, o devido reconhecimento e o sentido pesar do Parlamento dos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Pesar pelo falecimento de João Gago da Câmara**, enaltecendo e agradecendo a sua dedicação à causa pública, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família e ao seu Município de Ponta Delgada.

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Bruno Belo, José Andrade, Humberto Melo e Luís Garcia

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se respeitosamente a este voto que assinala o falecimento do Sr. João Gago e gostaríamos de destacar três vertentes marcantes, nomeadamente o político inconformado, o cidadão muito interventivo e o homem caloroso e generoso, muito ligado à sua família, que agora nos deixa e que realmente será recordado por todas estas características.

O Sr. João Gago, como gostava de referir, dizia aos amigos que esteve envolvido em todos os grandes acontecimentos dos Açores que ocorreram durante a sua vida. Isso também já foi aqui referido aquando do voto.

Gostava também de deixar aqui uma nota e uma referência particular a um dos cargos que muito o orgulhava ter desempenhado e que

também foi aqui referido, nomeadamente o cargo de Presidente da Câmara de Ponta Delgada, para deixar aqui três apontamentos.

O primeiro, um dado curioso, o Sr. João Gago foi eleito Presidente da Câmara num mandato em que os mandatos autárquicos passaram a ser de quatro anos, anteriormente eram só de três, portanto, o mandato entre 85 e 89 foi o primeiro de quatro anos.

Depois também referir o seu papel enquanto líder político, uma pessoa que tinha um sentido muito forte de incentivar a comunidade a organizar-se e a participar e, portanto, desse ponto de vista era um homem que esteve à frente do seu tempo.

Em terceiro lugar também referir o trabalho (havia muito a dizer) que ele teve oportunidade de fazer na sua terra, no seu concelho de Ponta Delgada. Destacaria o papel inovador que também a sua administração teve a fechar ruas na cidade de Ponta Delgada, portanto, com isso transformando a estrutura urbana da cidade, algo que depois veio a ser desenvolvido em muitas outras autarquias dos Açores e também no continente. Aí revela-se um político com uma visão larga e profunda, um homem que viajava muito e que sabia interpretar aquilo que poderia ser trazido para os Açores, integrado no nosso desenvolvimento e de facto esse contributo é marcante, ninguém o tira.

Por isso, também uma referência, já agora se me permitem, ao Sr. Deputado Humberto Melo que foi um homem que tratou de perto e que fez parte destas equipas autárquicas e, portanto, fica aqui também o nosso testemunho.

Dito isto, nós também endereçamos as nossas sentidas condolências à família e aos amigos do Sr. João Gago, porque de facto foi um grande

homem, um grande cidadão e um grande político e o seu desaparecimento deixará muitas saudades a muita, muita gente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos agora fazer um intervalo. Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 27 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 07 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Iniciamos agora o período dedicado às Declarações Políticas.

Sr. Deputado Félix Rodrigues pede a palavra para?

Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP): Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Era só para referir as fontes de um voto que foi apresentado e que eu gostaria que fosse distribuído pela Assembleia e dar uma cópia ao Deputado Cláudio

Almeida, onde se refere exatamente as datas da fundação da Filarmónica de Fenais da Luz, para que não restem dúvidas de que há de facto fontes bibliográficas que afirmam as datas que eu próprio afirmei.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Faça o favor então depois de fazer chegar à Mesa o documento que será distribuído por todos.

Sr. Deputado Cláudio Almeida pede a palavra para?

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, para dizer que vou apresentar uma declaração de voto em relação ao voto das filarmónicas, que refere os 150 anos das filarmónicas dos Fenais da Luz, nomeadamente o voto refere dados históricos que dizem que há mais de 150 anos existem filarmónicas nos Fenais da Luz.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então continuar os nossos trabalhos.

O primeiro partido a apresentar a Declaração Política é o Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realizadas as eleições para o Parlamento Europeu, há que efetuar a análise dos resultados e retirar as ilações políticas da manifestação da vontade popular, no contexto europeu e no nosso país.

Na análise dos resultados, no nosso país, o Bloco de Esquerda assume que nestas eleições não conseguiu atingir os objetivos a que se propôs e, por isso, assumimos a derrota eleitoral.

Cumprimentamos, com espírito democrático, os partidos vencedores e registamos a esmagadora derrota dos partidos do Governo, PSD e CDS.

(Risos dos Deputados das bancadas do CDS-PP e PPM)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vindo de quem está em vias de extinção!

O Orador: Esta derrota do PSD e CDS mostra, de forma clara, o repúdio do povo português à política de austeridade que lhe tem sido imposta.

Esta política de empobrecimento forçado da população, da emigração como único caminho para a sobrevivência (e faço aqui nota para que não esqueçamos que, segundo estimativas oficiais, em dois anos, 200.000 portugueses emigraram, permanentemente, e 100.000, entre emigrantes temporários e imigrantes saíram do país,), ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Eles já não voltam!

Deputado Rogério Veiros (PS): Agora já percebo por que é que o Bloco está a desaparecer!

O Orador: ... do desemprego massivo, do corte nos direitos, nos salários nas pensões, enquanto 5% do PIB, o correspondente a 8 mil milhões de euros, só em juros, é entregue, todos os anos, ao sector financeiro.

Esta renda que constitui uma sangria para o país e para o povo, resultou, nestas eleições, num sinal vermelho ao Governo.

O resultado lógico desta tremenda derrota só devia ser a demissão deste governo e a convocação de eleições antecipadas.

Deputados Luís Maurício (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Isso!

O Orador: Mas estas eleições são particularmente marcadas, quer no nosso país, quer em toda a União Europeia, pela abstenção.

Como sempre denunciámos, esta União Europeia foi construída sem a participação dos povos, processo este que tem sido agravado com os sucessivos tratados, do qual o Tratado Orçamental é o corolário de tal processo antidemocrático.

Este quadro antidemocrático é ainda agravado pelas políticas financeiras e económicas que dirigem, hoje, a Europa.

A política europeia é dirigida pelos interesses do sector financeiro e dos grandes interesses económicos.

Esta política pretende impor a asiaticização das relações de trabalho, o fim do Estado social, a privatização galopante de sectores estratégicos ou essenciais às populações, a desregulamentação acelerada das relações comerciais, em que o fim das quotas leiteiras é exemplo, assim como, num futuro próximo será o Tratado de comércio livre com os Estados Unidos.

Aos diferentes povos é imposta não só a míngua da democracia como o empobrecimento forçado e a perda de direitos.

É isto que a Europa tem para oferecer aos povos que a compõem, em contraponto, os povos respondem com a abstenção aos processos eleitorais.

Não partilhamos da opinião de que este fenómeno seja positivo, é pelo contrário bastante nocivo, até para ajudar a mudar o estado a que chegou esta União Europeia.

Mas se esta política, contrária aos interesses dos povos, produz este alheamento, ela é paralelamente o fermento de lógicas chauvinistas que, por toda Europa, ganham terreno.

Alterar as políticas europeias, pondo no centro as pessoas e a economia, é o único caminho para vivificar a democracia e derrotar a extrema-direita. Defendemo-lo antes das eleições e prosseguiremos na sua defesa.

Por isso, hoje, a batalha contra o Tratado Orçamental, pilar dos interesses da finança e dos oligopólios, é a batalha que nos deve mobilizar em Portugal, assim como nos restantes países da Europa, a bem das pessoas, do emprego, da economia e da democracia. Mas o rescaldo destas eleições trouxe para o debate político, em Portugal, novas ameaças.

Se o minguar da democracia na Europa é uma necessidade para impor as políticas austeritárias conduzidas pela Alemanha, esta mesma linha é hoje defendida pelos dois candidatos à liderança do PS.

Numa lógica populista quer Seguro, quer António Costa defendem a diminuição de deputados na Assembleia da República e a alteração e a introdução dos círculos uninominais.

Afinal, o PS, o partido que se reclama das liberdades e democracia, em Portugal, quer restringir a democracia e impor maiorias através de jogos de secretaria. Se juntarmos a isto a defesa do Tratado Orçamental, na essência, o que oferece ao povo português é a continuação do caminho que PSD e CDS, atualmente, impõem.

Mais do que caras é a essência das políticas e sua concretização que têm de ser discutidas. Pois, para as legislativas que se aproximam, corremos o risco de se dizer uma coisa em campanha e fazer outra, quando se está no governo.

E esta é a verdadeira causa da abstenção das pessoas, no processo político.

Neste combate, o Bloco está e estará presente, pois não é um ciclo de desaires eleitorais que nos fará esmorecer e perder acutilância e fulgor.

Estamos, hoje, na luta e na profunda reflexão que faremos no nosso processo convencional já aberto, sairemos mais capazes para oferecer um Bloco de Esquerda reforçado no combate pelo emprego, pela economia, pelos direitos de quem trabalha e pela democracia.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

A Mesa já tem o Sr. Deputado Paulo Estêvão inscrito, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sei que o PPM não teve bons resultados, portanto, não vou analisar os meus.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Berto Messias (PS): Ao contrário do PCPT-MRPP!

O Orador: Mas com o que fico surpreendido é que compreende-se que não fale nos meus resultados, agora que o Bloco de Esquerda fale nos seus resultados é que me parece uma peça de suicídio discursivo aqui, nesta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Critica os outros! É preciso comprar um espelho!

O Orador: Porque é preciso ver que o Bloco de Esquerda, que tinha três deputados no Parlamento Europeu, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): É já só um!

O Orador: ... ficou apenas com um deputado no Parlamento Europeu.

O Bloco de Esquerda até perdeu com um partido que foi criado a dois meses das eleições, o Livre, a disputar as mesmas eleições, perdeu em Lisboa essa disputa com um partido que nasce do interior do Bloco de Esquerda.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Da sua própria decrescência!

O Orador: Portanto, a conclusão que o Bloco de Esquerda, antes de vir aqui dizer aos outros para tirarem conclusões, como disse em relação ao PSD e ao CDS, deveria fazer com humildade democrática ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Humildade democrática no Bloco de Esquerda?!

O Orador: ... era dizer assim: “Bom, antes de dar lições aos outros vou ver o que é que aconteceu, o que é que me caiu em cima. Qual foi o cataclismo de ter uma redução brutal em relação ao número de votos e de mandatos?”

Esse teria sido um exercício fundamental, acho que é um exercício que o Bloco de Esquerda deve fazer, porque a descer desta forma terá grandes dificuldades em continuar a manter-se na Assembleia da República nos próximos anos.

Portanto, daqui a pouco alguns daqueles que profetizaram que o Bloco de Esquerda teria uma existência apenas conjuntural, porque as causas do Bloco de Esquerda entretanto desatualizaram e o discurso desatualizou, então muitos poderão dizer que tinham razão e que o Bloco de Esquerda é um epifenómeno.

Nesta matéria devo dizer que o meu partido está a festejar 40 anos.

Deputado Francisco César (PS): Quase tantos anos como o senhor tem de liderança política!

O Orador: Os resultados a nós não nos abatem. Continuamos aqui, vamos concorrer outra vez, festejámos 40 anos de existência e evidentemente ao longo destes anos já assistimos ao surgimento de muitos partidos, ao fim de muitos partidos e nós aqui estamos e garanto que vamos continuar. Temos a perenidade que tem a monarquia.

Portanto, meus senhores, em relação a esta questão, o que tenho a dizer ao Bloco de Esquerda é que há algo que é inegável quando se tem uma descida tão acentuada no número de votos, é que a mensagem do Bloco de Esquerda não está a passar e que aquelas que são as causas que o Bloco de Esquerda está defender e a ideia programática também não estão a passar.

Digo-lhe isto não estando contente com os meus resultados, apesar do PPM ter crescido e até ter crescido de forma significativa, tendo em conta o nosso contexto inicial.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Queria informar a câmara que estão nas galerias alunos do 7.º F da Escola Secundária Manuel de Arriaga, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

(Aplausos da câmara)

Continuam abertas as inscrições.

Julgo não haver mais inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É de facto surpreendente que o Bloco de Esquerda venha aqui analisar as eleições ao Parlamento Europeu sobretudo num registo de espiar os seus próprios fracassos e de facto, Sr. Deputado, nós concordamos com a sua análise na parte que admite o desaire eleitoral do Bloco de Esquerda. É de facto um aspeto que merece a nossa concordância. De facto, o Bloco de Esquerda parece estar num declínio muito acentuado, mas já falaremos nisso.

Nós não poderíamos deixar, porque de eleições europeias se tratou, de fazer uma muito breve referência à questão precisamente no plano europeu.

Os Srs. Deputados sabem que nós debatemo-nos por isso, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Coisa que os senhores não falaram antes das eleições!

O Orador: ... para haver uma alteração da correlação de forças que neste momento domina a Europa e nós achávamos, e continuamos a

achar, que as eleições para o Parlamento Europeu eram o momento adequado para se poder criar um contraponto a uma Europa que hoje vive de uma grande preponderância da Alemanha ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é que está à frente da Alemanha?

O Orador: ... e também de uma grande preponderância dum Conselho Europeu que é dominado também por partidos sobretudo dum centro de direita.

De facto, esta maioria que foi reforçada no Parlamento Europeu da parte do PPM faz-nos supor que de fora da Europa esse enquadramento para o nosso país, um país periférico com as dificuldades que atualmente temos, não melhorará substancialmente. Isso é um dado de preocupação, isto significa que o país terá que ter um governo forte, um governo competente, mas um governo que terá pouca margem de manobra para poder alterar essas políticas europeias.

Apesar de tudo, como é óbvio, nós achamos que é possível um Portugal diferente, um Portugal que concilie rigor na gestão do ponto de vista das finanças públicas com o crescimento e com o emprego e o PS continua vinculado a este compromisso.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Qual compromisso? Qual PS?

O Orador: Em relação aos Açores, os resultados nos Açores, como é óbvio, suscitam-nos duas apreciações muito claras.

Em primeiro lugar, de facto nós não podemos deixar de registar aquilo que foi uma questão transversal nestas eleições, que tem a ver com a abstenção. É realmente um aspeto que merecerá, já mereceu, merece e continuará a merecer da nossa parte uma atenção especial e

um tratamento especial, mas também este resultado foi inequivocamente um resultado muito bom para o PS/Açores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Para o PS/Açores!

O Orador: Foi um resultado muito bom, um resultado, Sr. Deputado do Bloco de Esquerda e utilizando o seu critério, que significa que os açorianos apreciam o Governo e o trabalho do Governo, porque utilizando o seu critério (e o critério é seu), face àquilo que explicou, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! É para o Bloco de Esquerda!

O Orador: Com certeza! Estou a responder à declaração do Bloco de Esquerda.

... o senhor introduz-nos aqui um aspeto que permite uma leitura muito clara: os eleitores dos Açores não censuraram o Governo do PS e a conclusão é porque consideram que o Governo do PS é um bom Governo. É a sua leitura. Nós concordamos. Aquilo sobretudo que absorvemos é que este resultado reforça a confiança no PS – isso é objetivo –, e conseqüentemente é um resultado que nos dá muito alento.

Tivemos mais confiança e o PS interpreta essa confiança da parte dos açorianos como uma maior responsabilidade ainda para nós continuarmos a desenvolver os Açores e a superar as dificuldades que se nos têm deparado nestes últimos anos, mas há também um aspeto do resultado eleitoral que merece uma referência de todos.

É porque se naquilo que diz respeito ao bloco social de apoio que suporta o Governo não há propriamente novidades, antes pelo contrário, há um reforço dessa confiança e dessa força, do ponto de

vista das oposições nós temos aqui novidades muito interessantes e que merecem uma leitura política.

Não teremos tempo aqui para divagar muito sobre essa interpretação, mas há uma questão que deve ser aqui sublinhada: nós nos Açores poderemos estar a assistir a uma reconfiguração das oposições ao PS. O enfraquecimento do bloco de direita, o desaparecimento de expressão eleitoral de vários partidos aqui representados e o surgimento de novas forças políticas ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Com 80% de abstenção!

O Orador: ... significa que, se calhar, as referências que insistentemente o PS tem feito aqui, neste Parlamento, de que a oposição deveria fazer mais, deveria fazer melhor e deveria ter um contributo mais substantivo, podem estar muito perto da verdade.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, há uma mensagem que o eleitorado deu no passado domingo, 25 de maio, que todos devem ler atentamente. Nós podemos estar a assistir a uma reconfiguração política da oposição nos Açores e isso para o PS é muito importante, porque nós sempre dissemos que queríamos e desejávamos uma melhor oposição e vamos a ver o que é que os açorianos dirão disso no futuro.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

Deputado Francisco César (PS): Não é para si! Está a fazer um ótimo trabalho no seu partido!

Deputado Berto Messias (PS): Tem é que corrigir umas coisas!

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, minhas senhoras e meus senhores:

Em primeiro lugar, em relação às eleições europeias já tivemos oportunidade de nos pronunciar dando os parabéns aos vencedores e no caso dos Açores com a felicidade de podermos contar com dois deputados, um do Partido Socialista e um da coligação, eleitos nas listas para o Parlamento Europeu. São pessoas naturalmente com que os açorianos devem contar na defesa dos interesses das ultraperiferias, na defesa dos interesses de Portugal e também com a segurança de serem agentes políticos que vão conquistar amizades e vão conquistar vontades a favor dos Açores e de Portugal e isso é muito relevante.

Uma outra questão, para além do reconhecimento da derrota da coligação e da vitória do Partido Socialista, tem a ver com a abstenção.

É evidente que com 80% de abstenção qualquer ilação política tem de ser priorizada em relação à análise que temos que fazer de tanta gente a não querer dirigir-se às urnas e o porquê.

É evidente que são eleições que não despertam a vontade das pessoas de se deslocarem às urnas e são eleições que normalmente as pessoas que levam às urnas é para castigar alguém. Neste caso, como sabemos, em 2004 os partidos que estavam em coligação na República, que estavam no Governo da República, perderam as

eleições; em 2009 quem estava no Governo da República perdeu as eleições europeias e de novo em 2014 isso acontece também. É verdade que houve uma concentração dos votos de protesto nos Açores no Partido Socialista, na medida em que os três partidos que a nível nacional (o MPT, o Bloco de Esquerda e o PCP) conseguiram 24% dos votos, ...

Deputado André Bradford (PS): Por que é que aqui foi o Partido Socialista?

O Orador: ... nos Açores conseguem apenas 12% e a verdade é que é o Partido Socialista que congrega esses votos e essa pressão.

Deputado André Bradford (PS): Mas por que é que foi o Partido Socialista?

Deputado Berto Messias (PS): Vou ter de pedir um protesto! Isto é uma leitura política!

Deputado Francisco César (PS): Não tire ilações!

O Orador: Sucede naturalmente que, apesar desta abstenção enorme que surgiu e dos parabéns que nós temos que dar aos vencedores, aquilo que é importante também todos nós refletirmos é o que é que nós podemos fazer para conseguir congregar vontades às pessoas para valorizarem aquilo que de facto é importante na União Europeia.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor tire ilações!

O Orador: E aquilo que nós hoje em dia nos confrontamos, no âmbito da União Europeia, é que um conjunto de partidos e de expressões organizadas políticas mais radicais estão ganhando força.

Deputado André Bradford (PS): Que silêncio vai nessa bancada!

O Orador: As principais forças, nomeadamente o PPE e o PSE, têm de refletir sobre o que é que devem fazer na condução do projeto

européu para o tornar mais aliciante, por um lado para os eleitores, e por outro lado para conseguirem melhorar a governança da União Europeia, garantindo que este espectro dos radicais não continue a crescer no âmbito europeu, porque sendo eleições europeias e com esta expressão de 80% de abstenção, não podemos deixar também de ter em conta, não tanto em Portugal, mas noutros países, onde houve uma abstenção menor e onde houve este crescimento inusitado de forças extremistas, que nós temos que pensar o que é que podemos fazer para que a União Europeia consiga concitar dentro das suas fronteiras mais admiradores, aliás, como acontece fora da União Europeia, onde parece que aqueles que admiram a União Europeia se situam mais fora das nossas fronteiras do que dentro das nossas fronteiras.

Muitas vezes se utiliza a União Europeia, o Parlamento Europeu, como desculpa, como argumento, ao longo de todos os dias, de todos os anos e depois quando chega a altura das eleições europeias queremos chamar a atenção para a importância e o valor da União Europeia.

A própria população, os eleitores, encontram aqui, ...

Deputado André Bradford (PS): Isso é muito interessante, mas não tem nada a ver com o assunto!

O Orador: ... encaram isto com alguma incredulidade e, portanto, muitas vezes depois é difícil desmontar o discurso de culpas a Bruxelas em vésperas das eleições europeias.

Muitos políticos têm o hábito de apontar o dedo a Bruxelas em tudo quanto é problema e chamar a si tudo o que é solução.

Não é bem assim e como não é bem assim depois as pessoas na baralhação acabam por nem ir votar como aconteceu nos Açores, com 80% de abstenção, ...

Deputado André Bradford (PS): Conclusão: o senhor não tem culpa nenhuma!

O Orador: ... a nível nacional com 67% de abstenção e em muitos países da União Europeia com uma abstenção substancialmente superior àquilo que é habitual nas outras eleições.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Rogério Veiros (PS): Como é? O Sr. Deputado Artur Lima não aplaude a coligação?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições, sendo assim para encerrar esta declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão referiu-se ao Bloco de Esquerda como se tivesse de fazer grandes reflexões e, aliás, tive ocasião de ali explicitar de forma bastante clara que nós temos uma convenção marcada ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai ser a crise agora!

O Orador: ... e da vida do Bloco de Esquerda compete aos aderentes do Bloco de Esquerda decidir e fazer o devido diagnóstico.

Agora, quanto à alegada extinção de causas pelas quais o Bloco de Esquerda se bate, bem, discordo inteiramente de si.

Enquanto houver um país e uma Europa marcada pela desigualdade, por políticas que nos conduzem ao empobrecimento, por políticas que retiram o pouco que os explorados têm para entregar ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): À banca!

O Orador: ... àqueles que sempre foram exploradores, o Bloco de Esquerda terá sempre causas pelas quais se irá bater.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Enquanto houver uma Europa e um país ameaçado pelo Tratado Orçamental que não é mais do que um disfarce ou está disfarçado por um alegado rigor orçamental, que é tudo menos de rigor orçamental ...

O Tratado Orçamental não vem aqui tratar de qualquer rigor orçamental, aliás, basta ouvir as palavras do Comissário Europeu Olli Rehn que nos diz que o cumprimento das metas não é o mais importante, o que é importante é a implementação das reformas.

E que reformas são essas que temos vindo a conhecer?

O empobrecimento, a retirada de direitos aos trabalhadores, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é a Europa Socialista!

O Orador: ... o reforço daqueles que exploram, o enfraquecimento daqueles que sempre foram explorados.

Portanto, enquanto tivermos no nosso país e na nossa Região partidos como o Partido Socialista, o Partido Social Democrata, o CDS-PP e penso que também o Partido Popular Monárquico, que apoiam o Tratado Orçamental ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso!

O Orador: ... e mais do que apoiar o Tratado Orçamental recusam qualquer referendo, mais uma vez não querem que o povo português se possa pronunciar sobre um instrumento europeu que nos irá impor ainda mais austeridade para além da troika, ...

Ou seja, esta coisa de saída limpa é tudo menos limpa, ...

Deputado André Bradford (PS): Nem sequer é saída, quanto mais limpa!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a falar da saída de Seguro?

O Orador: ... quando vamos estar sujeitos a um rigor que só cumpre, ou que só procura cumprir, uma transferência de direitos dos trabalhadores e de rendimentos do trabalho para o grande capital.

Portanto, nós sabemos de que lado é que estamos. Estamos do lado dos trabalhadores, estamos do lado de quem continua a perder direitos e queremos estancar essa sangria que está neste momento a ocorrer na nossa sociedade, em que os trabalhadores perdem direitos, trabalhadores e pensionistas, ou seja, o ataque não é só a quem trabalha, é também a quem já trabalhou.

Nesta luta nós estamos bem conscientes de que lado é que estamos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas temos o Tribunal Constitucional para dizer!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas a SATA não é da mesma opinião!

O Orador: O mesmo não se pode dizer quer do Partido Socialista, quer do Partido Social Democrata, quer do CDS-PP.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tanta demagogia!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, só para informar que vamos fazer chegar à Mesa, para que a Mesa distribua ao Bloco de Esquerda, o programa do partido conforme nós não defendemos o Tratado Orçamental da forma como ele está construído.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Será remetido posteriormente então.

Para a próxima declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma parte central dos problemas do nosso desenvolvimento resultam de decisões e opções políticas que são tomadas muito longe dos Açores, em função de outras prioridades e interesses, que não levam em conta as nossas especificidades.

Existem, e não podem ser esquecidas, grandes responsabilidades diretas dos sucessivos governos regionais nas dificuldades que as empresas e as famílias açorianas atravessam. Mas, a verdade é que muitos dos problemas mais centrais, dos fatores que mais impacto têm sobre a economia regional decorrem de opções políticas nacionais e europeias.

PS, PSD e CDS sempre estiveram – e continuam – perfeitamente unidos no rumo de liberalização da economia, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Obrigado!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas que linda gravata, Sr. Deputado!

O Orador: ... de retração do papel do Estado, de forma entusiástica há poucos anos atrás, de forma mais envergonhada agora que os ventos da crise deixam a nu a dimensão do falhanço dessas políticas.

Os custos dessa opção desses três partidos, o preço dos seus erros, é paga agora, amargamente, por todos os portugueses e por todos os açorianos, com claros efeitos diretos na nossa economia e na nossa Região.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Falemos claramente:

Uma das razões fundamentais para as dificuldades do nosso arquipélago são os custos do endividamento, que suga em cada ano milhões de euros à economia regional. As instituições bancárias levam uma fatia cada vez maior da riqueza produzida pelos açorianos, deixando-nos com pouco, ou mesmo nada para reinvestir, para semear um futuro melhor para as próximas gerações.

Perguntem aos nossos autarcas, aos nossos empresários, aos dirigentes das nossas cooperativas agrícolas, qual é o grande centro de custo que os impede de investir. A resposta será sempre a mesma: a dívida bancária e os seus juros e taxas, ...

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: ... que como uma grilheta de servidão foi amarrada ao pescoço dos açorianos!

O serviço da dívida anula os apoios e incentivos pagos com fundos públicos, que acabam por ser sempre canalizados, de forma direta ou indireta, para o setor financeiro, um ralo por onde têm desaparecido sem deixar rasto centenas de milhões de euros do dinheiro dos açorianos!

A primeira e maior dificuldade que as nossas empresas e instituições atravessam, relacionam-se diretamente com a inflexibilidade e exigências agiotas da banca privada.

Depois de receberem milhares de milhões de Euros de financiamento público para os salvar dos seus maus negócios, as instituições bancárias recusam os investimentos que são necessários para dinamizar a economia nacional e, recusam reestruturar as dívidas das instituições, aliviando-as assim de um serviço da dívida incomportável, que as pode empurrar inexoravelmente para a insolvência.

O setor financeiro continua, assim, a embolsar milhões de Euros da riqueza produzida pelos açorianos, dinheiro que sendo reinvestido na Região, nos garantiria com certeza um nível de desenvolvimento económico muito diferente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta situação não acontece por acaso. Acontece porque, como disse no início desta intervenção, PS, PSD e CDS se uniram na cegueira ideológica do neoliberalismo, aceitaram acriticamente e com servilismo os ditames da integração capitalista europeia e amputaram

o Estado Português dos meios que lhe permitiriam fazer face a estes e outros problemas.

Deputado Francisco César (PS): Já não ouvia um discurso comunista há muito tempo!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto está...!

O Orador: Mas não o fizeram apenas em Bruxelas ou Lisboa. Não foi só a privatização da banca ou a recusa de pôr a CGD ao serviço da economia nacional. Fizeram-no aqui nos Açores, onde deram cumprimento à privatização do banco regional, entregando esse instrumento fundamental à gula dos privados, que têm naturalmente outras prioridades que não o desenvolvimento da Região.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso é um problema de defesa nacional!

Deputado Francisco César (PS): Isso nem há 50 anos!

O Orador: História antiga dir-me-ão V. Exas. ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Não!

O Orador: Mas eu respondo: Imaginem o que poderíamos fazer agora, se tivéssemos um banco regional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Vendíamos!

O Orador: Pensem no que poderíamos poupar aos açorianos, nos bloqueios que poderíamos romper aos investimentos de que o nosso arquipélago precisa.

O Sr. Vice-Presidente disse que voltava a vender o BCA.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Se o tivéssemos, vendíamos! Mas podemos nacionalizá-lo, se quiser!

O Orador: Eu estava convencido que o Sr. Vice-Presidente ficaria satisfeito se pudesse ter à sua disposição um instrumento financeiro na Região que resolvesse alguns dos nossos problemas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas ele tem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ele tem! Pena ter gastado dinheiro com isso!

O Orador: Mas como dizia, pensem nisto e digam-me: foi boa ideia privatizar o BCA? Não seria positivo se tivéssemos esse instrumento ao dispor dos açorianos?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ele tem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se este problema exige respostas de fundo, que nunca serão imediatas e que dependem de profundas mudanças políticas no nosso país, há medidas imediatas que são irrecusáveis.

Embora este seja um problema nacional e mesmo europeu, o PCP considera que o Governo Regional não se pode desresponsabilizar de fazer o que está ao seu alcance, nomeadamente constituindo-se como parceiro dos Municípios, das Cooperativas Agrícolas e de outras instituições centrais para a economia das nossas ilhas, ...

Deputado Francisco César (PS): O que o senhor quer, sei eu!

O Orador: ... mediando as suas negociações com a banca e avalizando os financiamentos e a reestruturação das dívidas que são essenciais.

Sobretudo, o que o Governo Regional não pode é estimular o aparecimento das instituições, incentivá-las a investir e a crescer e, depois, lavar as mãos e derramar lágrimas de crocodilo acerca das

suas dificuldades, deixando-as a caminhar tristemente para a insolvência sem nada fazer.

O Governo Regional tem de saber usar a sua posição de maior cliente bancário de toda a Região para obter melhores condições de financiamento e não se limitar a recorrer aos do costume, aceitando sem discutir a nova taxa de extorsão que decidirem cobrar.

Não está ao alcance das competências deste Parlamento impor uma mudança de comportamento aos agiotas banqueiros, é certo. Mas é necessário que não continuemos a pactuar, paulatinamente ou por omissão, ...

Deputado Francisco César (PS): Aliás, essa era a melhor forma de baixarmos as taxas de juro!

O Orador: ... com essa ganância desmedida, que vem em bandos, com pés de veludo, chupar o sangue fresco das nossas manadas. Não os podemos deixar comer tudo!

Disse!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Esta última frase ...!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que em relação ao conteúdo, que é cerca de um quarto da sua intervenção (o conteúdo central), que é o facto do Governo Regional passar a ter um papel muito mais ativo no âmbito da reestruturação da dívida das nossas cooperativas agrícolas, concordo

consigo. Concorde consigo e penso que nós, todas as forças políticas aqui, independentemente da ideologia, compreendem que estas cooperativas estão a passar por enormes dificuldades.

Agora isto não pode ser um cheque em branco e têm que existir contrapartidas e as contrapartidas estão na área de uma gestão racional destas instituições, porque há muita desta dívida que resulta de uma gestão que não foi uma gestão eficaz.

Portanto, o Governo deve com certeza colaborar na reestruturação, na ajuda, no apoio institucional que pode dar a estas entidades, mas tem de ter uma contrapartida e a contrapartida é ter a certeza absoluta que vamos ter uma gestão racional destas cooperativas.

Com a segunda parte do seu discurso não posso concordar, até porque é incongruente, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado apresentou-se aqui com uma pose, uma espécie de Robin dos Bosques, que quer roubar tudo aos bancos.

Bom, tem um problema grave: é que sem a banca não consegue colocar a nossa economia a funcionar ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não disse isso!

O Orador: ... e isto é uma verdade desde o século XVII.

Ainda por cima não gosta de bancos, mas se o banco for nosso, se for da Região, já está de acordo. Não gosta é do banco dos outros, mas se tiver o seu próprio banco o Sr. Deputado já concorda.

Considero é que nós ...

Deputado Francisco César (PS): Um banco sem juros não é um banco!

O Orador: O que nós temos que ter nesta matéria, ...

(Aparte inaudível do Vice-Presidente do Governo Regional)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tem liquidez!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E géneros!

O Orador: Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe!

Não temos que ter um discurso populista no sentido de diabolizar as instituições financeiras. Elas têm um papel muito importante na economia moderna. Têm um papel absolutamente fundamental.

Agora o que é necessário garantir é que não haja um processo de endividamento que decorre muitas vezes de uma gestão calamitosa e nós, a Região, não podemos continuar a assumir esse tipo de compromissos, porque depois o que nós vamos dizer no discurso político é que a Região tem compromissos muito alargados, muito para além da sua capacidade orçamental e depois, ao mesmo tempo, empurrámos a Região a assumir compromissos sucessivamente que decorrem de uma gestão que deixa muito a desejar. Isso, nós não podemos fazer. Tem que existir uma contrapartida clara.

Concordo que é necessária e é urgente essa intervenção, agora o que é fundamental é que a contrapartida tem que se basear numa gestão racional dessas instituições e isso, como sabe, não é algo que se possa verificar em 100% dos casos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver inscrições.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Não ia deixar o seu amigo mal!

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: A intervenção política, Sr. Deputado Aníbal Pires, teve uma oportunidade de poder trazer aqui ao debate um aspeto que é essencial, que é a capacidade financeira que as instituições financeiras, a banca, possam ter ou não para contribuir para o desenvolvimento económico.

Evidentemente não partilho de maneira nenhuma da abordagem ideológica e técnica que fez sobre esta matéria, mas quero dizer que efetivamente existe, existiu e ainda existe, um grave problema do ponto de vista do próprio sistema financeiro. Um problema que em parte é da responsabilidade do próprio sistema financeiro e um problema que na sua grande parte deriva de um problema europeu.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Aí é que está!

O Orador: Nós todos aguardamos com particular atenção aquilo que serão as decisões que amanhã o Banco Central Europeu vai tomar, mas temos consciência de que nestas decisões está uma guerra clara entre dois blocos de interesses europeus: aqueles que acham que a moeda e que a intervenção do Banco Central Europeu deve ser essencialmente uma intervenção anti inflacionista e aqueles que acham que o Banco Central Europeu deve ter essencialmente um papel de desenvolvimento económico. Por um lado, a diferença entre aqueles que defendem os interesses da Alemanha e aqueles que defendem os interesses do resto da Europa.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: A decisão que for tomada amanhã que terá uma influência muito grande naquilo que o Sr. Deputado falou na importância do sistema financeiro, no alavancar a economia, de poder continuar a reduzir os custos de acesso aos financiamentos, que são fatores decisivos na competitividade das nossas empresas, vai em grande parte se decidir amanhã. No fundo, o que se vai decidir é se ganham os interesses da Alemanha, ou se ganham os interesses do resto da Europa. Não é chamando nomes à banca.

Quero dizer que a banca teve efetivamente responsabilidades neste processo. Existe muito crédito mal parado que constitui imparidades por parte da banca e que estão a repercutir (os custos dessas imparidades) no custo da concessão de crédito que foi responsabilidade da própria banca, mas essencialmente o que existiu ao longo, no caso concreto de Portugal, dos últimos três anos foi efetivamente uma incapacidade do sistema financeiro europeu de proteger a liquidez necessária das instituições financeiras nacionais e isso implicou que o custo do financiamento para as empresas, para as famílias e no fundo para todos os agentes económicos tenha, por um lado, sido extremamente restringido e com isso com consequências económicas devastadoras, mas também que o custo desse financiamento tenha subido de forma significativa.

Efetivamente regista-se nos últimos três, quatro meses, uma mudança bastante significativa já do custo desse financiamento. Hoje o custo de financiamento em Portugal é cerca de metade daquele que era no início do ano e isso deve levar a uma oportunidade de todos os agentes económicos renegociarem os seus financiamentos: as cooperativas, todas as instituições públicas e privadas.

Há hoje uma realidade que reduz significativamente, mas o valor do custo ainda está, de acordo com o Banco Central Europeu, demasiado elevado e aquilo que o Banco Central Europeu considera que deve ser o seu papel é fazer a partir de amanhã, com essa decisão, uma injeção muito significativa de recurso no sistema financeiro para poder financiar particularmente as pequenas e médias empresas de acordo com a política do Banco Central Europeu e a sua análise não chegou ainda a essas empresas.

Portanto, é fundamental que o Banco Central Europeu amanhã decida colocar no sistema financeiro os recursos necessários para baixar ainda mais (é fundamental baixar ainda mais) os encargos financeiros e com isso ativar a economia, quer por via da redução dos custos, quer por via da injeção necessária da liquidez na economia.

Esse é um desafio que se vence não chamando nomes à banca, mas um desafio que se vence politicamente, exigindo que as políticas europeias e os governos dos países que decidem a política do Banco Central Europeu façam com que os interesses da Europa do Sul vençam perante os interesses da Alemanha.

Isso é que estará em decisão amanhã e se vencer a política expansionista do ponto de vista do sistema financeiro teremos com certeza consequências muito positivas para a economia nacional. Se vencerem os interesses da Alemanha teremos e manteremos alguma dificuldade nesse sentido.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Vice-Presidente não respondeu à proposta do PCP!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Julgo não haver mais inscrições.

Sendo assim, dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires para encerrar a sua Declaração Política.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo: É evidente, Sr. Vice-Presidente, que o que nos separa em termos...

Deputado Francisco César (PS): Há uma linha!

O Orador: Há uma linha, efetivamente, e essa linha é uma matriz ideológica ...

Deputado Francisco César (PS): É que o senhor é mesmo comunista!

O Orador: ... naquilo que concerne ao papel do setor financeiro, que com certeza está também reconhecido até na forma como eu abordei a questão. Agora isso não nos deve impedir de chamar os nomes às coisas. A verdade é esta: a banca privada foi a grande beneficiária da crise financeira que estamos a atravessar. Esteve na origem dela e beneficia-se dela.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A Alemanha, os Estados Unidos...

O Orador: Oh, Sr. Vice-Presidente, sabemos que isto serviu para recapitalizar a banca e que serviu ...

E há uma outra questão: a banca vai financiar-se no Banco Central Europeu a taxas reduzidas e depois nos financiamentos aos particulares e às empresas são cobrados juros agiotas.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, nós temos que chamar “os bois pelos nomes” e neste caso, efetivamente, a banca tem tido uma atitude de vampirismo relativamente ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vampirismo!?

O Orador: Vampirismo, exatamente!

... ao estrangulamento da economia, sobretudo a sugar aquilo que são dinheiros públicos, dinheiros dos povos europeus, designadamente do povo português e dos Açores.

A verdade é essa! Quem paga a recapitalização da banca, ou quem a pagou, fomos nós.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, independentemente de até poder concordar com a análise e com a questão que colocou relativamente à luta que se desenvolve em termos europeus, a verdade é esta, o que eu disse não deixa de ser verdade, Sr. Vice-Presidente: quem faz a recapitalização da banca é o povo, é o povo com o dinheiro dos cortes, é o povo pagando impostos elevadíssimos e esse dinheiro vai todo para a banca.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é verdade!

O Orador: É também aquilo que é pago pelos juros agiotas que a banca paga. A banca, de facto, tem um papel importante na alavancagem da economia e efetivamente o desafio que foi feito aqui ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente! É verdade!

O Orador: O Sr. Vice-Presidente não respondeu ao desafio que lhe foi colocado.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

O Sr. Vice-Presidente não respondeu aqui ao desafio que foi feito pelo PCP, daquela tribuna, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

O Orador: ... e o desafio é se o Governo quer ou não assumir um papel ativo ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quer!

O Orador: Mas o Sr. Vice-Presidente não disse. Está agora a dizer em aparte que quer.

A questão é esta: é se o Governo da Região Autónoma dos Açores, uma vez que nós não temos capacidade, também como eu afirmei ali da tribuna, para intervir e inverter as decisões que são tomadas a nível nacional ou a nível europeu, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: ... quer ter um papel ativo ou não na mediação, assumindo-se como interlocutor e eventualmente até como avalista na reestruturação...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Avalista não pode ser!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Avalista não! Menos uma coisinha!

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Pronto!

Se quer ter esse papel ativo ou não na reestruturação das dívidas das cooperativas, das instituições, junto da banca, uma vez que ... Até como aliás, como o Sr. Vice-Presidente ...

Presidente: Sr. Deputado, lamento, mas já excedeu largamente o seu tempo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é um crédito muito extensivo!

O Orador: Vou já acabar!

É só para concluir.

O Sr. Vice-Presidente acaba por reconhecer que há até em termos da banca uma filosofia diferente nos últimos meses. Então vamos aproveitar isso!

O Governo que tenha um papel ativo no sentido de dar esta ajuda à economia da Região. É esse o desafio do PCP independentemente ...

Presidente: Sr. Deputado, acho que está lançado o desafio.

O Orador: Peço desculpa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grande crédito!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos encerrar por agora os nossos trabalhos para almoço.

Regressamos às 15 horas com a Agenda.

Eram 12 horas e 57 minutos.

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Eram 15 horas e 13 minutos.

Vamos então entrar na Agenda.

Iniciamos agora o ponto quatro: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 29/X – “Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial – COMPETIR +”**.

Os tempos são os que utilizamos no processo legislativo comum e para a apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: O Governo dos Açores apresenta hoje à apreciação e votação desta Assembleia o Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial COMPETIR+.

Trata-se de um importante instrumento legislativo que nos permita alavancar um conjunto de políticas para promoção do aumento da produtividade, da competitividade, da especialização, da criação de valor acrescentado e da capacidade exportadora da economia dos Açores.

Como ponto de partida – e é um bom ponto de partida, devo sublinhar – temos a nota positiva e a concordância com os objetivos e com a metodologia deste documento por parte da UGT, da CGTP, da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores e da Associação de Municípios da Região, da Federação Agrícola e da Federação das Pescas.

O consenso que se gerou à volta do COMPETIR+, caracterizado por essa concordância generalizada, constitui um sinal claro da importância deste programa para impulsionar o investimento empresarial e para a mudança de paradigma que preconiza no âmbito dos apoios à atividade económica e empresarial.

Como o Governo dos Açores tem assumido, queremos conferir maior prioridade e intensidade de apoio às empresas que desempenham um papel fundamental na criação de emprego e de riqueza; queremos apoiar, de forma também prioritária, as empresas que melhor utilizem os nossos recursos endógenos; e queremos manter a discriminação

positiva das ilhas da coesão, assim como do Faial e do Pico, minimizando os problemas decorrentes da nossa dispersão geográfica. Com o COMPETIR+ pretendemos, em suma, promover mais qualidade no investimento, mais competitividade, mais produtividade, mais capacidade exportadora.

Aliás, o mais importante dos sete subsistemas de incentivos que compõem este COMPETIR+ que hoje aqui analisamos é, exatamente, o que visa o Fomento da Base Económica de Exportação.

Sendo, para o Governo dos Açores, um objetivo estratégico aumentar de forma significativa as nossas exportações, o subsistema visa financiar projetos de produção de bens inseridos em cadeias de valor associadas a recursos endógenos, por exemplo no domínio do setor agroalimentar ou da economia do mar; a serviços de valor acrescentado, como o da indústria transformadora, da economia digital e da logística; e ao turismo.

Exportar mais e melhor é, pois, um grande objetivo, para cuja concretização este subsistema prevê um vasto conjunto de despesas elegíveis que abrange todas as necessidades possíveis de inserir em projetos desta natureza.

Paralelamente, os apoios vão abranger também projetos que envolvam inovação no âmbito da transformação e comercialização de produtos do setor agrícola, pescas e florestais, com investimento superior a quatro milhões de euros.

No que respeita exclusivamente ao Turismo, o subsistema permite alavancar a requalificação e adaptação da oferta açoriana à procura em mercados que queiramos privilegiar em função das circunstâncias,

quer de evolução do setor a nível internacional, quer de definição da nossa própria estratégia.

Um segundo subsistema, que com este se interliga, é o Subsistema de Incentivos para a Internacionalização, que visa reforçar o comércio intrarregional e as competências de exportação.

O objetivo último é o de – transversalmente a todos os setores de atividade e procurando compensar os custos adicionais decorrentes da condição ultraperiférica dos Açores – favorecer a penetração e o posicionamento das empresas açorianas no mercado global.

Este subsistema não só estimula a utilização de tecnologias de informação e comunicação no desenvolvimento de negócios com o exterior, como fomenta a criação de projetos de prospeção de mercados externos, comercialização e marketing.

O Subsistema de Incentivos para a Internacionalização prevê ainda o apoio a iniciativas de cooperação interempresarial, estimulando sinergias que tornem mais fácil o desenvolvimento de projetos de penetração em mercados externos.

Despesas como o transporte de produtos regionais, assim como com as apólices de seguros de crédito à exportação e de seguros-caução e de juros com o acesso a operações de crédito que promovam as exportações serão elegíveis para apoios, no âmbito desse objetivo de promover um melhor acesso das empresas aos mercados externos.

Urbanismo Sustentável Integrado é a designação de um terceiro subsistema que vos apresentamos.

Como se depreende, visa apoiar a requalificação da malha urbana e a consequente revitalização do tecido empresarial dos centros urbanos

através de um inédito enquadramento de apoio ao urbanismo sustentável integrado.

Este subsistema pretende promover a cooperação entre as empresas, as associações empresariais e as autarquias, visando dinamizar a atividade empresarial e a revitalização dos espaços urbanos, com os consequentes ganhos em matéria de desenvolvimento económico não só local, em primeiro lugar, mas também regional.

Entendemos como fundamental essa coordenação entre diversas entidades preconizada por este subsistema, já que – sendo inegável a necessidade de uma intervenção nos nossos centros urbanos – se todos para ela concorrerem mais fácil e mais eficaz se irá tornar.

Um outro subsistema é dedicado à Qualificação e Inovação, áreas que consideramos de primordial importância e que concorrem para o posicionamento das nossas empresas perante um mercado global cada vez mais exigente.

Se pretendemos – como é nosso objetivo com este novo sistema de incentivos – impulsionar de forma decisiva o crescimento da economia açoriana, é fundamental promovermos medidas de apoio às nossas empresas no sentido de, pela criação de riqueza que conseguirem, pela diferenciação que apresentarem e pela inovação que trouxerem, se capacitarem para serem verdadeiramente competitivas.

É isso que se pretende com este Subsistema ao qual as empresas açorianas – não esquecendo particularmente as PME – podem encontrar apoios importantes ao desenvolvimento das suas capacidades, dos seus projetos de modernização e dos seus desejos de

melhor se posicionarem face aos mercados por via da qualificação e da inovação.

A diversificação e a regeneração do tecido empresarial, através do estímulo à criação de empresas por parte de potenciais novos empreendedores, é também uma prioridade no conjunto de incentivos que aqui vos propomos.

O Subsistema de Incentivos para o Empreendedorismo Qualificado e Criativo visa, especificamente, apoiar a capacidade que os empreendedores açorianos – sobretudo os mais jovens – possam traduzir em projetos inovadores em áreas com grande potencial, como o das tecnologias, ou no desenvolvimento de sinergias ao nível do empreendedorismo, as quais, de resto são complementadas com o Plano Estratégico para o Fomento do Empreendedorismo, já em vigor e que merecem uma particular atenção neste subsistema.

O Apoio ao Desenvolvimento Local justifica, igualmente, deste ponto de vista, um subsistema próprio que assim o consolida.

Queremos reforçar e dinamizar o mercado interno, estimulando a capacidade produtiva regional através da introdução de incentivos a uma cada vez mais generalizada modernização, com os consequentes ganhos em matéria de eficiência e expansão dos setores tradicionais da economia das ilhas.

Com os apoios previstos neste subsistema, a atribuir de forma seletiva, de forma a garantir o máximo possível de eficiência reprodutiva, o Governo dos Açores tem a fundada expectativa de, em simultâneo, contribuir decisivamente para o abastecimento do mercado local e para modernização e qualificação dos processos produtivos regionais.

Um sétimo e último subsistema do COMPETIR+ contempla um conjunto de apoios dirigidos à Eficiência Empresarial, condição que é vital para o sucesso de tudo como prevê o diploma que hoje colocamos à apreciação dos senhores deputados.

De resto, não parece possível alcançar maior capacidade de criação de emprego, maior competitividade, maior crescimento económico – e melhor futuro para todos os açorianos – se as nossas empresas não forem eficientes a todos os níveis.

O Subsistema de Apoio à Eficiência Empresarial enforma, pois, a nossa determinação em fazer deste COMPETIR+ um instrumento que nos possibilite ajudar as nossas empresas a promoverem o aumento decisivo da sua própria competitividade e da sua maior qualificação nos mercados regional, nacional e global.

Apoiaremos, assim, as ações que tendencialmente conduzam não só à melhoria das empresas – consideradas individualmente –, mas também à criação de “clusters” potenciadores de vantagens competitivas face aos mercados externos, conferindo às empresas açorianas mais e melhores possibilidades de penetração e de estabilidade a nível externo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não só neste subsistema de Apoio à Eficiência Empresarial, mas em todo o conjunto do Sistema de Incentivos que vos apresentamos está plasmada a mudança de paradigma que queremos implementar no direcionamento dos apoios públicos.

Em primeiro lugar, propomos um inovador sistema de apoio à economia, onde os apoios deixam de incidir apenas sobre o

investimento mobilizado e passam a abranger todas as despesas que as empresas açorianas necessitem executar para se tornarem mais competitivas.

O novo sistema de incentivos deixa, pois, de se cingir apenas ao investimento e passa a abranger o apoio a toda a atividade empresarial.

Como tivemos já a oportunidade de anunciar, nesta mesma casa – aquando da apresentação do Programa Operacional para os Açores até 2020 – os apoios serão disponibilizados essencialmente em função dos resultados a alcançar, em detrimento do seu volume que possam envolver.

Maior investimento não significa, necessariamente, melhor investimento.

Queremos mais projetos, sem dúvida – e é por isso que o Governo dos Açores tem vindo a investir, de forma inequívoca, em medidas de apoio ao empreendedorismo –, mas queremos, sobretudo, melhores projetos.

É por isso que iremos estimular, com prémios de realização que poderão atingir um acréscimo, a fundo perdido, de até 25 por cento do valor do investimento ao da despesa, os projetos que se traduzam na criação efetiva de mais emprego e no valor acrescentado gerado para a Região.

Esta é a outra mudança essencial que propomos. Os apoios às empresas deixam de ser atribuídos em função do que as empresas se propõem fazer ou do montante do investimento que pretendam executar, mas passam a ser atribuídos, essencialmente, em função dos

resultados obtidos no âmbito da execução dos projetos a que se propõem.

É proposto, assim, que o apoio aos projetos empresariais passe a ser atribuído também em função da criação efetiva de emprego e do real impacto do crescimento económico do projeto aprovado.

Com mais esta inovação damos um sinal claro de que o apoio às empresas será atribuído, essencialmente, em função da sua capacidade de obter resultados em termos de emprego e criação de riqueza.

E, para reforçar esta realidade e o apoio à criação de emprego, assumimos, pela primeira vez, a elegibilidade, pelo prazo de dois anos, das despesas com pessoal decorrentes dos novos postos de trabalho criados, designadamente os encargos com o seu salário bruto e as contribuições para a Segurança Social dos novos trabalhadores admitidos.

Esta nova medida será, sem dúvida, essencial para contribuir para a promoção do emprego associada aos novos projetos empresariais e passando a capacidade que as empresas tiverem para criar efetivamente emprego a ser decisiva na intensidade e quantificação dos apoios a atribuir.

Numa breve apresentação, ficou o resumo do que o Governo dos Açores pretende com o Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial COMPETIR+.

À vossa apreciação, discussão e votação está um documento que consubstancia a nossa firme determinação em continuar a trabalhar arduamente, sem descanso, para o presente e o futuro dos Açores e dos açorianos.

Temos a convicção de que, por si só, este documento não é a solução mágica para a resolução de todos os problemas, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso parece o caminho das pedras do Seguro!

O Orador: ... mas também temos a convicção de que o vasto conjunto de apoios previstos neste COMPETIR+ vai, certamente, dar-nos mais probabilidades de incrementar rapidamente o ritmo de desenvolvimento da nossa Região.

Deputado Luís Garcia (PSD): Agora é que vai ser!

O Orador: As empresas açorianas passam a dispor do mais amplo, abrangente e intenso sistema de apoio à atividade empresarial de sempre, mas, essencialmente, as empresas açorianas terão um nível de apoio muito superior em intensidade e abrangência àquele que terão as restantes empresas no nosso país.

Esta realidade será uma vantagem competitiva muito significativa para as empresas açorianas face às outras empresas nacionais e poderá constituir-se como um reforço efetivo e substancial da nossa competitividade externa.

Esta esperança é reforçada pela nota positiva e pela posição de concordância com os objetivos e com a metodologia deste documento que nos foram transmitidas pelos diversos parceiros sociais consultados.

Temos a certeza de ter produzido um sistema de incentivos capaz de motivar ainda mais os agentes económicos dos Açores;

Temos a certeza de que a economia açoriana vai registar significativo progresso com a sua aplicação ao longo do tempo;

E temos a certeza de que esse progresso é sinónimo de uma clara e inequívoca afirmação dos Açores, no contexto nacional e europeu, como uma região que não deixa aos outros a construção do seu próprio futuro.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa já tem uma inscrição, mas agradeço que também se possam inscrever.

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando no dia 8 de maio deu entrada nesta Assembleia esta Proposta de Decreto Legislativo Regional e numa primeira leitura, numa leitura muito rápida que fizemos do seu articulado, confesso que nos soube a pouco. Soube a pouco porque tinha havido uma regressão relativamente aos sistemas de incentivos que vigoraram nos últimos anos, em que dele constavam, desta Proposta de Decreto Legislativo Regional, um conjunto de matérias que eram absolutamente determinantes para avaliar quais é que poderiam ser as consequências deste novo sistema de incentivos, ...

Deputado André Bradford (PS): Mas depois o senhor leu melhor!

O Orador: ... embora víssemos de imediato também alguns aspetos positivos, designadamente os descritos no artigo 2.º desta Proposta de Decreto Legislativo, identificando sete subsistemas que iam num sentido positivo, que iam num sentido correto.

Portanto, havia uma ideia, havia uma filosofia subjacente a este novo sistema de incentivos que era positiva e que de imediato mereceu a nossa aprovação. Isto quando olhámos para esta Proposta de Decreto Legislativo Regional. Estive a identificar as horas, eram cerca de ... eram quase 4 horas, 15 e 55, do dia 8 de maio.

Nem duas horas depois foram enviados por *email*, portanto, às 17 e 48, os decretos regulamentares regionais correspondentes a cada um dos sete subsistemas de incentivos que vêm descritos no artigo 2.º e não foi por acaso.

Não foi por acaso que inclusivamente no envio por parte do assessor do Sr. Presidente do Governo dizia que “tendo em vista a importância que a regulamentação do Decreto Legislativo Regional assume para a solução global do novo sistema de incentivos, o Governo dos Açores toma a iniciativa de enviar os projetos de decreto regulamentar regionais que irão ser aprovados após a entrada em vigor do diploma.”

E aqui está o cerne da questão.

A Proposta de Decreto Legislativo Regional vai ser aprovada por estes 57 deputados. É isso que estes 57 deputados vão aprovar, é a Proposta de Decreto Legislativo Regional, com os seus 25 artigos. O que já sai fora do âmbito desta Assembleia, o que já sai fora da competência desta Assembleia, são os sete decretos regulamentares

regionais que o Governo irá aprovar na sequência da aprovação desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah, pois é!

O Orador: Aqui há questões fundamentais. Digamos que nestes decretos regulamentares regionais é que está o sumo, que aliás constavam já desta primeira intervenção por parte do Sr. Vice-Presidente do Governo, a identificação de cada um dos subsistemas em que foram apontadas as virtualidades de cada um dos subsistemas com as quais concordamos genericamente. Poderia haver aqui uma ou outra questão que eventualmente poderia ser objeto de discussão, ...

Deputado André Bradford (PS): A ideia era que os senhores melhorassem!

O Orador: ... mas em termos das virtudes que eles têm, obviamente existem, só não vão ser aprovados, não vão ser suscetíveis de discussão, não vão ser suscetíveis de adaptação, de melhoria, de introdução de alterações por parte deste Parlamento, ou seja, foge a este Parlamento ...

Deputado Francisco César (PS): Não foge!

O Orador: ... a capacidade de modificar, de alterar, de melhorar algo que vai estar nas mãos do Governo e esta é a questão determinante para nós.

Portanto, concordando, identificando pontos positivos e virtudes neste novo sistema de incentivos que vai vigorar na Região Autónoma dos Açores nos próximos anos, este COMPETIR+ carece dos decretos regulamentares regionais que não são aprovados pelo Parlamento, são sim aprovados pelo Governo que tem agora uma intenção já subjacente às sete propostas de decreto regulamentar regionais que

aqui surgem, mas que quem sabe daqui até lá, daqui até ao Conselho de Governo que os aprovará, até poderão merecer uma alteração ou outra, ou se calhar num Conselho de Governo daqui por duas, três semanas, um mês, dois meses ou cinco meses, poderão já ser diferentes daqueles que foram enviados naquele momento.

Esta é a questão que o PSD valoriza, como aliás sempre valorizou no passado.

Se nos lembrarmos, e fazendo um pouco de história, do anterior sistema de incentivos, o SIDER, é um sistema de 2000, foi uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que surgiu em 2000 e depois sofreu diversas alterações ao longo do tempo: em 2005, em 2007, 2009, 2010, 2011.

Concretamente em 2005, 2007, 2009, nessa altura, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores chamou aqui a atenção que existiam determinadas questões em termos de âmbito, de natureza e forma dos incentivos, do tipo de promotores, do tipo de setores, que estavam a fugir ao Decreto Legislativo Regional e por isso não puderam merecer também na altura um apoio favorável por parte do PSD/Açores, porque estava a ser retirado ao Parlamento aquilo que cabia ao Parlamento.

Deputado Francisco César (PS): Não, não está!

O Orador: Por isso, na altura, foram objeto da nossa parte de abstenção.

A partir de determinada altura, em 2010, 2011, o Governo pensou melhor, o Governo de então pensou melhor e fez regressar ao Decreto Legislativo Regional aquilo que lhe pertencia originalmente e a partir dessa altura o PSD também alterou o seu sentido de voto e da

abstenção passou a votá-los favoravelmente, porque tinha regressado ao Parlamento aquilo que pertencia ao Parlamento, aquilo que deveria ser objeto de apreciação parlamentar.

Neste momento, e aliás isso já foi objeto na altura quando foi feita a audição do Sr. Vice-Presidente do Governo, houve um recuo total, ou seja, mesmo as coisas que ao longo dos últimos anos, designadamente em matéria do âmbito dos sistemas de incentivos, dos promotores que deveriam ser considerados, dos critérios de seleção, da natureza e dos montante dos incentivos, questões que estavam incluídas no Decreto Legislativo Regional, desapareceram. Voltaram aos decretos regulamentares regionais.

A questão é esta: o que este Parlamento vai aprovar não são os decretos regulamentares regionais; vai aprovar é sim o Decreto Legislativo Regional.

Deputado André Bradford (PS): O senhor já disse isso umas dez vezes!

O Orador: Não temos por isso possibilidade, como fizemos na última alteração ao SIDER em que propusemos, por exemplo, uma alteração no sentido da intensidade dos apoios por ilha, que estão divididas em três grupos, como todos sabem: São Miguel e Terceira, por um lado; Pico e Faial, por outro; e as restantes cinco ilhas por outro, com intensidades de apoio diferente. Nós considerámos na altura e fizemos uma proposta de alteração no sentido de que numa determinada fase era importante também que o Faial e o Pico tivessem uma intensidade de apoio semelhante àquele que têm as ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo. Não foi

aprovada, é certo, mas tivemos possibilidade de apresentar essa proposta de alteração.

Hoje, neste Decreto Legislativo Regional, nós não temos capacidade de apresentar essa proposta de alteração. Porquê?

Porque está nos decretos regulamentares regionais, está nas mãos do Governo e nesse sentido nós consideramos que ...

Aliás, esta questão foi colocada também ao Sr. Vice-Presidente em sede de Comissão. Perguntámos porque é que tinha passado para os decretos regulamentares regionais aquilo que deveria pertencer por direito ao Decreto Legislativo Regional. O Sr. Vice-Presidente do Governo respondeu que “foi uma questão de opção do Governo”. Pois “foi uma questão de opção do Governo”! Poderia ter sido esta como outra qualquer, só que esta opção de retirar à Assembleia aquilo que deveria pertencer à Assembleia é algo com que nós não concordamos, pese embora tenhamos uma boa opinião, uma opinião positiva acerca das alterações da melhoria do desenvolvimento dos sistemas de incentivos às empresas nos Açores.

Consideramos que é positivo aquilo que se está a verificar, não consideramos positivo que se tenha retirado à Assembleia aquilo que por direito deveria pertencer à Assembleia, aquilo que por direito deveria pertencer ao primeiro órgão da autonomia.

Valorizamos naturalmente também os pareceres dos parceiros sociais. São inquestionáveis em nosso entender e ainda bem que o são, pese embora também o facto, como aliás é perfeitamente visível, por exemplo, no parecer da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, em que o parecer é dado não sobre o Decreto Legislativo. O parecer da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores é sobre a Proposta de

Decreto Legislativo Regional e sobre todos os decretos regulamentares regionais. Portanto, é um parecer de conjunto.

Só que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores não se pode pronunciar sobre os decretos regulamentares regionais, não vota os decretos regulamentares regionais. Isso vai ser feito num qualquer Conselho de Governo que se seguirá a esta aprovação deste Decreto Legislativo Regional.

Por isso, por muito que gostássemos, por muito que quiséssemos estar novamente a favor do sistema de incentivos que passa a existir em termos de votação ...

Deputado Francisco César (PS): Esta coisa...! Que chatice!

O Orador: ... nesta Assembleia, esta Assembleia não se pode pronunciar dessa forma ...

Deputado Francisco César (PS): Pode, sim senhor!

O Orador: ... e nós não concordamos em absoluto, mantendo aliás a coerência que vimos adotando desde o ano 2000, não podemos dar novamente um cheque em branco ...

Deputado André Bradford (PS): Mas qual cheque em branco?! O senhor tem a Proposta de Decreto!

O Orador: ... como falámos e como referimos sucessivamente ao longo destes anos, não poderemos dar esse cheque em branco ao Governo que neste caso já nem é propriamente um cheque em branco. A questão neste momento é que aquilo que ainda de pouco existia no Decreto Legislativo Regional deixou de existir em absoluto e então eu diria que praticamente não é dar um cheque em branco, neste caso seria dar completamente “o ouro ao bandido”, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Eh! Oh, Sra. Presidente, um protesto!

O Orador: ... naturalmente não no sentido literal do termo, mas seria perfeitamente pôr todo o sumo, pôr tudo aquilo que é importante no sistema de incentivos nas mãos do Governo, afastando num momento tão importante para as empresas açorianas o Parlamento completamente desta decisão.

Temos pena! Temos pena e é só por esse motivo, exclusivamente por esse motivo, que não vamos votar favoravelmente este COMPETIR+, pese embora o facto de lhe atribuirmos virtudes muito grandes, ...

Deputado Francisco César (PS): Que novidade!

O Orador: ... pese embora o facto de considerarmos que a evolução que é proposta é uma evolução no sentido positivo e que, esperamos nós, vai ser importante para o tecido empresarial açoriano e conseqüentemente para a solução do maior problema que neste momento atravessa a sociedade açoriana, que é o desemprego brutal que se encontra instalado nos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Antes de passar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes queria informar a câmara que estão nas galerias alunos do 7.º G, da Escola Secundária Manuel de Arriaga, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

(Aplausos da câmara)

Agora sim, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda, à semelhança do que tem vindo a acontecer ao longo destas últimas legislaturas, vai dar o seu voto favorável a este sistema de incentivos à iniciativa privada, porque consideramos que numa região como a nossa, aliás, como o Sr. Vice-Presidente acabou de declarar e de explicitar na sua apresentação, ...

Deputado Berto Messias (PS): Está a ver, Sr. Deputado António Marinho!?

O Orador: ... esta forma de investimento acaba por funcionar como uma alavancagem económica numa região como a nossa que muito necessita de investimento para criar dinamismo em áreas que acrescentam valor à nossa produção, assim como todo o contributo que poderemos trazer para que a Região consiga reduzir as suas importações, aumentar as suas exportações, portanto, criar aqui alguma autonomia económica e alguma independência.

Contudo, as nossas propostas de alteração visam prevenir, ou melhor, erradicar mesmo algumas práticas que têm sido tudo menos exemplos de boa iniciativa privada. Porquê?

Porque nós consideramos que incentivos públicos a iniciativas privadas em setores estratégicos criam dois grandes problemas.

Primeiro grande problema tem a ver com o próprio ponto de partida.

Todos devem estar no mesmo ponto de partida e, portanto, alguém

quando tem na sua posse setores estratégicos está a desvirtuar toda a concorrência.

Segundo ponto: consideramos que os privados que têm em sua posse setores estratégicos estão em vantagem. Em vantagem porquê?

Essencialmente porque têm clientela garantida.

Outro ponto muito importante. Há que distinguir iniciativa privada a sério com negócios para amigos. Quando me refiro a negócios para amigos refiro-me a exemplos, aliás, muito recentes, no caso de duas empresas com capital social de cinco mil euros a quem foram concedidos apoios financeiros públicos para instalação de painéis solares, painéis solares que serão instalados, pelo que entendi, em secretarias regionais e em serviços públicos.

Deputado Francisco César (PS): O senhor tem a noção do que está a dizer?

O Orador: Ora, estamos aqui a conceder incentivos públicos a empresas privadas para terem clientela garantida, neste caso, organismos públicos.

Portanto, não é desta forma que estamos a incentivar o verdadeiro empreendedorismo e as verdadeiras empresas.

Deputado Francisco César (PS): Decorre da lei! O senhor não sabe do que é que está a falar!

O Orador: Por outro lado, ou melhor, outro exemplo. Em agosto do ano passado surgiu uma notícia na Terceira que parecia que agora é que a energia, o setor energético, iria funcionar bem nos Açores. Porquê?

Foi apresentada uma empresa que veio para cá, para os Açores, mais precisamente para a ilha Terceira, para instalar um parque eólico na Serra do Cume.

Deputado André Bradford (PS): Era preferível que votasse contra!

O Orador: Ora, isto parece ser um exemplo de iniciativa privada, não é?

Finalmente, segundo os arautos do liberalismo, nós teríamos concorrência no setor energético na Região.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E instalou!

O Orador: Teríamos uma empresa privada a explorar a energia eólica e a concorrer diretamente com a EDA. A notícia pelo menos dava, ou parecia, que a situação seria essa.

Deputado Francisco César (PS): Não sabe o que é que está a dizer!

O Orador: Contudo, verificando os factos, chegámos à conclusão que essa empresa recebe, ou recebeu, um incentivo novamente público através de fundos comunitários ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Grande sova!

O Orador: ... para instalar um parque eólico na Serra do Cume na ilha Terceira, do qual a energia produzida será vendida à EDA, uma empresa pública.

Deputado Francisco César (PS): Isso decorre da lei!

O Orador: Questão que deve ser colocada: por que é que não foi a própria Região a conceder um incentivo financeiro à sua própria empresa, neste caso à EDA, para investir nas energias renováveis?

Deputado José Contente (PS): Isso é na Albânia!

O Orador: Ser empreendedor assim, ser empresário dessa forma, quando se tem investimento garantido, clientela garantida, lucro garantido, não custa nada. Não há risco nenhum.

Por outro lado, ou melhor, continuando ...

Deputado André Bradford (PS): Vai fazer uma empresa!?

O Orador: Bem queria! Se fosse com essas garantias todas é fácil, não é!?

Deputado André Bradford (PS): Faça uma!

O Orador: Mas há uma linha que distingue entre a seriedade ...

Deputado André Bradford (PS): Que é só sua! Só o senhor é que é sério!

O Orador: ... e quem se aproveita de uma rede de influências para conseguir obter bons negócios, ou negócios sem risco.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado Berto Messias (PS): Isso é grave! Tem que concretizar!

O Orador: Posso provar! Não tem problema nenhum. É público.

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo, por favor.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Grande sova! Deixem-no falar!

Deputado Francisco César (PS): Grande lata!

O Orador: Continuando.

Uma das nossas outras propostas de alteração que trazemos aqui, a esta Casa, tem a ver com as garantias dadas aos trabalhadores.

Reconheço da parte do Governo Regional a intenção de estabelecer alguma disciplina na forma como os trabalhadores são tratados no seio de empresas a quem é concedido incentivos financeiros.

No entanto, aliás como o Sr. Deputado Marinho acabou de salientar, toda essa intenção vem numa regulamentação que não será aprovada

nesta Casa. Por isso é que a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda transporta a parte da regulamentação que diz respeito a toda a forma como os trabalhadores serão tratados, neste caso estabelecendo patamares mínimos de retribuição consoante a categoria do trabalhador, para o Decreto Legislativo Regional, porque é isso que vai ser votado nesta Casa.

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputado André Bradford (PS): Volta Zuraida!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem agora a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos perante dois tipos de documentos completamente diferentes como já foram aqui referidos e de facto a confusão impera relativamente entre aquilo que é o poder executivo e o que é o poder legislativo.

Uma primeira análise que teríamos que fazer da Proposta de Decreto Legislativo Regional, e que foi feita antes da chegada efetivamente dos decretos regulamentares regionais, era incompreensível.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Fez isso em duas horas?

O Orador: É uma boa prática política fazer-se acompanhar dos decretos regulamentares regionais.

Demonstra uma abertura, uma clareza, uma vontade de querer dar a conhecer quais são as verdadeiras intenções do Governo relativamente à regulamentação, mas temos aqui uma questão de forma e a questão de forma prende-se com a posição que esta

Assembleia vai tomar relativamente à Proposta em análise, que é uma Proposta de Decreto Legislativo Regional em que poderiam muito bem, pelo número de vezes que se repetem e pelos objetivos que estão subjacentes aos decretos regulamentares regionais, algumas dessas preocupações, estarem incorporadas na Proposta que esta câmara (Proposta de Decreto Lei) se pronunciaria.

O que acontece é que não está e não custaria muito porque tornaria tudo muito mais claro, muito mais transparente, por isso achamos que há necessidade de introduzir alguns conceitos que esclareçam o que é que se pretende. Quem lê não vai à procura de um decreto regulamentar regional específico. Deve primeiro ler o instrumento legislativo e depois, perante este instrumento legislativo, vê qual é o subsistema que mais lhe convém. O que acontece é que a Proposta Legislativa em análise, de facto, é demasiado genérica.

Há umas incongruências entre aquilo que são as propostas de decreto regulamentar regionais e os objetivos que lhe são subjacentes e aquilo que se diz que são esses mesmos subsistemas na Proposta que se faz do Decreto Legislativo Regional em análise.

Acho que estes documentos poderiam ter sido mais compatibilizados na medida em que o Governo demonstra boa vontade no caminho para onde quer ir.

Não houve nenhum objetivo que o Sr. Vice-Presidente tivesse levantado com o qual a gente possa discordar. São todos bons objetivos. O problema é a operacionalização e essa operacionalização é mais difícil e não é tirar de facto poder ao executivo (não é isso que se pretende, porque tem o direito de facto de fazer os seus decretos regulamentares regionais), ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: ... mas é a clareza daquilo que nós vamos votar.

Uma coisa é dizer que vamos fazer a internacionalização do turismo e a gente vai votar isto?

A internacionalização do turismo corresponde exatamente a quê?

Isso fica muito claro com os decretos regulamentares regionais.

Sem ler isto não se percebe o que é que é a internacionalização do turismo.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Por isso é que mandámos tudo!

O Orador: Mas o que a gente vota é aquele princípio genérico. É demasiado genérico para se entender e é este instrumento legislativo que todo e qualquer açoriano vai ler.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Vou explicar isso!

Deputado Francisco César (*PS*): Mas o seu partido tentou clarificar essa situação!

O Orador: É este documento que vai ser aprovado nesta Assembleia. Creio ...

Deputado Francisco César (*PS*): Mas o seu partido tentou clarificar isso nas propostas de alteração que mandou!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Que apoiamos!

O Orador: Exatamente! Fizemos algumas propostas de alteração com vista a clarificar alguns dos aspetos que aqui estão sem ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Que apoiamos!

O Orador: A ver vamos! A ver vamos, porque há questões que são muito pertinentes, nomeadamente as majorações e as formas como elas são introduzidas nos vários decretos regulamentares regionais.

Isso quer dizer que há um conjunto de premissas que não são devidamente claras e que nos deixam muitas dúvidas. Por isso mesmo estamos aqui para debater as propostas.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Félix Rodrigues, obrigada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando preparei a discussão deste programa, o COMPETIR+, como provavelmente a maior parte dos Srs. Deputados que estão envolvidos neste debate, tive o cuidado de estudar o Decreto Legislativo Regional e o Decreto Regulamentar e consubstanciar nesta discussão aquilo que as Sras. e os Srs. Deputados, nos seus partidos, defendem como uma estratégia de desenvolvimento para a competitividade, para as empresas e para o emprego nos Açores.

Com certeza muitos de vós, tal com o Partido Socialista, estavam preocupados com a criação de emprego, com o aumento da competitividade, com a necessidade de aumentar a especialização da nossa economia e das nossas empresas, de aumentar o valor acrescentado, de aumentar a capacidade que as empresas têm de conseguir trabalhar entre si, de conseguirem conjugar esforços e com isso ganharem massa crítica para poderem competir.

Também com certeza estavam preocupados, como nós estamos, em tentar criar setores competitivos, “clusters”, que possam permitir alavancar a nossa economia.

Foi isso que levou à criação deste sistema de incentivos. Foi isto que o Governo Regional tentou trabalhar com o Partido Socialista, com todos os partidos aqui presentes, como também com todos os parceiros sociais: as câmaras de comércio e indústria, a Federação Agrícola, a Federação das Pescas e outros que também têm intervenção neste processo.

Mas a que é que na maior parte dos casos nós assistimos?

Nós assistimos a uma discussão que acabou por fugir nesta Assembleia não à substância, não àquilo que cada um dos partidos defende como estratégia de desenvolvimento para a economia dos Açores, mas sim à forma, ou seja, à exceção do Partido Socialista e do Governo dos Açores, aquilo que nós tivemos aqui em discussão foi a preocupação com a forma e não com o futuro.

E isso denota ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E isso não é verdade!

O Orador: É verdade, porque o Sr. Deputado ainda não falou, daquilo que já ouvi!

... da parte da oposição uma fraqueza.

Em primeiro lugar, relativamente ao PSD.

Diz o PSD que “soube a pouco” este sistema de incentivos.

O PSD fala de cheques em branco. O PSD fala de que tem consecutivamente propostas para a economia dos Açores, fala que não está satisfeito com as medidas de criação de emprego.

Pois bem, chega aqui, com conhecimento dos decretos regulamentares que consubstanciam este documento e diz: ...

Deputado António Marinho (PSD): Mas não os vamos votar!

O Orador: ... “O que está aqui é pouco, é apenas um esqueleto ao qual é dado forma pelos decretos de execução do Governo.”

Chega cá o Bloco de Esquerda: “Bom, não vamos discutir nada disto. Vamos lá falar de algo que não percebo muito bem, vamos falar de coisas de energia e tentar [como é agora habitual] lançar um anátema para o Governo de compadrio, de amiguismo”, sem saber do que fala, sem se fazer a mínima ideia do que é que está a falar.

Deputado José San-Bento (PS): É para si!

O Orador: É verdade! É para si!

O Bloco de Esquerda, sobre esta matéria e sobre as acusações que fez aqui, não sabe do que está a falar.

Vem numa postura irresponsável de quem não esteve nos fóruns onde se discutiu essa matéria e a única coisa que soube falar sobre o COMPETIR+ foi de um alegado amiguismo de que ninguém percebe.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Oh! Ninguém percebe!

O Orador: Aliás, se for verificar tudo o que disse está consubstanciado na lei.

Mais lhe digo, Sr. Deputado!

Em relação ao mercado de energia e a outros o que lhe tenho a dizer sobre esta matéria é que nós não vivemos nem na Albânia, nem em Cuba.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eh, eh! Cuidadinho com a boca!

Atenção, Sr. Deputado!

O Orador: Nos Açores a iniciativa privada tem direito. Aliás, nos Açores, como no continente, a iniciativa privada, sobre esta matéria, está regulamentada na lei.

Portanto, o que nós tivemos aqui foram divergências.

Aqui tenho que saudar a postura do CDS-PP, porque o CDS-PP assumiu muito bem. Há matérias que este Decreto Legislativo Regional não consubstancia e que nós gostaríamos que estivessem consubstanciadas, que fossem mais além na definição daquilo que são as prioridades e especificar, ponto por ponto, naquilo que nós queremos que o sistema de incentivos se traduza.

É verdade! Porque não há nada que esteja nos decretos regulamentares regionais que não possa ser posto no Decreto Legislativo Regional.

Os senhores acham que há prioridade e que é tão importante que estejam nos decretos legislativos regionais? Pois bem, façam essa proposta!

Foi exatamente isso que o CDS fez. O CDS achou que havia matérias que não deviam estar em matéria regulamentar, deviam estar em matéria legislativa.

E o que é que fez?

Chegou a esta câmara e apresentou propostas de alteração.

O Partido Socialista poderá concordar com algumas, poderá não concordar com outras, mas a verdade é que o CDS foi coerente. Aquilo que achava que deveria estar nos decretos legislativos regionais propõe aqui que se acrescente.

O problema é que o maior partido da oposição, talvez preocupado com os seus resultados eleitorais mais recentes, ou então perturbado

pelas suas agitações internas, a única coisa que soube aqui apresentar ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Agitações internas? Esta das agitações internas...! Saiu-lhe mal!

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor vem falar de agitações internas? Isso é piada!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor está muito seguro do que disse!

O Orador: Para o Partido Socialista não é, porque para nós isto é normal em democracia, porque nós assumimos a divergência, ao contrário dos senhores que preferem fazê-la no *facebook*.

Pois bem, o Partido Social Democrata o que é que nos soube apresentar?

Duas míseras propostas!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor qualquer dia está como o João Soares!

O Orador: Os senhores foram incapazes de consubstanciar numa proposta de alteração aquilo que defendem para os Açores.

Aliás, os senhores falam, falam, falam, falam sobre a necessidade de criar emprego para os Açores e no documento que pode exatamente propiciar a criação de emprego os senhores não apresentam nada. Nada!

Os senhores têm sido um partido adiado que consecutivamente adia a apresentação de propostas sobre o emprego.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Nós assumimos a estratégia de desenvolver a nossa economia, de a internacionalizar, de promover a exportação, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Agora já começo a perceber por que é que o senhor não gosta do Seguro!

O Orador: ... de promover o empreendedorismo, de promover a competitividade, de promover a investigação científica. Está tudo aqui consubstanciado.

Nós achamos que a melhor maneira de o fazer era esta. Assumimos!

O Governo assumiu o compromisso de dialogar com a Assembleia na execução deste Decreto Legislativo e na consubstanciação dos decretos regulamentares regionais.

Tem sido este o compromisso aberto, de diálogo, porque nós temos que ajudar as nossas empresas, nós temos que criar mais emprego.

O apelo que deixo aqui à oposição é que trabalhe connosco neste sentido, porque a crise é complicada, a austeridade da República é muita e nós necessitamos de estar todos unidos para poder fazer dos Açores uma melhor região para se viver.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional dos Recursos Naturais)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A crise é mais complicada no PS do que noutra sítio qualquer!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem agora a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta que o Governo nos traz aqui para um novo sistema de incentivos, na apreciação que fazemos, reconhecemos alguns aspetos positivos, mas temos aqui algumas dúvidas, aliás, que são consubstanciadas depois nas propostas que fazemos para a especialidade, mas estamos aqui a tratar de substituir um sistema de incentivos por um outro, um novo.

Importa perceber se é assim tão novo e se há aqui de facto a tal mudança de paradigma que foi referida pelo Sr. Vice-Presidente aquando da apresentação. A mim parece-me que não. Parece-me que se trata aqui de um conjunto de intenções que correspondem a uma velha receita e a velha receita que nós até votámos favoravelmente, mas à qual acrescentámos que havia um conjunto de insuficiências e, por outro lado, era necessário para que isto fosse eficaz, para que estas medidas de incentivos fossem eficazes, que tivessem outros desenvolvimentos.

Entretanto, importa saber relativamente ao **SIDER** o que é que, enquanto estímulo às empresas, se atingiu ou não atingiu.

A verdade é que passados estes anos todos e (salvo erro desde 2009) mais de 170 milhões de euros de investimento o sistema de incentivos não conseguiu resolver um dos grandes problemas da nossa Região, que foi a questão do desemprego ou do emprego, bem assim como não conseguiu minimizar os efeitos da crise recessiva.

A verdade é esta, quer dizer, se compararmos os 170 milhões de euros afetos ao sistema de incentivos, se compararmos isto com a curva do

desemprego, vemos o quanto o sistema de incentivos foi insuficiente, diria mesmo até ineficaz.

Da análise que fazemos a esta iniciativa do Governo a verdade é que continuamos aqui com muitas dúvidas relativamente às questões que nos afligem, sendo que uma delas é exatamente a questão do emprego.

Aliás, o Sr. Vice-Presidente da tribuna enfatizou as questões do emprego, mas a verdade é que continua a não priorizar o emprego.

Não senhor!

Veja-se que, por exemplo, a majoração é maior para a rentabilidade das empresas do que para a criação de emprego. A verdade é essa, Sr. Deputado! A verdade é essa.

Portanto, não há aqui efetivamente ...

Presidente: Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: O Sr. Vice-Presidente está agitadoíssimo, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Estou contente! Recebi uma notícia!

O Orador: Já percebi!

... mas queria dar-lhe espaço para que partilhasse essa esfusante alegria connosco.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Fica para a semana!

Presidente: Sr. Deputado, aconselhava-o, com base no seu tempo, a continuar a sua intervenção.

O Orador: Obrigado. Vou seguir o seu conselho, Sra. Presidente, mas solicitava de facto ao Sr. Vice-Presidente que, enfim, prestasse alguma atenção àquilo que está a ser dito, porque trata-se de um

instrumento muito importante, sem dúvida, mas que também merece a análise cuidada de todas as forças políticas desta Região.

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: É sim senhor, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Não é!

O Orador: Vá ver ao decreto. Não, não, Sr. Deputado!

Portanto, é por isso que Vs. Exas. continuam ... Apesar do Sr. Vice-Presidente ter enfatizado o problema do desemprego, a verdade é esta, é que isso continua a não ser uma prioridade.

Aliás, numa das nossas propostas de alteração nós até fazemos uma troca de alíneas, designadamente no objetivo três, trocamos a alínea d) pela alínea a), exatamente para que fique claro que a prioridade é o emprego. Portanto, nem sequer aí Vs. Exas. tiveram cuidado.

Entretanto, há aqui uma ou outra questão que tem a ver com o seguinte, que é com, digamos, a falta de segurança jurídica que este diploma tem. Isto é, o que o Governo pode fazer com este sistema de incentivos é apoiar quem quiser, onde quiser, como quiser e se quiser, o que me parece que é uma situação muito vaga e, portanto, não há segurança jurídica.

Um empresário que se candidate a este sistema de incentivos ou se encosta ao Partido Socialista, ou acende uma vela à padroeira, porque não tem segurança jurídica relativamente ao facto do seu projeto vir a ser apoiado ou não, isto é, há aqui uma grande margem de discricionariedade e de arbitrariedade de quem avalia os projetos e de quem decide.

Portanto, isto também é uma questão que para nós é fundamental.

Deputado Rogério Veiros (PS): Os projetos são avaliados por técnicos!

O Orador: Sra. Presidente, para terminar esta primeira intervenção vou dizer que o sentido de voto do PCP na votação na generalidade será de abstenção e depois continuaremos o debate e se verá.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem agora a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai partilhar a sua alegria connosco!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Também queremos saber o motivo da alegria!

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:
...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vai partilhar connosco, Sr. Vice-Presidente? Partilhe! Não seja egoísta! Somos os representantes do povo!

O Orador: Tudo, tudo! Sabe que eu sou muito do sentido da partilha. Gostaria de sobre este diploma, em primeiro lugar, agradecer as referências positivas que foram feitas por todas as bancadas que o abordaram.

Dizer que este conjunto de diplomas encerra um conjunto de trabalho bastante vasto que foi feito ao longo de muito tempo com a participação dos parceiros sociais, dos agentes económicos, e penso que, para além de questões de pormenor, o que aqui se conclui deste

debate também é que existe, do ponto de vista das questões essenciais, da estratégia, daquilo que é o conteúdo e das políticas de apoio às empresas, um apoio transversal sobre estas matérias.

Isso para nós é o mais importante. Mas também é claro que temos que assumir que, havendo este enquadramento sobre a estratégia que definimos, é também no âmbito deste enquadramento que nós vamos aferir os resultados desta aplicação.

Gostaria de ter tido, por parte particularmente do maior partido da oposição, um contributo ...

Se o Sr. Deputado Artur Lima gostar mais assim posso repetir e dizer do ainda maior partido da oposição!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Assim está melhor! Fico mais satisfeito.

Deputado Rogério Veiros (PS): Ou da coligação!

O Orador: ... no sentido de ter um contributo mais efetivo sobre essas propostas.

Apresentaram apenas duas pequenas propostas de alteração.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Substanciais!

O Orador: Foi o contributo numa coisa onde tinha 25%, puseram 20 e acham que os apoios, quando os investimentos forem inferiores a 15 mil euros, o montante do incentivo pode ser repartido por mais do que um pagamento. São essas as alterações que pretendem fazer. Mas cada um faz as alterações que entende.

O sistema será tanto melhor quanto maior for a profundidade e o esforço que todos façam para o seu aperfeiçoamento e para a sua melhoria.

Reconheço, pelas intervenções feitas e repetindo aquilo que foi dito, que é uma boa proposta, que tem a concordância, que tem virtudes e que é essencialmente uma evolução muito positiva em relação ao anterior sistema.

É isso que pretendíamos obter com esta Proposta, é esta a sensibilidade que já tínhamos de todos os parceiros sociais e de todos os agentes económicos. Esta sensibilidade também penso que está confirmada aqui pela análise que os diversos partidos fizeram sobre esta matéria.

Essa abordagem é muito importante, porque são estes enquadramentos, é esta a estratégia que as empresas açorianas terão à sua disposição no período de 2014 até 2020.

Para que essa análise fosse o mais profunda possível e o mais objetiva possível, fizemos acompanhar, como foi referido pelo Sr. Deputado Félix Rodrigues, não só do Decreto Legislativo, como dos sete decretos regulamentares no seu conjunto, para que todo o edifício legislativo pudesse ser aqui analisado e sobre todo o edifício legislativo pudéssemos aqui discutir, pois é da conjugação do edifício legislativo que se define a estratégia que propomos.

Pode haver sobre isso dois caminhos.

Um é dizer que só quero discutir o Decreto Legislativo, apesar de ter desde a primeira hora os regulamentares, mas isso como não é aprovado pela Assembleia não quero debater.

Penso que um partido quando tem uma posição construtiva no sentido de desenvolvimento da sua região, ou quando tem ideias, ou quando tem estratégia, ou quando tem uma política clara sobre estas matérias, discute tudo, independentemente de ser legislativo, regulamentar,

portaria, despacho. Tudo é passível de discussão, tudo tem sido passível de discussão e nesta matéria também tudo deve ser passível de discussão.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, peço desculpa, penso que é para uma interpelação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às quatro e meia.

Eram 16 horas e 15 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 39 minutos.

Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos então dar continuidade ao debate sobre esta matéria.

Estava inscrito o Sr. Deputado António Marinho.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que a posição do PSD que já ficou expressa é completamente clara e assumimos que aquilo que fazemos em relação (a nossa posição) a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional é exclusivamente em relação à forma, não é em relação ao conteúdo.

Bem sei que o Partido Socialista fica, diria, em transe quase quando o PSD apoia uma iniciativa do Governo e o PSD apoia esta iniciativa do Governo.

Nós concordamos com o que vem na Proposta de Decreto Legislativo Regional. Nós gostamos.

Propusemos unicamente duas propostas de alteração, as tais míseras duas propostas de alteração, que são mais ou menos a mesma coisa que as míseras propostas de alteração do Partido Socialista.

Uma delas por parte do Partido Socialista é acolher um anseio, uma vontade da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, a criação do Conselho de Acompanhamento.

As duas propostas do PSD destinam-se a acolher anseios da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores. Nada mais do que isso também. São as mesmas míseras que as míseras do Partido Socialista.

Portanto, por muito que os senhores não gostem que nós gostemos de uma iniciativa do Governo, nós gostamos desta iniciativa do Governo

...

Deputado Francisco César (PS): Então vão votar a favor?

O Orador: ... e por isso a questão é uma questão de forma, é uma questão de forma porque não gostamos, porque valorizamos esta Assembleia, valorizamos o primeiro órgão da autonomia ...

Deputado Francisco César (PS): Então vão votar a favor?

O Orador: ... e entendemos que o primeiro órgão da autonomia não pode ficar afastado de uma decisão estratégica deste gabarito, desta importância e, por isso, tal como o fizemos no passado, fá-lo-emos também agora, abster-nos-emos, porque não concordamos que seja retirado ao Parlamento aquilo que ao Parlamento diz respeito.

Deputado Francisco César (PS): Então proponha uma alteração ao Decreto Legislativo Regional!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Mais!

Aconselhava, designadamente ao Sr. Deputado Francisco César, também ao Sr. Vice-Presidente, a relerem o relatório da Comissão.

Quando esta questão foi colocada ao Sr. Vice-Presidente do Governo, o Sr. Vice-Presidente do Governo disse que esta alteração era uma opção legítima e assumida por parte do Governo. É uma opção possível, é legítima. Nós é que não concordamos com ela e como não concordamos com ela queremos dizê-lo aqui ...

Deputado Francisco César (PS): Se não concorda então porque não altera?

O Orador: ... e queremos que as pessoas lá fora saibam que nós não queremos a desvalorização do Parlamento. Nós valorizamos o Parlamento e é sempre essa a nossa atuação.

Por isso, em relação a esta matéria que fique muito claro: nós não estamos contra o que está na Proposta de Decreto Legislativo Regional, ...

Deputado Francisco César (PS): Então vote a favor!

O Orador: ... nós não estamos contra aquilo que ela contém.

Aquilo que nós discordamos é do facto de ela não conter aspetos fundamentais que nela deveriam estar contidos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Então consubstancie! É tão fácil!

O Orador: Por isso, defenderemos o Parlamento até ao final.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, não falei, ou os meus exemplos não são exemplos de ilegalidade.

Os exemplos que dei são exemplos que consubstanciam uma opção política, uma opção política de entregar incentivos públicos a empresas privadas para competirem diretamente com empresas públicas.

Deputado Francisco César (PS): Isso é a estratégia para o futuro! Voltou atrás!

O Orador: É essa!

Aliás, por isso é que a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda apresenta propostas de alteração para impedir que isso aconteça no futuro e continua a acontecer.

Também não menti. Não menti! Porquê?

De facto foi instalado, ou foi dada a notícia da instalação de um parque eólico na Serra do Cume. Foi considerado um Projeto de Interesse Regional. Como é possível?

Aliás, só é possível porque é a vossa opção política.

A vossa opção política é apoiar financeiramente em três milhões de euros, sensivelmente três milhões de euros, uma empresa para instalar um parque eólico na Serra do Cume, produzir energia, energia essa que depois será vendida à EDA.

Deputado Francisco César (PS): Que decorre da lei!

O Orador: Não faz sentido nenhum para quem quer defender os serviços públicos na Região.

Deputado Francisco César (PS): O senhor não sabe do que é que está a falar!

O Orador: Ora, este é o começo do fim da EDA, é o começo do fim dum serviço público tão estruturante para a Região, como a energia, ao desviar dinheiros que deveriam ser de todos nós para empresas que são privadas. Ainda por cima, num esquema que pode ser considerado duvidoso.

Deputado Francisco César (PS): O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: Duvidoso quando vemos quem são os envolvidos e a forma como tudo é feito. Duvidoso moralmente. Legalmente não tenho nada a opor, não tenho nada a dizer.

Ora, o que nós queremos é impedir que essas situações se perpetuem. Obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Grande tarefa, Francisco! Não queria ouvir metade do que ouviste!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a este sistema de incentivos, o COMPETIR+, o PPM concorda com aquela que é a formulação que o Governo dá nomeadamente até em relação à descrição que faz dos objetivos a atingir.

É difícil discordar de objetivos como estes: “alterar o perfil de especialização da economia regional e promover novas áreas de crescimento económico”, “criar bens e serviços transacionáveis de carácter inovador”, “estimular a densificação do tecido económico regional”, “promover a criação de emprego durável e sustentável”, etc., etc., etc.

São um conjunto de objetivos que considero que são do senso comum e de racionalidade evidente e, portanto, da nossa parte, em relação àqueles que são os objetivos que aqui estão definidos, nós não temos nenhuma discordância.

A questão que se tem vindo a colocar é uma questão da falta de eficácia, da falta de concretização prática destes programas.

Estes programas têm vindo a ser criados e esta estratégia tem vindo a ser implementada por parte do Governo Regional.

Nesta altura, nós podemos considerar e avaliar aquilo que tem vindo a ser feito e podemos com certeza (e o Governo Regional tem feito também e tem realizado esse exercício no sentido de tentar realizar uma análise isenta sobre os resultados atingidos) ...

A verdade é que os programas têm sido lançados e os objetivos não têm sido plenamente atingidos.

Portanto, neste momento o que nós consideramos é que aqui falta determinação, falta capacidade de execução destes programas. Esta é a crítica que posso fazer e é com certeza uma crítica construtiva.

Depois uma questão mais prática.

Eu que vivo numa ilha com especiais dificuldades de acessibilidade e numa ilha com relativo isolamento, com dificuldades muito específicas (e tal como a minha ilha muitas outras ilhas da Região também têm estes problemas, menos intensos é verdade!), o Governo em relação ao sistema de incentivos no artigo 8.º, n.º 3, a formulação que aqui está, deixa-me dúvidas: “Por Decreto Regulamentar Regional poderão [poderão! Quer dizer podem não vir a ser, isto é evidente] ser definidas majorações das taxas de participação de incentivo não reembolsáveis nas ilhas ou concelhos com problemas específicos”.

Ora, isto significa aqui uma falta de compromisso evidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não, não! Não leu!

O Orador: Não quero que exista qualquer tipo de dúvida em relação a esta matéria. Se o Governo pensa (e eu acho que pensa) ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Mas não leu!

O Orador: ... que estas majorações têm que existir, como existem em todos os outros programas da Região e como é evidente têm de ser implementados, então nós não podemos ter qualquer tipo de dúvida em relação a esta questão.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Isso é porque não leu!

O Orador: Portanto, faço aqui uma proposta de alteração da redação que torna mais clara a redação.

Depois há aqui outros critérios. Não é só o critério da densidade ou da evolução dos níveis de produção. Há também critérios que são fundamentais no mundo empresarial, o critério das acessibilidades, por exemplo. Um critério fundamental para o desenvolvimento económico e uma dificuldade específica que é colocada às empresas, são as acessibilidades.

Aliás, é o grande problema económico dos Açores, um dos problemas que as nossas empresas enfrentam está relacionado com as acessibilidades.

Ora, se esse é um problema global do desenvolvimento dos Açores, também é um problema muito específico de algumas ilhas, em que as dificuldades são ainda maiores do que nas ilhas de maior dimensão e com um melhor conjunto de acessibilidades.

A nossa apreciação é esta e, portanto, da nossa parte nós vamos votar favoravelmente este programa de incentivos, com estas reservas que acabei de enunciar, tendo em conta que também o que esperamos é que o grau de execução e a capacidade de execução destes programas seja mais efetiva.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Passado este tempo de discussão aquilo que nós verificamos é que o programa COMPETIR+ apresenta-se como um bom programa, pelo menos naquilo que é a generalidade das opiniões que são aqui apresentadas, reúne um consenso e uma vontade de fazer mais pela nossa economia, quer seja ao nível da sua competitividade, quer seja ao nível da sua especialização, da sua capacidade para criação de emprego.

Também não parece correta a formulação que é dada da parte do PSD. Nós saudamos o PSD por ser a favor desta iniciativa. Percebo também a dificuldade que o PSD tem de ser completamente a favor desta iniciativa, mas se o Sr. Deputado (e eu repito) acha que este Decreto Legislativo pode ir mais além, consubstancie isso em propostas de alteração para nós podermos discutir se concordamos ou não.

O senhor falava da questão da majoração das ilhas de coesão. Podemos discutir isso, mas pode fazer uma proposta de alteração.

Deputado António Marinho (PSD): É tudo!

O Orador: É isso que nós achamos. É curto da parte do maior partido da oposição.

Faça um favor ao seu partido, à sua bancada, e apresente propostas que consubstanciem as suas razões de queixa que é para depois podermos dizer, ou não, se estamos a favor.

Percebo que o PSD queira aparentar que é a favor de uma medida do Governo dos Açores, mas o discurso tem de condizer, tem de haver capacidade de proponência, tem de haver capacidade para nós podermos discutir aqui aquilo que os senhores todos os dias andam a dizer na comunicação social.

Nós ficamos satisfeitos com o consenso que está a ser gerado aqui. Nós estamos dispostos a trabalhar para isso, por isso é que vamos trabalhar a seguir nas propostas de alteração e pela última vez deixo aqui um apelo ao Partido Social Democrata que trabalhe e que apresente propostas que consubstanciem aquilo que sempre têm dito. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Muito rapidamente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, se me permite, só uma abordagem em relação à sua questão.

A intensidade dos apoios das ilhas está devidamente quantificada em todos os subsistemas de incentivo, ou seja, no caso concreto em referência, o Corvo tem mais dez pontos percentuais de intensidade de apoio a fundo perdido do que São Miguel e Terceira e mais cinco pontos percentuais do que o Faial e o Pico.

Portanto, isso está clarificado.

A norma a que se refere não é em relação à intensidade dos apoios diferenciados, a discriminação positiva das ilhas.

É prever a possibilidade, em situações excepcionais que venham a acontecer, de reforçar essa intensidade em algumas ilhas ou em alguns concelhos. Apenas isso!

A questão não está em aberto. Está devidamente quantificada em todos os sistemas a intensidade de apoio diferenciado consoante as ilhas. O que se abre a possibilidade é, em determinados concelhos ou em determinadas ilhas por circunstâncias excecionais que possam vir a ocorrer, de reforçar essa discriminação positiva apenas.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para reafirmar algo que penso que está claríssimo desde a primeira intervenção que foi feita e não vale a pena voltarmos ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Se o Sr. Deputado quiser voltar à carga logo a seguir, vou-lhe ser muito sincero e garantir uma coisa: não vou responder mais à mesma questão.

Deputado José San-Bento (PS): Está a fazer birra!

O Orador: Penso que isso está perfeitamente claro na cabeça das pessoas. Aliás, está claro desde 2005. Estamos em 2014.

O SIDER enformava exatamente do mesmo problema e o PSD na altura, quando foi retirado ao Parlamento aquilo que deveria pertencer ao Parlamento no sistema de incentivos anterior, absteve-se, embora concordasse com a generalidade das questões.

Em 2007, a mesma coisa. Em 2009, a mesma coisa. Em 2010, o Governo teve mais consciência e fez regressar ao Decreto Legislativo Regional o que lhe deveria pertencer e o PSD votou favoravelmente.

Na alteração, que é a terceira alteração em 2011, continuaram a estar lá as questões que pertenciam ao Parlamento e o PSD votou favoravelmente.

Agora fazem o COMPETIR+ e não só aquilo que tinha regressado ao Decreto Legislativo saiu, como saiu tudo o resto e nós não vamos alinhar na desvalorização do Parlamento.

Deputados João Bruto da Costa e Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós não podemos votar favoravelmente algo que atenta contra o Parlamento, contra o primeiro órgão da autonomia açoriana.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso mesmo, concordando no essencial com a estratégia subjacente a este COMPETIR+, não podemos com isso vender algo que consideramos que não deve ser alienado nunca, que é o papel do Parlamento dos Açores, que é a nossa dignidade, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): A nossa democracia!

O Orador: ... que é a democracia dos Açores. Exatamente!

Portanto, em termos de coerência não o podemos fazer.

Muito claramente, o Sr. Deputado pode voltar outra vez à carga com as mesmas coisas.

Deputado Francisco César (PS): Só queria que fosse diferente!

O Orador: Pode ter a certeza de uma coisa: essa acusação da falta de trabalho e do pouco trabalho, essa aí penso que os açorianos sabem perfeitamente se o PSD trabalha ou não trabalha.

Deputado André Bradford (PS): Sabem, sabem! Olhe que não sei!

O Orador: Essa acusação de falta de trabalho para além do mais é de muito mau gosto, deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado. Deixe-me dizer-lhe que é de muito mau gosto!

Mas os senhores gostam de fazer isso. Tudo bem, estão no seu direito, têm legitimidade para fazer isso, como têm legitimidade para achar que o Parlamento deve ficar arredado de questões importantes da estratégia de crescimento económico para os Açores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Acham que assim deve ser e que devem entregar tudo isso ao Governo?

É legítimo da vossa parte.

Da nossa parte não podem é contar que concordemos com algo que desvalorize este Parlamento.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso nunca faremos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos então passar à votação.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Para uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

Tem a ver com o que aconteceu.

Não quis fazer no princípio do debate para não alterar o debate, mas para recordar, Sra. Presidente, que este diploma que agora estamos a concluir a discussão foi alterado na sua ordem inicial, da ordem que estava para ser discutido, a pedido do PSD com o argumento, em Conferência de Líderes, que o deputado que ia discutir este diploma não podia estar presente quando estava inicialmente previsto.

Registo que o deputado que discutiu este diploma estava presente no plenário ontem.

Portanto, o argumento para a alteração não me parece que tenha tido substância.

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é uma coisa miudinha, uma coisinha típica de Vice-Presidente!

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor parece o guarda-redes de andebol do Angrense!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado António Marinho, deduzo que seja para uma interpelação?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A pequenez de espírito das pessoas fica exatamente com elas.

Sra. Presidente, aquilo que fez o meu companheiro e Deputado António Ventura teve a ver com o facto de eu não poder ter chegado à Horta na segunda-feira e garantir a minha presença cá na terça-feira. Por isso, como só cheguei na terça-feira de manhã, em que por acaso não houve atrasos no voo da SATA, mas se houvesse, impediria que eu às 15 horas aqui estivesse para fazer a discussão deste diploma.

Mas como disse inicialmente, a pequenez de espírito das pessoas fica com elas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Penso que estamos então agora em condições de passar à votação desta Proposta de DLR.

Vamos então passar à votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de DLR apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Muito bem. Passamos então agora à votação na especialidade.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): É para intervir!

Presidente: Mas pode intervir. Vamos entrar no debate e votação na especialidade, por isso pode intervir.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aproveitar o tempo que me resta para apresentar um conjunto de propostas de alteração que apresentamos agora para a discussão na especialidade e que eu, com a maior brevidade possível, passaria a enumerar.

Desde a exclusão do incentivo às entidades privadas lucrativas no âmbito da educação, prestação de cuidados de saúde e apoio social e porquê?

Desde logo porque devem ser prestadas por entidades públicas, associativas e cooperativas e há um conjunto de outros apoios destinados exatamente a esses setores.

Também a alteração na ordem de prioridades dos objetivos do COMPETIR+, designadamente dos que estão expressos no artigo 3.º e é uma questão simbólica. É pôr na alínea a) a questão do emprego.

Por outro lado, não apoiar as empresas que não cumpram os seus deveres para com os trabalhadores, da mesma forma como não se apoia quem tem dívidas ao fisco ou à Segurança Social. Consideramos também que os salários em atraso devem ser motivo de exclusão.

Porque queremos e julgamos que é fundamental que a criação do emprego seja um critério obrigatório, a Região não deve apoiar projetos que não prevejam a criação de novos postos de trabalho, devendo igualmente existir a exigência da formação profissional. Queremos, portanto, que todos os trabalhadores das empresas apoiadas beneficiem diretamente destes incentivos recebendo formação profissional.

Queremos também com a alteração que propomos ao artigo 6.º equalizar os níveis salariais dos trabalhadores menos qualificados.

O Governo nos decretos regulamentares prevê que os trabalhadores não licenciados no âmbito do sistema de incentivos ao empreendedorismo criativo auferam salários mais elevados que os trabalhadores de outros programas, o que para nós não faz grande sentido.

Por outro lado, e relativamente aos apoios à aquisição de terrenos, propomos que os apoios à compra de terrenos que se destinem a campos de golfe deixe de ser delegável. Até julgávamos que esta obsessão do Governo pelos campos de golfe já estava moribunda, mas afinal ainda mexe. Afinal ainda mexe, mas era bom que se acabasse com isso. Queremos poupar.

Por outro lado, relativamente às questões da aquisição de *software*, a nossa proposta é para que se faça a aquisição ou se apoie a aquisição de *software* livre quando houver disponível e com qualidade devidamente certificada no mercado. Julgo que é fundamental, até na sequência daquilo que foi aqui aprovado para a administração pública regional, um projeto de resolução, que ia exatamente nesse sentido.

Queremos também e propomos um compromisso de responsabilidade social para que as empresas apoiadas cumpram as suas obrigações legais ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

... para com os trabalhadores e que lhes paguem os salários atempadamente, isto é, que não sejam apoiadas as que têm salários em atraso ou quem recorra a suspensão da atividade.

Por outro lado, e finalmente, propomos que se torne pública a informação relevante sobre todos os apoios concedidos e julgo que este é também um contributo para a própria transparência deste programa de incentivos COMPETIR+.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sem prejuízo de uma próxima intervenção para dar resposta da parte do Partido Socialista às propostas de alteração dos outros partidos, permitam-me fazer uma rápida análise às propostas de alteração do Partido Comunista Português.

Em relação à primeira alteração que o PCP aqui propõe, em relação àquilo que devem ser as atividades excluídas no âmbito deste diploma, elas já estão presentes nos decretos regulamentares regionais, ou seja, as exclusões que são aqui propostas já estão previstas nos decretos regulamentares regionais. Nós achamos que devem manter-se nos decretos regulamentares regionais porque pode haver uma alteração de circunstâncias que possa impor essa alteração. Relativamente à alteração feita ao artigo 3.º parece-me razoável e o Partido Socialista apoiará esta alteração.

Em relação à questão do artigo 4.º, n.º 1, alínea f), a questão das remunerações devidas aos trabalhadores, o que nós achamos é que a forma como está aqui feita não resolve o problema. Não é impedir que as empresas recebam o apoio que irá resolver a questão dos

salários em atraso, daí que nós achamos que não é esta a forma que melhor resolve este problema.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quando há dívidas à Segurança Social e ao fisco, não; e depois ...!

O Orador: Em relação ao artigo 5.º aquilo que propõe é excluir os resultados das empresas, ou seja, se não prever a criação de novos postos de trabalho e formação profissional deixa de poder ter apoio. Na prática é isso que o PCP propõe, o que não nos parece que seja a melhor forma de se obter bons resultados nos projetos de investimento das empresas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas a prioridade não é o emprego?

O Orador: A prioridade é feita ao nível da majoração, ou seja, contrariamente àquilo que o Sr. Deputado diz, é dada prioridade, ou maior prioridade neste caso, à criação de postos de trabalho do que ao aumento do valor acrescentado bruto das empresas. Neste sentido também não nos parece a mais correta.

A questão da obsessão com campos de golfe, peço desculpa Sr. Deputado, mas quem persegue os campos de golfe desde que me lembre neste Parlamento é o Sr. Deputado que como D. Quixote atrás de um moinho de vento, neste caso, de um campo de golfe, consecutivamente tenta sabotar toda a possibilidade de existência de campos de golfe nesta Região.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Com certeza! Cá estaremos! Não abandonaremos a luta!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é preciso abandonar! Eles abandonam-se a si próprios!

O Orador: Nunca pratiquei golfe, mas talvez não sou tão fundamentalista contra esse tipo de desporto.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E os campos de golfe de São Miguel?

O Orador: Dizer-lhe que a proposta que faz em relação ao artigo 19.º, a proposta não, o novo artigo que faz, o 19.º-A, em relação à informação pública, merece da parte do Partido Socialista uma apreciação positiva, ou seja, tudo aquilo que possa melhorar a transparência dos atos de gestão pública merece da nossa parte, desde que feita de uma forma correta e coerente, o nosso apoio.

Neste sentido, merecerá também da nossa parte o voto favorável.

Para já, fico-me por aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda apresentou uma série de propostas de alteração às quais já me referi na apresentação na generalidade. Só queria especificar um pouco a explicação à alteração ao artigo 7.º, que tem a ver com a nossa objeção e a nossa pretensão em limitar e evitar o financiamento público a setores estratégicos e, neste caso, à educação e à energia, para que não surjam mais maus exemplos de investimento público em iniciativas privadas.

Posso dar mais um exemplo no setor da educação.

Todos nós conhecemos uma escola privada em São Miguel a quem foi concedido terreno e por via também de financiamento público foi

também concedido financiamento para a construção da própria escola, quando a escola não tem sequer um caráter supletivo relativamente à oferta pública regional na área das infraestruturas da educação.

Deputado André Bradford (PS): O senhor tem uma fixação pelas escolas!

O Orador: Não deixa de ser interessante que tudo o que tem a ver com a garantia de direitos dos trabalhadores fique sempre remetido para uma futura regulamentação que nós não sabemos que direção é que irá tomar, ...

Deputado Francisco César (PS): Então não se sabe? É um Decreto Legislativo Regional!

O Orador: ... mas quando se fala em garantias para garantir incentivos a empresas, isso sim, está sempre plasmado no Decreto Legislativo Regional.

Deputado Francisco César (PS): O senhor nem sabe o que escreveu nas suas propostas!

O Orador: Não sei porquê a objeção do Grupo Parlamentar do PS em aceitar propostas que salvaguardem os direitos dos trabalhadores no corpo da Proposta do Decreto Legislativo Regional.

Portanto, não sei o porquê desta obsessão (já que gosta tanto do termo!) em arrastar os trabalhadores para futuras regulamentações que não sabemos que direção é que irão tomar ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e em não querer que essa segurança, essa garantia, esteja presente nesta Proposta.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós fazemos um conjunto de propostas que tende a melhorar a Proposta de Decreto Legislativo Regional do Governo, na medida em que achamos que devem ser introduzidas melhores definições no que se trata aos subsistemas.

Algumas das propostas são óbvias, estão muito mais claras nos projetos de regulamentação do que estão na Proposta de Decreto Legislativo Regional e por isso à que trazer para aquilo que vai ser votado nesta Casa as melhores definições, de forma a clarificar o que é que corresponde a cada um dos subsistemas.

Mas isto é uma questão menor. Para nós interessa-nos perceber que de facto neste sistema de incentivos valorizamos a competência, valorizamos o esforço individual e valorizamos a formação que os indivíduos e a sociedade fazem e, como tal, deve ser incentivado também no sistema COMPETIR+.

Por outro lado, há questões que se prendem com a justificação de verbas em que entendemos que todas as verbas devem ser justificadas, sejam elas de que valor for.

Por outro lado, introduzimos aqui um sentido de justificação, porque por vezes a “vida é madrasta” e por meros minutos perdemos algumas oportunidades, portanto, sermos muito mais flexíveis com alguns prazos que o bom senso levaria a relevar alguns pequenos atrasos que

houvessem relativamente à prestação de informações e à apresentação de documentação.

Em *lato sensu* são essas as alterações que propomos, para além da preocupação legal de cumprimento com aquilo que diz a legislação europeia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agora sim, há pouco precipitei-me talvez na minha intervenção, devia ter esperado pela intervenção dos restantes partidos para também dar a posição do Partido Socialista sobre as propostas de alteração que foram apresentadas e também para apresentar aquelas que o Partido Socialista aqui submeteu.

Muito rapidamente, a principal proposta que o Partido Socialista apresenta tem a ver com exatamente uma pretensão da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores.

Nós sabemos que as câmaras do comércio como destinatárias também do apoio deste sistema de incentivos não podem estar diretamente envolvidas na atribuição dos incentivos, mas nada impede que as câmaras do comércio possam acompanhar, digamos, o comportamento de todo o sistema de incentivos e a sua evolução perante a atividade económica.

Neste sentido, aquilo que nós achámos por bem foi criar uma Comissão de Acompanhamento de todo o sistema de incentivos, composta por dois representantes da Câmara do Comércio e Indústria

dos Açores, um elemento da SDEA e outro elemento da direção regional com competência em matéria de competitividade.

Relativamente às restantes propostas aqui apresentadas parece-me que há aqui matéria que o Bloco de Esquerda apresenta que pode estar perfeitamente em matéria regulamentar.

Sr. Deputado, tenho a dizer-lhe que não tenho nenhuma obsessão, nem com o seu partido, nem com matéria de trabalhadores. Aliás, o PS é um partido de esquerda, portanto, é um partido que defende, com certeza, o direito dos trabalhadores, o seu direito ao trabalho e o direito de auferir um bom rendimento.

Relativamente às propostas de alteração que apresenta não me parece que seja a forma mais correta. Aliás, nem parece que sejam muito legais.

Não conheço nenhum sistema, nem nenhuma lei que possa impedir a atribuição de subsídios ou de despesas pela propriedade desta mesma despesa.

Não me parece bem que o Sr. Deputado ache que não possa haver iniciativa privada em matéria de energia. Já existe desde a micro, média e alta produção de energia, tanto nesta matéria como noutras.

Neste sentido, o Partido Socialista não irá votar favoravelmente as propostas que apresentou.

Relativamente às propostas do CDS.

O CDS consubstanciou nas suas propostas de alteração exatamente aquilo que defendeu, ou seja, achou que aquilo que deveria estar em Decreto Legislativo Regional e não em decreto regulamentar deveria estar numa proposta de alteração sua e foi exatamente o que fez.

Neste sentido o Partido Socialista considera como boas propostas as alterações que faz ao artigo 2.º. Considero também que a matéria referida no artigo 6.º é algo que deve ser devidamente regulamentada e tida em atenção pela parte do Governo dos Açores (estou certo que o fará, porque tem aqui bons princípios que devem também ser seguidos). Relativamente ao artigo 7.º tem aqui, em relação à nova alínea, a linha l), uma boa proposta, que “as transações ocorridas entre entidades participantes no projeto devam ser contempladas” o que me parece que devam ser.

As restantes propostas que aqui apresenta são sobretudo ao nível de conformidade jurídica, à exceção aqui do artigo 15.º em que há um alargamento do âmbito dos pedidos de pagamento a todos os subsistemas.

Nós, nessa matéria, não concordamos. Há a questão do subsistema do desenvolvimento local e há os outros, nomeadamente o da exportação e da internacionalização, em que o apoio é feito de uma forma diferente, é feita a comercialização e deve haver uma distinção especial. Neste sentido, portanto, não levará da nossa parte a nossa aprovação, mas este é o balanço que o Partido Socialista faz de aprovar diversas propostas dos partidos da oposição.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo neste momento, vamos então avançar com a votação.

Está à votação o artigo 1.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam ...

Artigo 1.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS-PP ao artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 2.º da Proposta com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação uma proposta de aditamento, o artigo 2.º-A, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 16 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração também apresentada pelo PCP ao artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 3.º da Proposta com a alteração introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PCP ao artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Votamos então agora o artigo 4.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Vamos agora votar as propostas de alteração apresentadas ao artigo 5.º.

A primeira em votação é a proposta de alteração apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está então agora à votação a outra proposta, que neste caso é de aditamento, apresentada pelo PCP a este mesmo artigo 5.º.

Proposta de aditamento, deixe-me confirmar, uma alínea f): “prever a criação de novos postos de trabalho e a formação profissional dos respetivos trabalhadores.”

Portanto, está então à votação esta proposta de aditamento apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A direita toda de pé!

Presidente: As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Está então agora à votação o artigo 5.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 18 votos contra do PSD, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos então passar às propostas de alteração ao artigo 6.º. São quatro e a primeira que está à votação é a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao n.º 4, do artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1

voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PCP ao n.º 6, do artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Quer o Bloco de Esquerda, quer o CDS apresentaram propostas de aditamento de um n.º 7 a este artigo 6.º.

O que vamos colocar primeiro à votação é o do Bloco de Esquerda, porque deu entrada na Mesa em primeiro lugar.

Por isso, está à votação a proposta de aditamento do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS-PP, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, ...

Vou repetir.

A proposta de aditamento foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco então agora à votação o artigo 6.º da Proposta com a alteração que aprovámos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Avançamos agora com as propostas de alteração ao artigo 7.º. São várias também.

A primeira que coloco à votação é a proposta de alteração apresentada pelo PCP ao n.º 1, do artigo 7.º, mais concretamente a alínea a).

A 1) tem várias propostas, por isso terá que ser votada separadamente.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Relativamente a uma proposta de aditamento de uma alínea l) a este n.º 1, do artigo 7.º, há três propostas.

A primeira que será colocada à votação é a do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: A segunda proposta de aditamento a colocar à votação é a do PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Sr. Deputado Félix Rodrigues pede a palavra para uma interpelação?

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Para uma interpelação à Mesa, para me esclarecer exatamente em que ponto é que estamos, porque já não consigo chegar a todo o lado. Só por isso.

Estamos na alínea l), do artigo 7.º da proposta do PCP?

Presidente: Há três propostas de aditamento para uma alínea l) ao n.º 1, do artigo 7.º.

Colocámos à votação a do Bloco de Esquerda e agora coloquei à votação a do PCP. Depois será colocada a vossa, em último lugar.

Então vou repetir a votação referente a esta proposta de aditamento do PCP, que é o aditamento de uma alínea l) a este n.º 1, do artigo 7.º.

Certo?

Então vamos votar.

Alguma pergunta Sr. Deputado Paulo Estêvão? Não.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Agora sim está à votação a proposta de aditamento apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Está então agora à votação a proposta de aditamento, apresentada pelo Bloco de Esquerda de uma alínea m) a este n.º 1, do artigo 7.º.

Aditamento do Bloco de Esquerda, da alínea m), do n.º 1, do artigo 7.º.

Estamos todos em sintonia?

Alínea m) do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo CDS-PP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 20 votos a favor do PSD, 2

votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Por fim está à votação uma proposta de eliminação do n.º 2, do artigo 7.º ...

Deputado Francisco César (PS): Não fica prejudicada? Havia uma proposta de alteração!

Presidente: Não. Ainda estamos no artigo 7.º.

Deputado António Marinho (PSD): Pode repetir a última votação? Agora estou todo baralhado!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Acontece aos melhores!

Presidente: A última votação? A do aditamento? Da alínea m)?

Do Bloco de Esquerda já votámos e a do CDS-PP também já votámos.

É essa que quer repetir?

A alínea m), a proposta de aditamento da alínea m) ...

Sr. Deputado, vamos só fazer aqui (Sr. Deputado Aníbal Pires, um bocadinho da sua atenção) um ponto de situação.

A alínea m) do CDS-PP refere-se à aquisição de terrenos, de trabalhos ... É essa que é para repetir a votação?

Então vamos repetir a votação da proposta de aditamento do CDS, alínea m), do n.º 1, do artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Relativamente à proposta de eliminação, o teor da redação não é exatamente o mesmo, portanto, mesmo tendo ficado prejudicado penso que ...

Deputado Francisco César (PS): Exato! Não era esse o objetivo!

Presidente: Exatamente! Era manter a sua ...

Vamos então votar a proposta de eliminação apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos então agora votar o artigo 7.º da Proposta com a alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Avançamos agora para as alterações ao artigo 8.º.

Está à votação a proposta de alteração do CDS ao n.º 2, do artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP ao n.º 3, do artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 2 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração a este mesmo número do artigo 8.º, apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 20 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração também para este número apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: As restantes propostas de alteração a este artigo apresentadas pelo PCP ficam prejudicadas, porque eram apenas a renumeração (deste artigo 8.º) dos artigos em virtude da aprovação do n.º 3, portanto, estão prejudicadas.

Então assim coloco à votação o artigo 8.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Os artigos 9.º, 10.º e 11.º não têm propostas de alteração.

Pergunto se os posso colocar à votação em conjunto?

Não havendo oposição, estão à votação os artigos 9.º, 10.º e 11.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Avançamos agora para a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 12.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 13.º e 14.º também não têm propostas de alteração.

Pergunto se posso colocá-los à votação em conjunto?

Não havendo oposição, é isso que farei.

Artigos 13.º e 14.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 15.º há uma proposta de alteração apresentada pelo CDS. É essa que está à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 2 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação uma proposta de eliminação do n.º 5, do artigo 15.º, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação o artigo 15.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 20 votos contra do PSD, 2 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está agora à votação uma proposta de alteração apresentada pelo CDS ao artigo 16.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 16.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 17.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está agora à votação uma proposta de aditamento, artigo 17.º - A, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 18.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação o artigo 19.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Temos agora duas propostas de aditamento, artigo 19.º - A.

A primeira a ser colocada à votação é a do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Para repetir a votação?

Sr. Deputado Paulo Mendes, peço o favor que se sente novamente.

Está à votação a proposta de aditamento, artigo 19.º-A, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação em conjunto os artigos 20.º, 21.º e 22.º.

Não há oposição, estão à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Em relação ao artigo 23.º coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 23.º com a alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Penso que poderei colocar também à votação em conjunto os artigos 24.º e 25.º.

Estão à votação então.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global a Proposta de DLR foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Encerrámos assim o ponto quatro da nossa Agenda.

Vamos fazer um breve intervalo.

Regressamos às 18 horas e 10 minutos.

Eram 17 horas e 52 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 23 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto cinco da Agenda: **Projeto de Resolução n.º 60/X – “Rede Açoriana de Ninhos de Empresas”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos são os que temos vindo a utilizar e para a apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Esta iniciativa que o PSD/Açores apresentou sob a forma de Projeto de Resolução, e como tal assumindo-se como uma recomendação que é feita num determinado sentido, tem como principal origem de se registar, de ser conhecido na Região que o nível de desemprego atingiu níveis substanciais e como tal são preocupantes, embora muita gente considere que o desemprego é coisa menor, mas obviamente ...

Deputado José San-Bento (PS): É uma conclusão precipitada, Sr. Deputado!

O Orador: ... nós, no nosso caso, preocupamo-nos e preocupamo-nos muito com os quase 22 mil desempregados que existem na Região Autónoma dos Açores, que vivem situações aflitivas, vivem situações de grande carência e por isso devem merecer a preocupação e não a brincadeira.

Portanto, é este desemprego que atinge designadamente a população mais jovem, que está a ser especialmente afetada por este fenómeno indesejável, que existe na sociedade açoriana.

É certo que há muitos programas, há programas ocupacionais que têm sido desenvolvidos por parte do Governo e que têm os seus méritos (não é isso que está em causa), mas que não resolvem a situação de forma duradoura, porque acabam por ser soluções de recurso para um problema que efetivamente existe e que se pretende que seja resolvido de forma consistente, de forma mais estruturante.

Portanto, o processo de criação de emprego naturalmente exige uma intervenção a níveis diversos que constituem seguramente a preocupação de quem está atento à evolução da economia açoriana e dos grandes problemas que atravessa a própria sociedade.

Sabemos que as empresas atravessam, neste momento, um contexto também muito difícil.

Acabou de ser aprovado há bocado um sistema de incentivos que pode ser um bom instrumento para começar a estimular o funcionamento das empresas e o investimento das empresas e dessa forma contribuir para a criação de emprego que se revela necessária neste momento aos Açores, mas é também necessário ter outros instrumentos, alguns dos quais não duvidamos que o Governo tentou colocar em prática, mas que neste momento ainda não conhecemos naturalmente, em função do agravar do desemprego, ainda não são conhecidos resultados que poderiam ser considerados por todos nós como animadores.

Portanto, aos poderes públicos, para facilitar esta iniciativa empresarial, compete não só desenhar um sistema de incentivos como aquele que há bocado estivemos a discutir, mas também criar soluções facilitadoras para que o empreendedorismo e designadamente aquele que atinge as classes que estão mais débeis em termos de desemprego. Para que este empreendedorismo se imponha é necessário criar alguns mecanismos.

Um dos mecanismos que tem dado provas a nível mundial, não só na Região, mas também na Região já nos casos em que existe, são os Ninhos de Empresas que já provaram ser positivos e que nos poucos casos que existem nos Açores beneficiaram e levaram ao desencadear

de projetos empresariais muito interessantes, muitos deles ainda numa fase embrionária, mas que depois acabaram por ter uma expressão mais significativa.

São, portanto, determinantes para o arranque de soluções empresariais, designadamente pelo facto de permitirem partilhar, por parte dos empreendedores que integram estes Ninhos de Empresas, alguns recursos de natureza comum, quer ao nível administrativo, quer ao nível de apoio jurídico, apoio técnico, apoio económico e custos que podem ter um peso muito importante, designadamente na fase de arranque destas soluções empresariais.

Naturalmente que para estimular este tipo de mecanismo, nós temos que pensar quem é que pode ter interesse em desencadear soluções deste género.

O Governo Regional, como é óbvio, logo à partida tem-na, tem sempre essa responsabilidade de tentar melhorar as condições para o exercício da atividade empresarial de muitos e muitos açorianos.

Tem o Governo Regional, têm ao nível local as próprias autarquias locais, designadamente as câmaras municipais ou até as juntas de freguesia. É também importante o papel das associações empresariais que não se circunscreve óbvia e exclusivamente à defesa dos seus associados, mas também é sua vocação fomentar novas iniciativas. Depois todas aquelas instituições, quer no âmbito da educação, quer no âmbito da investigação, em que salientamos, entre outras, as próprias escolas profissionais e um instrumento que felizmente existe na Região que é a Universidade dos Açores e que quer ao nível da formação, quer ao nível da investigação, pode ter um papel determinante também nos Ninhos de Empresas e assim fomentar

iniciativas que depois acabem por ter êxito e acabem por conduzir a soluções que permitam, no fundo, diminuir designadamente o desemprego elevado que existe na Região.

É por isso que nós apresentámos este Projeto de Resolução que tem as características de Projeto de Resolução.

Não estamos aqui a falar em legislar o que quer que seja sobre esta rede açoriana de Ninhos de Empresa.

Estamos a lançar a ideia que deve constituir uma preocupação por parte do Governo Regional no sentido de servir de elemento dinamizador e não de ser o responsável pelo que quer que seja. Deve-lhe caber um papel dinamizador e puxar para si todos os potenciais interessados no desenvolvimento de Ninhos de Empresas ao nível de toda a Região, nos 19 concelhos da Região e provavelmente também alguns ao nível de freguesia.

É por isso que, e até porque poderemos falar um pouco disso a seguir, em alguns dos pareceres que foram entregues fica-se um pouco sem saber se o que estão é a comentar uma Proposta de Decreto Legislativo Regional ou meramente uma declaração de intenções como bem lhe chamou o Sr. Vice-Presidente do Governo quando foi ouvido na Comissão de Economia e que, aliás, disse que partilhava obviamente da bondade desta declaração de intenções.

É por isso que tem dois pontos e esses dois pontos eu iria ler só para que constasse:

“O Governo Regional deverá promover a existência da Rede Açoriana de Ninhos de Empresas, extensiva a toda a Região, com o objetivo de incentivar o aparecimento de novas empresas, através da libertação de encargos de grande peso nos primeiros anos de

atividade, o que constituirá fator de facilitação do investimento empresarial e de estímulo ao empreendedorismo, com especial enfoque no que tem origem na população jovem”.

E um segundo ponto que se trata do envolvimento de outras entidades que poderão ser e tenham interesse específico no desenvolvimento desta rede ou deste conjunto açoriano de Ninhos de Empresas: “Para o efeito, o Governo Regional deve procurar a colaboração de associações empresariais, autarquias locais, instituições de ensino profissional e da Universidade dos Açores, bem como outros parceiros [que não se esgotam aqui obviamente] que se revelem adequados, devendo ser privilegiado o aproveitamento de estruturas e iniciativas já existentes.”

Não iria nesta fase fazer um apanhado dos pareceres que foram pedidos. Foram pedidos pareceres designadamente a vários departamentos da Universidade dos Açores, ao Centro de Empreendedorismo, depois também à Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, também à Sociedade de Desenvolvimento Empresarial dos Açores e à Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, naturalmente.

Curiosamente, a Universidade dos Açores e os privados olham com interesse para a iniciativa propondo algumas questões complementares para melhorar, no fundo, a ideia que o PSD/Açores lança com este Projeto de Resolução.

Curiosamente teremos a oportunidade provavelmente de referir as duas instituições públicas.

Uma que em princípio deveria dar o sentir dos 19 municípios da Região Autónoma dos Açores lança dúvidas. Vá se lá saber porquê!

Vá se lá saber porquê e vá se lá saber se o parecer que deu recolheu efetivamente os contributos dos 19 municípios da Região Autónoma dos Açores.

Muito sinceramente, da parte do PSD/Açores há fortes dúvidas que isso tenha acontecido, há fortes dúvidas e fundadas dúvidas que isso tenha acontecido.

Relativamente à Sociedade de Desenvolvimento Empresarial dos Açores penso que não soube distinguir entre o que é um Projeto de Resolução e um Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Sendo uma instituição de natureza pública seria bom que estudasse primeiro a matéria e depois emitisse um parecer de forma adequada.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Muito rapidamente.

Como tive oportunidade de dizer na Comissão, esta proposta é uma recomendação de carácter genérico. Apresenta em dois parágrafos um conjunto de intenções também genéricas e é pois também por isso uma declaração de intenções.

Quanto a isso, aos princípios que estão aqui definidos do ponto genérico, o Governo não tem nada contra.

Como costuma dizer o povo “não aquece, nem arrefece”, porque o que estão aqui ... São definidos princípios genéricos sobre os quais nós não temos nada a opor à definição desses princípios genéricos.

Aliás, penso que nos subsistemas de incentivos que foram aqui apresentados e discutidos estão precisamente os instrumentos de operacionalização e de concretização deste princípio genérico e, neste contexto, não temos mais nada a acrescentar.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD parece-me absolutamente adequada tendo em conta aquelas que são as questões fundamentais na Região Autónoma dos Açores do ponto de vista da nossa política económica.

A atual situação financeira e económica da Região e a situação social só poderão ser ultrapassadas através do crescimento económico.

Aliás, é essa também a posição que o Partido Socialista tem vindo a defender a nível nacional, que a questão da crise se resolve através do crescimento económico e na aposta em políticas de crescimento económico.

O crescimento económico numa sociedade como a nossa, num sistema económico como nosso, só pode suceder através da criação do aumento de densidade da nossa capacidade empresarial.

Só a partir não só do crescimento das empresas existentes, mas também do surgimento de novas empresas que aproveitam o potencial

dos Açores em tantas áreas, é que é possível fazer crescer economicamente a Região.

A aposta tem que ser esta. O investimento público é importante. A atividade do setor público é importante, mas o crescimento económico tem que se centrar sempre na projeção da nossa capacidade empresarial.

Esta aposta do Partido Social Democrata na criação de um Ninho de Empresas, de uma rede açoriana de Ninhos de Empresas, em que serão criadas condições que favorecem os primeiros anos de crescimento das empresas, parece-me a mim, (tendo em conta o contexto em que vivemos, que é um contexto muito difícil devido à nossa insularidade, devido à pequena dimensão do nosso mercado interno, devido às dificuldades relacionadas com as acessibilidades - um conjunto de circunstâncias que fazem da Região Autónoma dos Açores uma região ultraperiférica e reconhecida como tal no âmbito da União Europeia e também no quadro do Estado português -, essas dificuldades específicas que significam dificuldades acrescidas para os açorianos), nesse sentido, uma estratégia inteligente para promover, apoiar, desenvolver um conjunto de apoios que permitam o nascimento destas empresas e que permitam a solidificação nos primeiros anos de atividade.

Considero que é uma boa aposta e que vai no sentido de resolver um dos nossos grandes problemas que é de facto a pequena dimensão da nossa massa empresarial.

Portanto, é fundamental criar as condições, favorecer o crescimento destas empresas, o surgimento destas empresas e criar este conjunto de condições favoráveis.

Portanto, o PPM votará favoravelmente a iniciativa do Partido Social Democrata.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta iniciativa do PSD, cujos considerandos, enfim, se fundamentam na questão e na importância do empreendedorismo e na criação de condições para o aparecimento e para o apoio às empresas, digamos que é um discurso que está gasto e está gasto porquê?

Sobretudo quando diz ou quando afirma que isto é um contributo e que tem como preocupação a questão do emprego.

Aliás, julgo que já vieram aqui a este Parlamento outras iniciativas que essas, sim, poderiam dar contributos importantes para a questão da resolução do emprego e que têm sido sistematicamente rejeitadas não só pelo PSD, mas também pela maioria do Partido Socialista.

Sobretudo porque esta proposta, esta recomendação (não queria dizer que ela é totalmente vazia) não acrescenta nada, digamos, àquilo que é o propósito do PSD, sobretudo quando nós acabámos agora de discutir e de aprovar o COMPETIR+, um novo modelo de apoio às empresas, em que o próprio PSD acabou (enfim, por opção própria, com certeza) por não dar um grande contributo para melhorar o documento que foi apresentado.

Entretanto, agora apresenta-se aqui com um Projeto de Resolução que não traz nada, não acrescenta nada, quer dizer, é vago, ao qual o PCP não pode dar o seu apoio, mas também não vai votar contra, vai

abster-se, porque considera que esta proposta nem adianta, nem atrasa para aquilo que Vs. Exas. pretendem. Portanto, vamo-nos abster, mas efetivamente, quer dizer que de alguma forma demonstra aquilo que é o PSD no Parlamento da Região Autónoma dos Açores: é uma coisa assim vaga.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente a proposta do Grupo Parlamentar do PSD, porque consideramos que ela é um complemento ao sistema que foi acabado de aprovar há pouco tempo, há coisa de uma hora.

Porque quem quer neste momento montar o seu próprio negócio precisa de ajuda inicial, mesmo antes de beneficiar de sistemas de incentivos.

Penso que este Projeto de Resolução ao propor uma rede açoriana de Ninhos de Empresas facilita e muito a libertação desses encargos de grande peso nos primeiros anos de atividade.

Estou a lembrar-me de coisas tão simples, mas que são muito difíceis de serem asseguradas pela própria pessoa que quer iniciar o seu negócio, como o arrendamento do espaço logo nos primeiros meses, despesas com telecomunicações, despesas mesmo com eletricidade, com a água, que são despesas que, parecendo ser pequenas nos primeiros meses de atividade, são fundamentais para que a empresa possa sobreviver e então, sim, aceder a sistemas de incentivos.

Contudo, apresentar este Projeto como uma solução para o emprego, ou como uma possível solução para o desemprego, ...

Deputado António Marinho (PSD): Uma solução!

O Orador: ... é, digamos, acreditar na magia, ou acreditar num Pai Natal que vem das empresas.

Deputado Aníbal Piões (PCP): Não acrescenta nada! É o sexo dos anjos!

O Orador: As empresas não criam empregos como cogumelos. As coisas não funcionam assim.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É um contributo!

O Orador: As empresas só por si, uma empresa, não cria mais emprego.

Pode criar uma ocupação, no máximo. É isso que temos de garantido.

Porque para viabilizar uma empresa é necessário o quê?

É necessário poder de compra para que a empresa possa ter clientes.

Ora, numa Região onde o desemprego é mais do que muito, onde os baixos salários são mais do que frequentes, em que inclusive não há grande vontade por parte da direita parlamentar, e aqui do Grupo Parlamentar do PS, ...

Deputado Aníbal Piões (PCP): Da direita parlamentar!!

O Orador: ... para uma coisa tão simples como aumentar o salário mínimo regional, que seria essencial para aumentar o poder de compra dos açorianos e das açorianas, sem isso nós não temos fomento da procura interna, nós não temos a viabilidade das empresas.

Por isso, é que podemos criar empresas aos pontapés, mas isso não quer dizer nada em termos de emprego.

Obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas vai votar a favor!?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Félix Rodrigues.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apesar de parecer que esta proposta do PSD entronca no COMPETIR+ ou na Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Um grande sucesso! Sim senhor! Sessenta medidas é um grande sucesso!

O Orador: ... ela na verdade apresenta algumas preocupações que são preocupações lícitas e que são extremamente amplas. Equaciona a possibilidade de termos Ninhos de Empresas a vários níveis, tal e qual como se exige, em que cada uma das instituições que estão envolvidas e capazes de albergar Ninhos de Empresas têm capacidades específicas, em que, por exemplo, as universidades criam *spin-offs*, que são específicos.

Por outro lado, os Ninhos de Empresas também devem estar próximos das populações e, portanto, devem estar próximos das autarquias. Isso quer dizer que há tipologias de Ninhos de Empresas e que há quatro níveis fundamentais que não vejo, por exemplo, na Agenda Açoriana para o Emprego, e que não é contemplado, como vimos claramente nos sistemas de incentivos do COMPETIR+.

Isso quer dizer que se compararmos esta proposta com outras propostas como o Empreende Jovem, Club Business Angels, o Projeto atPME, coisas do género, ela não é nada mais precisa do que

esta proposta que aqui está, ou seja, esta proposta só poderia ser vaga, porque se ela for específica não representa coisa nenhuma. Porque uma proposta para criação de Ninhos de Empresas deve entroncar nesses quatro tipos de tipologias de Ninhos de Empresas que possa responder à nossa realidade territorial, somos nove espaços geográficos distintos e não são, por exemplo, os centros de ciências, um localizado na Terceira, outro localizado em São Miguel, que poderão ter essa proximidade noutras ilhas que estão fora dos universos da ilha Terceira e do universo de São Miguel.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso na Horta... Onde é que estão os Deputados da Horta?

O Orador: Isso quer dizer que as câmaras municipais também têm alguma possibilidade de intervir na criação de Ninhos de Empresas e de dar esse apoio inicial ao arranque das empresas.

Isso quer dizer que há necessidade de ter algo semelhante a um Star Up, que por acaso no programa para a Competitividade e Emprego o Governo Regional define, mas é um empurrão para começar e este empurrão por vezes é uma ajuda técnica, é uma análise concreta de um projeto e, portanto, a proposta do PSD não podia ser, do nosso ponto de vista, senão vaga, ...

Deputado André Bradford (PS): É como o melhoral!

O Orador: ... se tiver em conta o que são Ninhos de Empresas, para que é que servem e como é que devem desenvolver um território de características arquipelágicas, como é o território dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Miguel Costa.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução do PSD é uma proposta, à semelhança de outras, generalista, resumindo-se a uma mera manifestação de intenções que objetivamente apoiamos.

Limita-se a recomendar ao Governo que faça, ...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já o seu líder parlamentar propõe estudos que já existem!

O Orador: ... o que o Governo fará com o COMPETIR+.

Depois de termos aprovado nesta Casa há pouco (e bem!) um novo, amplo e dinâmico sistema de incentivos à competitividade empresarial e por este Projeto de Resolução apresentado pelo PSD ser exíguo no contexto de um verdadeiro sistema de incentivos como é o COMPETIR+, que promoverá um ambiente ainda mais favorável à iniciativa privada (portanto, é uma proposta inócua que não acrescenta nada de novo, porque já existem apoios nesta matéria), o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará a favor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

É para se inscrever, Sr. Deputado?

Está inscrito.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que estou espantado ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Estupefacto!

O Orador: ... com a evolução deste debate.

Há aqui um caminho estratégico que é definido, que é criar um Ninho de Empresas e as condições são condições objetivas a este tipo de propostas. É uma estratégia.

O Sr. Deputado Aníbal Pires não gosta do mundo privado e das empresas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está enganado!

O Orador: Não! Não gosta!

Também não gosta de bancos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Gosto, mas é dos bancos do povo!

O Orador: São vampiros, porque agora tem uma ideia dos bancos que é mais ou menos uma coisa entre o Robin dos Bosques e o Drácula, que é: os bancos são vampirescos.

Deputado Francisco César (PS): O que acho curioso é o senhor ser o SOS de outra bancada!

O Orador: Portanto, é evidente que para que uma economia funcione têm que existir bancos e têm que existir empresas. É evidente que uma proposta deste tipo não pode ser outra coisa ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É vago e inócuo!

O Orador: ... a não ser definir aquelas que são as condições e recomendar ao Governo.

O que é que é um Projeto de Resolução?

Não pode ser outra coisa!

Diz o Sr. Deputado do Partido Socialista muito surpreendido: “Bom, não faz, limita-se a dizer ao Governo para fazer”.

Deputado Miguel Costa (PS): Eu não disse que não fazia!

O Orador: Pois, isto é um sistema parlamentar.

Deputado Francisco César (PS): Não disse isso!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, mas isto é um sistema parlamentar, ou quer que aqui se faça ... que cada grupo parlamentar seja uma espécie de pequeno governo.

Agora nós podemos aqui nomear os diretores regionais e os secretários para fazer, mas acontece que isso não está no Estatuto Político-Administrativo, nem está na Constituição. Não é possível, Sr. Deputado!

Nós somos deputados, não somos secretários, nem somos diretores regionais. Portanto, é evidente que cabe ao Governo. Há uma recomendação, um caminho estratégico que é definido, cabe ao Governo criar essas condições. Ou concorda, ou não concorda! Diz o Sr. Deputado: “Para nós isto não é nada de novo, não significa nada, por isso votamos a favor.”

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Quer dizer, penso que há uma fragilidade tremenda com a ideia de tentar enfraquecer o posicionamento político, o Projeto de Resolução. É uma recomendação. Há aqui a adoção de uma política, uma adoção de uma prioridade, em que o Governo se revê ou não se revê e os restantes grupos a mesma coisa.

Com a tentativa de tentar diminuir as propostas dos outros partidos há este tipo de argumentos, que é um tipo de argumentos que não cabem num debate parlamentar, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Também há outros!

O Orador: ... nem cabem no funcionamento de um sistema parlamentar, em que o Parlamento tem as suas competências, o Governo Regional tem as suas competências e os grupos parlamentares as suas.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Apoiado!

Deputado Francisco Coelho (PS): E a diferença entre uma lei e uma resolução?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora sim Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando solicitei a palavra foi para, digamos, interpelar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, porque efetivamente não é compreensível para a Representação Parlamentar do PCP que se vote favoravelmente uma coisa que é inócua.

Não percebo! Quer dizer, se é inócua, se não adianta, porquê votar favoravelmente?

Mas tudo bem. Vs. Exas. lá saberão.

Agora que isso para mim e julgo que para as açorianas e açorianos, que eventualmente tenham estado a ver este debate e que tenham escutado com atenção a argumentação que o Partido Socialista teve para justificar o voto favorável desta iniciativa do PSD, ficaram certamente confusos, porque uma coisa que é inócua, que não vai

adiantar nada, já existe, já está feito, então porquê votar favoravelmente?

Deputado Francisco César (PS): Porque sim, Sr. Deputado!

O Orador: Aliás, Vs. Exas. até podiam viabilizar esta iniciativa do PSD abstendo-se, até o podiam fazer, mas Vs. Exas. é que sabem da vossa estratégia política.

Agora, lá que isto é estranho, lá isso é!

Deputado André Bradford (PS): Não é por aí!

Deputado Miguel Costa (PS): Não é nada estranho!

O Orador: Oh, Sr. Deputado Paulo Estêvão, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Diga!

O Orador: ... V. Exa., como já tive oportunidade de dizer algumas vezes neste plenário, mas pelos vistos V. Exa. necessita de alguns reforços de apoio pedagógico ou de apoio pedagógico acrescido, vou de novo ... Aliás, até agradecer-lhe a oportunidade que me dá para lhe dizer o seguinte.

No programa do PCP diz, relativamente ao sistema económico, que é um sistema misto: ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Certo!

O Orador: ... público, setor público; setor privado e setor cooperativo.

Portanto, V. Exa. ainda não fez o trabalho de casa que lhe mandei fazer na última vez que falámos sobre este assunto.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Jorge Macedo (PSD): TPC!

O Orador: V. Exa. ainda não foi ler o programa do PCP.

Portanto, V. Exa. ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já li!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas não gostou!

O Orador: Não leu, não! Porque se lesse não diria, não cometeria o erro que voltou a cometer.

Quanto à questão dos bancos e quanto à questão do capital.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu já li, agora o Sr. Deputado é que já o esqueceu!

O Orador: É evidente que o capital é importante, aliás, é um fator de produção.

Aquilo que é a posição do PCP relativamente à questão do capital é que ele não deve estar do lado onde está. Deve estar de facto é na posse dos trabalhadores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E os vampiros?

O Orador: Isso é que é a diferença ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E a história dos vampiros?

O Orador: ... e isso V. Exa. também não percebeu. Isso V. Exa. também não percebeu! Mas recomendo, embora não goste muito quando exerço a minha profissão de professor de mandar os alunos fazer trabalhos para casa, porque acho que é a escola que deve providenciar isso, mas a si recomendo mais uma vez que vá ler o programa do PCP.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está em português ou está em russo?

Deputado Manuel Pereira (PS): TPC!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Vou tentar recentrar a discussão neste Projeto de Resolução para abordar três ou quatro questões de uma forma muito rápida.

Em primeiro lugar, para saudar aquilo que acho natural da grande maioria dos partidos que aqui estão e do próprio Governo considerarem esta declaração de intenções como positiva e partilharem desta declaração de intenções.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, à partida constitui para nós uma satisfação por termos apresentado a iniciativa.

Quanto às questões de serem mais ou menos vagas que foram dissertadas por alguns, diria que ... vou pelo enigma e vou dizer que o “tempo é bom conselheiro”, “há mais marés que marinheiros” e esperemos os próximos passos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Esperemos que da próxima vez que venha aqui o acréscimo ao salário mínimo regional V. Exa. vote a favor!

O Orador: Relativamente àquilo que interessa, relativamente àquilo que disse o Sr. Deputado Miguel Costa: é generalista.

É assumidamente generalista. É assumidamente também uma declaração de intenções. É uma declaração de algo que deve ser comungado por todos. É a solução para o desemprego?

Não! Mas pode ser um contributo para o desemprego, ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ...a partir do momento em que permite criar postos de trabalho para o próprio empreendedor ou para dois ou para três.

Portanto, resolve o problema do desemprego. Infelizmente são 22 mil desempregados. Pode ser mais um contributo a juntar a todos os outros contributos para os quais é preciso haver imaginação, ...

Deputado André Bradford (PS): Uma estimativa de criação de emprego o senhor tem?

O Orador: ... criatividade, e por exemplo o COMPETIR+ está lá também, são outros contributos. São vários contributos.

Este é pequenino. É pequenino, mas é importante.

Deputados Jorge Macedo e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Daí o facto desta declaração de intenções ser positiva.

Só uma coisa que tenho que dizer, Sr. Deputado Miguel Costa: é para o Governo fazer?

Evidentemente! É o Governo que governa.

Então quem é que vai fazer os Ninhos de Empresas? Sou eu?

Sou deputado.

É para o Governo?

Com certeza! É o Governo que tem de fazer isso, não pode ser outro.

De resto, acho muito bem e fico satisfeito, designadamente pela parte do partido do Governo considerar que ela é positiva, obviamente também saudando todos os outros partidos que possam considerar positiva esta iniciativa.

Vou só deixar uma única dica: façam disto e desta preocupação, quer com o que vem no COMPETIR+, quer noutras medidas que venham

na Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial, algo que possa efetivamente conduzir a algo de palpável.

Não façam a mesma coisa, salvo melhor informação, que fizeram em 2011, quando aprovaram também uns Ninhos de Empresas agrícolas, aliás, da iniciativa do próprio Partido Socialista que até em Comissão o próprio Partido Socialista curiosamente se absteve, com reserva para plenário, daquilo que ele próprio tinha proposto e foi o PSD que votou favoravelmente a iniciativa. Façam disso aquilo que provavelmente não fizeram do Ninho de Empresas agrícolas em que pelo menos, na informação de que dispomos, ainda não se transformou em nada.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não há ninho!

O Orador: Portanto, que este estímulo dos Ninhos de Empresas, de uma forma generalizada, em que o Governo pode ter um papel importante em termos de dinamização, se transforme em alguma coisa de palpável. Seguramente a economia açoriana, a sociedade açoriana, alguns desempregados e os açorianos em geral vão ficar contentes se isso se verificar.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve que tem a ver com o contexto em que está a ser discutida esta iniciativa e o mundo empresarial que o PPM

está aqui a defender e, portanto, dizer ao Sr. Deputado Aníbal Pires o seguinte.

Vou também deixar-lhe uma sugestão de TPC, de trabalho para casa: leia os seus discursos. Se ler os seus discursos com o “roubar”, o “sugar o sangue”, todas as afirmações que o Sr. Deputado faz em relação ao mundo empresarial e ao mundo financeiro, o Sr. Deputado aí poderá ter bem a consciência das afirmações que aqui profere.

É evidente que se eu fosse empresário e se os Açores viessem a ser governados por V. Exa., pelo partido que V. Exa. dirige, eu fugia imediatamente, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu também!

O Orador: ... porque é evidente que seria uma perseguição brutal ao mundo empresarial e a quem quer desenvolver a iniciativa privada.

Deputado Francisco César (PS): Devo confessar que também fugia!

O Orador: Diz o Sr. Deputado: “Mas nós ... Não, não! Vocês podem existir.” Podem, nas condições que são definidas por V. Exa..

As condições que são definidas por V. Exa. transformam os empresários e o mundo financeiro numa espécie de “servos da gleba”.

Portanto, Sr. Deputado, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Diga, Sr. Deputado!

O Orador: ... esse mundo (ia dizer negro, mas não!) vermelho que V. Exa. defende é evidente que não é compatível com a iniciativa privada, não é compatível com o crescimento das empresas, não é um ambiente onde as empresas possam crescer e muito menos é um ninho onde as empresas possam ser protegidas.

Por isso, V. Exa. tem a posição que tem em relação a esta iniciativa.

Sr. Deputado, está tudo dito. Não é preciso dizer mais nada.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Oh, Sr. Deputado Paulo Estêvão, aconselho de facto também não só a ler o programa do PCP, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): A decorar!

O Orador: ... mas também a ler aquilo que escrevo, sobretudo a interpretar aquilo que escrevo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vai para a sala de estudo!

Deputado António Marinho (PSD): O que é que isto tem a ver com o Projeto?

O Orador: V. Exa. já há muito tempo ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não lhe vou responder. A iniciativa não é minha!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, esteja à vontade!

Sr. Deputado esteja à vontade, porque não lhe vou fazer um reforço dos trabalhos para casa, apenas vou dizer-lhe o seguinte e vamos lá aqui separar as coisas.

Relativamente à banca, é ou não é verdade que quem pagou a recapitalização da banca privada em Portugal e na Europa não foi o dinheiro dos trabalhadores?

Deputado António Marinho (PSD): Sra. Presidente, isto não tem nada a ver com o Projeto de Resolução!

O Orador: Não foi o dinheiro que foi subtraído aos trabalhadores, que foi subtraído aos pensionistas? Foi ou não foi?

Foi, sim senhor e isso é que é o vampirismo.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que se cingissem ao debate da matéria em questão.

Sr. Deputado, já vos dei alguma margem para debater outras matérias.

O Orador: Vou já ao cerne da questão que é a questão das empresas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ninho!

Presidente: O Ninho de Empresas.

O Orador: Relativamente às empresas V. Exa. tem andado, diria, distraído para não utilizar outro termo que eventualmente poderia chocar a câmara, mas V. Exa. tem andado distraído, porque se alguém defende as micro, as pequenas e as médias empresas neste país e nesta Região ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É o PCP!

O Orador: ... é o PCP. É o PCP!

Fique V. Exa. a saber disso e é uma questão então de fazer uma revisão do estado da arte relativamente aos meus escritos que facilmente chegará a essa conclusão.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Essa é que foi uma votação vaga!

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos continuar com os nossos trabalhos. Entramos no ponto seis:

Projeto de Resolução n.º 72/X – “Atribuição de Insígnias Honoríficas Açorianas”, apresentado pela Presidente da Assembleia, pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS/PP e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM.

Como sabem este Projeto de Resolução é subscrito por todos, foi consensualizado e pelo exposto julgo que não haverá inscrições.

Vamos então passar à votação do Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Entramos agora no ponto sete da Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 73/X – “Resolve recomendar ao Governo Regional que tome as medidas necessárias e urgentes para que a Porto de Abrigo prossiga as suas funções enquanto organização de produtores e demais competências que lhe estão reconhecidas”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A urgência justifica-se pelo facto daquela organização de produtores estar numa situação em que os associados, enfim, a associação não está a cumprir, por razões que são conhecidas, as funções que lhe estão cometidas.

Aliás, no último plenário houve necessidade de aprovar aqui, também com um pedido de urgência, uma medida proposta pelo Bloco de Esquerda na altura para garantir o funcionamento das componentes daquela organização que tem a ver com a Estação Costeira e que foi aprovado, julgo, por unanimidade nesta câmara.

Portanto, a situação da Porto de Abrigo, que reúne um vasto conjunto de pescadores e armadores, necessita de ser resolvida com urgência. Daí o pedido de urgência desta iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não há inscrições, vamos então votar a urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado, vamos então avançar para a apresentação do diploma em si.

Tem a palavra novamente o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do PCP visa dar normalidade e recomenda que o Governo estabeleça as medidas necessárias para que aquela

organização de produtores, a Porto de Abrigo, possa cumprir cabalmente as competências que lhe estão cometidas, seja como entidade reguladora de preço, seja como organização de produtores e demais competências que lhe estão reconhecidas.

Aliás, estão reconhecidas a nível da União Europeia, estão reconhecidas até pelo próprio Governo Regional quando declara aquela organização de produtores como uma organização de utilidade pública, quer quando, também com o aval do Partido Socialista, reconhece a importância da atividade da Porto de Abrigo, designadamente quando aprova o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda que visava resolver o problema da Estação Costeira.

Portanto, parece-me que aqui esta proposta está completamente despida de juízos, não pretende responsabilizar ninguém pela situação a que entretanto se chegou e apenas visa recomendar que o Governo Regional possa, em conjunto com a Porto de Abrigo, resolver um problema que subsiste e que está a afetar um número significativo de pescadores e de armadores na ilha de São Miguel.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente a iniciativa da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português, porque consideramos que de facto é necessário

que o Governo Regional defina a sua posição em relação à Porto de Abrigo.

Se à Porto de Abrigo, aliás, tal e qual como o Sr. Deputado Aníbal Pires referiu, estão atribuídas competências e não há uma definição por parte do Governo Regional relativamente a essa associação, uma associação que tem competências até junto aos armadores e pescadores, achamos que é imprescindível nesta altura que o Governo Regional defina a sua posição em relação à Porto de Abrigo, com que é que a Porto de Abrigo pode contar e não pode contar.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Não há inscrições.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do PCP tem como principal fundamento contrariar a injustiça na distribuição de valor, melhorando o rendimento dos profissionais da pesca.

O PCP reconhece que a Cooperativa Porto de Abrigo é uma organização de utilidade pública que exerce funções de autorregulação para melhorar o rendimento dos pescadores.

O PCP justifica a pertinência deste Projeto de Resolução com a aprovação recente de uma resolução referente à Estação Costeira que é gerida por esta mesma cooperativa.

O Partido Socialista, no entanto, entende que nada tem a ver uma coisa com a outra.

Relativamente à Estação Costeira, gerida por aquela cooperativa, o PS aprovou o Projeto de Resolução justificando que a prestação do serviço garantido por aquele organismo, reduzido a um funcionário zeloso, era primordial para o apoio aos profissionais da pesca, aos desportistas náuticos e, em última análise, em questões de proteção civil. O que estava aqui em causa era mesmo a segurança.

Hoje, o PCP traz-nos este projeto prevendo que a sua análise tenha como pressupostos as mesmas questões, mas não é bem assim em nosso entendimento.

A Porto de Abrigo é uma cooperativa como as outras e deverá ter um tratamento exatamente igual às outras cooperativas. Deve ter exatamente o acesso aos mesmos benefícios, mas também deve ter as mesmas obrigações.

A obrigação do Estado, neste caso da Região, é proporcionar o acesso aos apoios disponíveis e também garantir que o uso dos fundos públicos seja utilizado conforme o que está previsto.

Os governos do Partido Socialista não discriminam projetos, não discriminam organizações, mas na defesa do bem público tem a obrigação de exigir rigor e uma boa aplicação dos recursos, que são, no final, de todos nós.

A Cooperativa Porto de Abrigo, como as outras, terá sempre uma porta aberta e a prova de que isso acontece são as sucessivas reuniões que o Sr. Secretário Regional tem feito nos últimos tempos com esta instituição.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Ávila, julgo que não se pode inferir do Projeto de Resolução do PCP que haja aqui, digamos, nenhuma indicação de que aquilo que se pretende é que se privilegie esta, ou que se trate de forma diferenciada esta organização de produtores, esta cooperativa.

Deputado Francisco César (PS): É!

O Orador: Não, não, Sr. Deputado!

Portanto, é fundamental ... Não é isso que se trata.

Deputado José Ávila (PS): Também não disse isso assim!

O Orador: O que se trata, e todos nós temos consciência disso, é que aquela organização de produtores, aquela cooperativa, está com problemas, assim como há outras situações por essa Região fora.

Não se pede aqui nenhum tratamento privilegiado. O que se pede aqui, ou o que se solicita aqui, o que se recomenda aqui ao Governo é que procure envidar os esforços para que o relacionamento se possa normalizar e para que os associados daquela cooperativa, pescadores e armadores de pesca, não sejam prejudicados por serem associados da Porto de Abrigo.

Agora, não se pretende aqui nenhum tratamento privilegiado, Sr. Deputado José Ávila.

Pelo amor de Deus, não é isso! Não é isso, Sr. Deputado, mas é para que fique claro.

Embora aquilo que é diferente, julgo que deve ser tratado de forma diferente.

A abordagem não é essa, nem há aqui nenhuma intenção do PCP para que aquela ou outra cooperativa sejam tratadas de forma diferenciada do que as outras ou com algum privilégio.

Aquilo que se pretende é salvaguardar os interesses dos pescadores e dos armadores que são associados da Porto de Abrigo.

É apenas e tão somente isso.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria iniciar a participação neste debate por reconhecer a importância e o trabalho desenvolvido pela Cooperativa Porto de Abrigo ao longo de muitos anos na defesa dos seus associados, dos pescadores micalenses e na defesa e propositura de políticas adequadas para esse setor, procurando sempre dignificar estes profissionais e promover uma pesca sustentável.

A Porto de Abrigo pelo seu contributo é, ou deve ser sempre, um interlocutor e um parceiro essencial para qualquer governo na definição de políticas adequadas que respondam efetivamente aos problemas das pescas açorianas.

Valorizamos o contributo desta instituição, como valorizamos os contributos de todos os parceiros deste e de todos os outros setores.

Os problemas que o setor das pescas atravessa são complexos e aconselham, diria mesmo, exigem, o envolvimento de todos os

profissionais, de todas as associações e de todos os parceiros deste setor.

Infelizmente, o Governo não tem feito desse envolvimento uma opção estratégica, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque se o tivesse, porque se o quisesse, reuniria, por exemplo, o Conselho Regional das Pescas, um órgão consultivo, que não reúne desde 2010.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Defendemos, por isso, que o Governo Regional, dentro de um relacionamento institucional com regras claras e transparentes, deve promover a participação de todas as associações representativas deste setor e essas regras devem ser iguais para todos, não devem variar em função das opiniões mais ou menos favoráveis às políticas do Governo para este ou para aquele setor.

Estamos profundamente convencidos, e isso tem que ser dito neste debate, que os problemas que existem no relacionamento entre o Governo Regional e a Cooperativa Porto de Abrigo, mais do que outras origens, estes problemas têm origem de natureza política.

A Cooperativa Porto de Abrigo tem sido uma voz incómoda para o Governo e para as políticas deste para as pescas.

Houve, e isso tem de ser dito neste debate, na anterior legislatura, por parte do Subsecretário das Pescas, uma forte ofensiva contra a Porto de Abrigo e contra o seu principal dirigente, com o objetivo de calar e de anular esta voz dissonante.

Deputados Bruno Belo e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta é uma má herança que o anterior responsável das pescas deixou e que o atual Governo e que o atual Secretário ainda não conseguiu ultrapassar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Esta resolução, Sr. Deputado Aníbal Pires, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Diga!

O Orador: ... é uma resolução com conteúdo vago, genérico, inócuo,
...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Inócuo não!

O Orador: ... mas pode efetivamente dar um contributo para desbloquear esta situação.

Esta resolução pode, no nosso entendimento, e tem com certeza a vantagem de colocar mais uma vez em cima da mesa este problema e de ressaltar mais uma vez a absoluta necessidade do Governo e a Porto de Abrigo se sentarem à mesma mesa e com responsabilidade, verdade e lealdade encontrarem soluções que procurem ajudar esta instituição a ultrapassar a situação difícil que atravessa.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Aprovamos, pois, esta resolução, porque entendemo-la como um forte apelo para que esse diálogo leal e consequente se concretize no âmbito de um relacionamento institucional transparente e respeitador que deve vigorar num estado de direito.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por dizer ao Sr. Deputado Aníbal Pires que voto favoravelmente este Projeto de Resolução. Devo dizer que voto favoravelmente, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Fico surpreendido!

O Orador: ... mas também quero dizer que o leão que ali nós pudemos observar num discurso agressivo contra os bancos, contra o capital, agora faz um Projeto de Resolução em que o Sr. Deputado entra de mansinho.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas porquê?

O Orador: Oh, Sr. Deputado, o Sr. Deputado diz o seguinte (o velho leão que ruge aqui está muito calminho a ver se consegue catar o voto do Partido Socialista): ...

(Risos dos Deputados Jorge Macedo e Aníbal Pires)

“Assim, e considerando a importância da Cooperativa Porto de Abrigo nas suas diferentes valências, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores resolve recomendar ao Governo Regional que tome as medidas necessárias e urgentes para que a Porto de Abrigo prossiga as suas funções enquanto organização de produtores e demais competências que lhe estão reconhecidas.”

Mas o Sr. Deputado ao longo do seu texto não diz que o Governo está a fazer o contrário.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas está!

O Orador: Ou seja, esta recomendação faria sentido se o Sr. Deputado tivesse dito que o Governo Regional não está a fazer.

Mas o Sr. Deputado muito calmamente, porque isto tem de ser votado pelo Partido Socialista, não faz nenhuma referência e depois diz que o Governo deve fazer uma coisa, a qual o Sr. Deputado não identifica. O Sr. Deputado nunca diz (sei que está preocupado, foi apanhado no caminho!) ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não, não! Está enganado!

O Orador: ... que o Governo Regional não está a fazer isto, não está a apoiar a Porto de Abrigo.

Oh, Sr. Deputado, aqui não podemos andar às voltas com a verdade. Gosto de um discurso frontal: ou é ou não é.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Redondo!

O Orador: A Porto de Abrigo está, de acordo com o Sr. Deputado, objetivamente prejudicando ...

O Governo Regional está objetivamente prejudicando a Porto de Abrigo, está ou não está?

O Governo Regional está a tentar asfixiar a atividade da Porto de Abrigo, está ou não está, Sr. Deputado?

Tem de responder a isto com frontalidade. Tem de responder a esta questão com frontalidade, porque o meu voto o Sr. Deputado já o tem, porque acho que o Governo Regional não está a fazer aquilo que devia fazer em relação à Porto de Abrigo, por isso o Sr. Deputado tem o meu voto.

O que lhe peço agora é que em troca o Sr. Deputado diga ao que vem e qual é a sua análise em relação à atividade do Governo, em relação à Porto de Abrigo, Sr. Deputado. Não se refugie num discurso que nada diz.

Imagino a sua preocupação em escrever parágrafo a parágrafo, parágrafos de nada, Sr. Deputado, ...

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

... para chegar aqui finalmente a esta iniciativa que tem que ter uma história anterior, que o Sr. Deputado tem de contar e tem de assumir, porque não podemos estar aqui com conversas mais ou menos bem intencionadas. Não, não, Sr. Deputado!

Pergunto-lhe aqui com frontalidade: o Governo Regional em relação à Porto de Abrigo está a tentar asfixiar, não está a fazer o seu trabalho, não está a proteger a sua atividade, não está a valorizar a atividade da Porto de Abrigo?

Diga-me ao que vem, Sr. Deputado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Aníbal Pires vai responder. Tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Oh, Sr. Deputado Paulo Estêvão, lamento, mas agora as suas dificuldades são de outra índole, são auditivas.

Disse claramente qual é o objetivo desta iniciativa do PCP e o objetivo é que se regularize a situação, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Certo!

O Orador: ... que se normalize o relacionamento entre o Governo e a Porto de Abrigo, mas em nome do quê?

Em nome dos associados da Porto de Abrigo, do conjunto de pescadores e armadores que são associados da Porto de Abrigo.

Portanto, V. Exa. parece-me que não ouviu esta parte.

Quer que volte a repetir?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Governo Regional tem prejudicado a Porto de Abrigo?

O Orador: V. Exa. quer que volte a repetir?

Oh, Sr. Deputado, como V. Exa. percebeu, não há nenhum juízo de valor, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah! Estamos conversados!

O Orador: ... nem relativamente à atuação do Governo, nem em relação à Porto de Abrigo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estamos conversados!

O Orador: Porquê, Sr. Deputado? E porquê?

Porque o que se trata aqui, Sr. Deputado ...

É por isso que V. Exa. vota favoravelmente. Porquê?

Porque está preocupado também com os pescadores e armadores que são associados da Porto de Abrigo. É por isso que V. Exa. vota favoravelmente ou será por outras razões?

Deputado André Bradford (PS): É para chatear o Governo!

O Orador: É por essa, não é?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Porque reconheço que o Governo Regional não está a fazer!

O Orador: Portanto, V. Exa. não precisa de estar a escarpelizar os argumentos do Projeto de Resolução, porque V. Exa., independentemente dos considerandos que este Projeto de Resolução tivesse, iria votar favoravelmente, porque está preocupado com aquilo que eu estou preocupado, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estou preocupado com o que o Sr. Deputado não escreveu!

O Orador: ... que são os pescadores e os armadores que são associados da Porto de Abrigo e que necessitam que aquelas relações institucionais se possam normalizar.

Não há (e foi propositadamente) ali nenhum juízo de valor ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Aí é que está o problema!

O Orador: ... relativamente ao histórico, ao passado, e foi propositado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, peço desculpa, tem a palavra.

(*) Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas duas ou três referências muito simples relativamente a esta matéria.

Só para dizer que não há, da parte do Governo, qualquer incompatibilidade, qualquer relação defeituosa neste momento com a Cooperativa Porto de Abrigo.

Tive oportunidade de receber o Sr. Presidente da Cooperativa Porto de Abrigo em diferentes ocasiões desde o início desta legislatura, com quem temos tido uma relação de absoluta cordialidade ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Também é necessário!

O Orador: ... e é nesse ambiente que se tentam encontrar soluções para esta questão.

Naturalmente que há obrigações de ambas as partes que têm de ser respeitadas e é nesse clima que as negociações, que as conversações, decorrem.

Relativamente à questão que o Sr. Deputado Luís Garcia colocou da falta, nos últimos anos, da reunião do Conselho Regional das Pescas, é de facto verdade, mas vamos agendar.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É já a seguir!

O Orador: Ainda a semana passada foi acordado com a Federação das Pescas. No próximo mês de julho irá haver a reunião anual do Conselho Regional das Pescas deste ano.

Muito obrigado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Quatro anos depois! Vá lá!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sei que devido ao adiantado da hora este momento não é o melhor momento para que possa existir um confronto entre o PCP e o PPM.

Deputado André Bradford (PS): Faça favor! Não tem problema nenhum!

Deputado Francisco César (PS): Está à vontade!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Estamos aqui para isso!

O Orador: Portanto, meus senhores, não me vou alongar muito nesta discussão, mas o Sr. Deputado confirmou tudo aquilo que lhe disse.

O Sr. Deputado não escreveu aqui na introdução que fez, nos considerandos que fez, nada, absolutamente nada. Não identificou a situação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Escrever, escrevi!

O Orador: Desculpe, não o fez!

Não disse que existe neste momento uma relação entre o Governo Regional e a Porto de Abrigo muito difícil, ou que o Governo Regional deixou de prestar o apoio que já prestou à Cooperativa Porto de Abrigo.

Portanto, o Sr. Deputado não disse isso e isso é importante dizer nos considerandos para chegarmos ao seu Projeto de Resolução, porque então agora estamos na situação em que o Governo diz o seguinte: “Bem, da nossa parte [o Sr. Secretário com o tom calmo que o caracteriza, mas o Sr. Deputado poderá ter ouvido tão bem como eu] não há problema absolutamente nenhum. As relações são as normais e da nossa parte o apoio é o de sempre e vamos continuar assim.”

Ou seja, o senhor vai recomendar ao Governo Regional que altere o seu posicionamento, a sua atitude e o Governo Regional o que lhe diz é: “Vou fazer aquilo que já estava a fazer antes.”

Portanto, qual é a consequência prática deste seu Projeto de Resolução?

Qual a consequência prática de uma votação favorável que já se adivinha, Sr. Deputado?

É porque o Sr. Deputado nesta matéria andou à pesca. Andou à pesca dos votos do Partido Socialista e, portanto, teve que ter cuidado com o que não dizia. Aqui a questão é aquilo que o Sr. Deputado não escreveu.

Agora, o Governo Regional diz o seguinte: “Quer votem, quer não votem, a nossa atitude, o nosso relacionamento com a Porto de Abrigo, é exatamente o mesmo.”

É assim ou não é, Sr. Secretário?

Não foi isso que o Sr. Secretário acabou de dizer?

Esta resolução, para o Governo Regional, é absolutamente (como é que era?) inócua.

Deputado Luís Garcia (PSD): É vaga!

O Orador: Ou seja, “não vou mudar em nada a minha atitude em relação a esta questão, porque da minha parte o Governo Regional não vê que esteja a fazer nada de errado e que a sua atitude não esteja correta”.

Isto é a verdade e daqui não podemos sair, Sr. Deputado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Oh, Sr. Deputado Paulo Estêvão, se andei à pesca, acabei por não pescar nada. Como já percebeu ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vamos ver!

O Orador: Ah, V. Exa. ainda não percebeu?

Quem vai votar favoravelmente é o PSD, é o Bloco, é V. Exa, eventualmente o CDS-PP e o PCP, porque o Partido Socialista vai votar contra.

Não pesquei, está ver! Olhe, não pesquei!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falhou! Tentou, mas falhou!

O Orador: Agora, há aqui uma questão ...

Mas então olhe Sr. Deputado, o conselho fica, porque o problema também é auditivo.

Relativamente àquilo que o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais disse, se assim é, Sr. Secretário, como V. Exa. disse, não há motivo para que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não aprove este Projeto de Resolução.

Se é como V. Exa. aqui afirmou, não há nenhum motivo para que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não aprove este Projeto de Resolução.

Se V. Exa. se tem vindo a reunir com a Porto de Abrigo, se V. Exa. vai continuar a reunir com a Porto de Abrigo, a pretensão deste Projeto de Resolução é esse mesmo.

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas tem de ser um diálogo consequente!

O Orador: Portanto, até posso retirar o Projeto de Resolução. Agora, o que não é compreensível, é a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista quando vai votar contra este Projeto de Resolução.

Deputado Francisco César (PS): É muito simples, Sr. Deputado!

O Orador: Era bom que o Deputado José Ávila ou algum Deputado do Partido Socialista justificasse melhor o voto contra o Projeto de Resolução que aqui estamos a apresentar.

Aliás, depois do que V. Exa. disse, era mesmo muito bom que o Partido Socialista justificasse melhor a sua posição.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Luís Garcia (PSD): Vai justificar!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não queria estar aqui a meter-me na guerra entre o PPM e o PCP, mas não tenho outro remédio.

Queria dizer, em primeiro lugar, para que ficasse clarificado que nesta área, como em muitas outras, o Governo Regional tem tomado decisões sempre apoiado pelos parceiros sociais e reunindo amplos consensos e nas pescas acontece exatamente isso.

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor não reuniu os órgãos, como é que chega a consenso?

O Orador: Algumas intervenções que foram feitas, foram em sentido contrário e também, Srs. Deputados, nós reconhecemos ...

Sr. Deputado Aníbal Pires, assim o senhor nunca vai perceber o nosso sentido de voto. Não vai perceber!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Percebo! Tenho essa capacidade!

O Orador: Também para que fique bem esclarecido, nós também reconhecemos os contributos positivos que a Porto de Abrigo tem dado a estas questões ligadas ao mar e às pescas.

A Porto de Abrigo é uma instituição com história com 30 anos e foi criada com o objetivo nobre de ajudar os seus associados, os produtores (alguma prestação de serviços aos produtores da pesca) e

rapidamente se transformou num parceiro. Foi isso que nós já falámos aqui, na outra intervenção, da defesa do mar português e também especificamente no mar dos Açores.

A partir de 2010, e é aqui que está o problema, o Governo Regional tomou algumas medidas face a alguns incumprimentos daquela cooperativa que originaram algum diferendo.

Não houve ofensiva nenhuma contra a Porto de Abrigo. Não houve ofensiva nenhuma!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora se não!

O Orador: Como sabem os Srs. Deputados, os apoios públicos atribuídos através de protocolos comprometem a entidade beneficiária a apresentar comprovativos das despesas efetuadas e a pergunta que faço ao Sr. Deputado Aníbal Pires é: onde é que está a prestação de contas relativamente a esta questão dos protocolos?

Este incumprimento aliado a situações tributárias e contributivas por resolver tem colocado esta questão a um nível de difícil solução e é isso que tem acontecido até este momento.

Como se vê, e se o Sr. Deputado aqui também tiver alguma atenção,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estou a ouvir, Sr. Deputado!

O Orador: ... poderá verificar que a resolução desta questão está unicamente nas mãos da Porto de Abrigo. Está unicamente nas mãos da Porto de Abrigo!

Repito, Sr. Deputado: está nas mãos daquela cooperativa.

Portanto, este Projeto de Resolução, ao contrário do que o senhor disse há bocadinho, parece-me que não faz sentido nenhum e por isso nós vamos votar contra.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

Deputado Francisco César (PS): Ao senhor não lhe interessam que não sejam apresentadas as contas?

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Ávila, é evidente que todos nós sabemos do histórico que existe entre a Porto de Abrigo ...

Deputado José San-Bento (PS): Então vai retirar a proposta!

O Orador: Não senhor, não retiro!

Todos nós sabemos do histórico da Porto de Abrigo, mas também todos nós sabemos que a Porto de Abrigo foi utilizada pelo Partido Socialista para determinados fins.

Vozes da câmara: Ah!

O Orador: A questão é essa. É que Vs. Exas. ...

Ah! Mas querem ouvir ou não querem ouvir?

Deputado Luís Maurício (PSD): Ora aí está!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Querem ouvir ou não querem ouvir?

É que o problema é esse. O problema é esse, Srs. Deputados!

É que o Partido Socialista utilizou a Porto de Abrigo em termos políticos até onde pôde ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Boca santa!

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade, é!

O Orador: ... e quando deixou de controlar a Porto de Abrigo retirou o apoio.

Esse é que é o problema!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Depois retirou o apoio e deixou, não os dirigentes da Porto de Abrigo, mas os associados, os pescadores e os armadores. Deixou-os!

Portanto, o Partido Socialista tem efetivamente responsabilidade nisto.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é falso!

O Orador: Quero dizer-lhe uma coisa, Sr. Secretário, V. Exa. até não é responsável direto por isso, mas quem teve responsabilidade no setor das pescas antes de V. Exa. é talvez o maior responsável pela situação que hoje se vive na Porto de Abrigo ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... e essa responsabilidade é do anterior Governo do Partido Socialista e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. É preciso corrigir essa situação em nome da defesa dos pescadores e dos armadores que são associados da Porto de Abrigo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Isso é que Vs. Exas. deviam fazer, porque Vs. Exas. utilizaram a Porto de Abrigo em termos políticos e quando vos faltou, quando deixaram de a controlar, retiraram o apoio.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É para uma intervenção muito rápida e só para explicar ao Sr. Deputado Aníbal Pires ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Então explique! Estou a ouvir com atenção! Continue!

O Orador: ... que esta questão que o senhor levantou relativamente à utilização da Porto de Abrigo pelo Partido Socialista não corresponde minimamente à verdade. Não corresponde à verdade!

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

Sr. Deputado, o Sr. Deputado tem uma longa experiência como dirigente associativo, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tenho, sim senhor!

O Orador: ... não sei se ainda é, mas já foi, lembro-me desses tempos. Felizmente também passei por essa área e como mandam as boas regras fui sempre obrigado (fui sempre obrigado!) a fazer a prestação de contas pelas associações por onde passei e, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... portanto, isso é o mínimo que se pode exigir a uma entidade beneficiária de apoios públicos e isso tem de ser feito com a Porto de Abrigo, com a Associação Humanitária de Bombeiros seja lá de onde for, ...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ... com qualquer clube desportivo. Isso tem de ser feito em nome do rigor e também em nome da defesa do interesse público que é o que está aqui em causa.

Sr. Deputado, só mais uma questãozinha que tem a ver com a guerra entre o Bloco de Esquerda e o PCP que referi aqui há bocadinho.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado, nós já aprovámos uma proposta do Bloco de Esquerda sobre a Porto de Abrigo. Qualquer dia havemos de aprovar uma sua.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Rogério Veiros (PS): Também quer uma proposta aprovada!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Missão cumprida! Missão cumprida!

Depois da última intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires nós já temos aqui uma verdadeira discussão, estamos a discutir verdadeiramente aquilo que estava em debate, um debate que o Sr. Deputado Aníbal Pires não queria fazer no início.

Chama-se a isto “tirar o touro das ...

Como é que é Sr. Deputado?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Das tábuas!

O Orador: ... tábuas”.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Até isso eu sei!

O Orador: Chama-se a isto “tirar o touro das tábuas”.

Srs. Deputados!

Dirigi-me logo ao Sr. Deputado Berto Messias não sei porquê quando tive esta confusão tauromáquica!

Devo dizer que agora sim, nesta parte do debate, se está aqui a discutir aquilo que o Sr. Deputado não queria discutir no início.

Agora sim reconheço que este é o debate que não se estava a fazer e, portanto, nesse sentido as minhas intervenções foram bastante úteis.

Deputado Francisco César (PS): O senhor levantou-se para dizer isso? É legítimo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Oh, Sr. Deputado José Ávila, julgo que não há, nem foi dito, não está escrito no Projeto de Resolução, nem nos considerandos, nem na parte resolutiva, ...

Deputado André Bradford (PS): Mas foi dito por si!

O Orador: ... nem foi dito por mim durante este debate que aquilo que se pretendia, ou que havia aqui uma tentativa de apagar, digamos, ...

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sr. Deputado!...

O Orador: Não, nunca foi dito isso, Sr. Deputado! Nunca foi dito isso!

É evidente que todas as instituições têm de cumprir aquilo que é a legalidade. Agora, nunca foi afirmado isso.

V. Exa. é que traz isso a terreiro para justificar o seu voto, mas sobretudo para justificar o que é injustificável, que é um tratamento desigual ...

Deputado Francisco César (PS): É desigual?

O Orador: ... relativamente àquela cooperativa. É desigual!

Não, não! Vs. Exas. podem argumentar o que muito bem entenderem.

Deputado Francisco César (PS): Mas interessa ou não interessa a legalidade?

O Orador: Com certeza que interessa, Sr. Deputado, e não é o PCP, nem nunca será o PCP que vai cobrir qualquer tipo de ilegalidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já apresentou contas no passado!

O Orador: Mas, Sr. Deputado José Ávila, o problema não é esse e V. Exa. sabe muito bem que o problema não é esse. O problema não é esse!

Aliás, Sr. Deputado José Ávila, Vs. Exas. têm outras situações nesta Região semelhantes e noutros setores. E noutros setores!

Deputado Francisco César (PS): Dê um exemplo!

Deputado André Bradford (PS): Como por exemplo ... !

O Orador: Como por exemplo a Lactopico. Como por exemplo a Lactopico!

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Não é comparável!

O Orador: Ah, não é comparável! Pois é, é que a gestão política de algumas cooperativas feita pelo Partido Socialista ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ai a caixa de pandora!

O Orador: ... tem sido um contributo para a situação que neste setor, designadamente na Lactopico, está a acontecer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Agora o PSD não achou graça nenhuma!

O Orador: Essa é responsabilidade do Partido Socialista que fez uma gestão política daquela instituição, como fez da Porto de Abrigo até determinada altura, e isto Vs. Exas. escusavam de estar a ouvir aqui se tivessem aprovado este Projeto de Resolução.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, Aníbal, mas há mais!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pois há!

Deputado Berto Messias (PS): Uma coisa não tem nada a ver com a outra! O senhor está a tentar fazer guerra ao Bloco de Esquerda!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Sendo assim vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Considerando o nosso horário vamos interromper os trabalhos por hoje. Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 50 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Marta Cristina Moniz do Couto

Declaração de Voto

Considerando o Voto de Congratulação pelos 150 anos da “Banda Nossa Senhora da Luz” dos Fenais da Luz, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP, foi meu entender, enquanto Deputado Regional da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, votar favoravelmente este voto, apesar de algumas imprecisões históricas que merecem ser corrigidas.

Desta forma, considerando o conjunto de informações recolhidas em “*Filarmónicas da Ilha de S. Miguel*”, de Joaquim Maria Cabral, uma edição do Instituto Açoriano de Cultura, de 1985, o termo de Abertura do livro um, “*Atas da Banda Nossa Senhora da Luz*”, Fenais da Luz, de 1976, nota de liquidação da Junta de Paróquia dos Fenais da Luz, de 1863, arquivo da junta de freguesia dos Fenais da Luz, e no livro “*Histórias-Filarmónicas*”, de Vitor Almeida, de 2014, a primeira banda de música dos Fenais da Luz surgiu a 8 de setembro de 1861, dia de festa de Nossa Senhora da Luz, com o nome de “*Banda Marcial - Luz e Glória*”, confirmando-se, assim a existência de filarmónicas na freguesia dos Fenais da Luz há mais de 150 anos.

Horta, sala das sessões, 4 de junho de 2014

O Deputado, Cláudio Almeida

Documentos entrados

1 – Proposta de Lei:

Assunto: Estratégia nacional para a proteção das crianças contra a exploração sexual e os abusos sexuais – n.º 97/X - Proposta de Lei 228/XII/3

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2013 – 05 – 30

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 11.

2 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Estabelece o regime jurídico a que ficam sujeitos a abertura, a modificação e o funcionamento dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde - M. Saúde - (Reg. DL 218/2014) – n.º 103/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2013 – 05 – 30

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 11;

Assunto: Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, que estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos, transpondo as Diretivas Delegadas n.ºs 2014/1/UE, 2014/2/UE, 2014/3/UE, 2014/4/UE, 2014/5/UE, 2014/6/UE, 2014/7/UE, 2014/8/UE, 2014/9/UE, 2014/10/UE, 2014/11/UE, 2014/12/UE, 2014/13/UE, 2014/14/UE, 2014/15/UE, e 2014/16/UE,

todas da Comissão, de 18 de outubro de 2013 - MAOTE - (Reg. DL 225/2014).

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2013 – 06 – 02

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 11.

3 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 20/2010/A, de 31 de maio, que introduz regras de transparência na aquisição de publicidade pelos serviços da administração regional e local – n.º 33/X](#)

Autor: PCP

Data de Entrada: 2013 – 06 – 02

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 02.

4 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Atribuição de Insígnias Honoríficas Açorianas – n.º 72/X](#)

Autores: Os Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS-PP e Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM

Comissão: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014 – 05 – 29;

Assunto: [Resolve recomendar ao Governo Regional que tome as medidas necessárias e urgentes para que a Porto de Abrigo prossiga as suas funções enquanto organização de produtores e demais competências que lhe estão reconhecidas – n.º 73/X](#)

Autor: PCP

Data de Entrada: 2013 – 05 – 29

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

5 – Comunicações/Informações:

Assunto: Declaração sobre a Resposta ao Desafio das Alterações Climáticas

Proveniência: Conselho Nacional d Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2014 – 05 – 30;

Assunto: Ofício a solicitar pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 73/X - Resolve recomendar ao Governo Regional que tome as medidas necessárias e urgentes para que a Porto de Abrigo prossiga as suas funções enquanto organização de produtores e demais competências que lhe estão reconhecidas

Autor: PCP

Data de Entrada: 2014 – 05 – 29;

Assunto: Parecer sobre o Relatório e Contas de 2013 - Conselho de Opinião da RTP, SA.

Proveniência: Dr. José Lourenço, Representante da Região no

Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal

Data de Entrada: 2014 – 06 – 02.

6 – Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014 – 05 – 30;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 72/X – Atribuição de Insígnias Honoríficas Açorianas](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014 – 06 – 02;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2014 – 06 – 02;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 222/XII/3 que procede à primeira alteração à Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho – n.º 94/X](#)

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2014 – 06 – 02;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 223/XII/3 que procede à primeira alteração à Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1 A/2009, de 7 de Julho – n.º 95/X](#)

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2014 – 06 – 02;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 224/XII/3 que autoriza o Governo a aprovar o novo Código do Procedimento Administrativo – n.º 96/X](#)

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2014 – 06 – 02;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 06 – 02;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 06 – 02.

7 – Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 58, 59 e 60 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A redatora, Ana Sofia Machado